

AMEAÇADAS AS RELAÇÕES COM MOÇAMBIQUE

Todo o futuro das relações com Moçambique (suspensão ou continuidade) poderá ser jogado hoje caso o ministro da Cooperação apresente ao Conselho de Ministros a questão das recentes nacionalizações de prédios e residências de rendimento decretadas pelo Governo da R. P. de Moçambique, conforme intenção anunciada numa nota do seu departamento tornada ontem pública.

A opinião do Governo Portu-

guês parece ser a de que as recentes nacionalizações, pondo em causa a propriedade privada dos residentes portugueses em Moçambique, violam os Acordos de Lusaca, nomeadamente no que se refere à defesa dos interesses de cidadãos nacionais que vivem naquele país.

A luz da intensa campanha contra a R. P. de Moçambique lançada em Portugal nos últimos tempos («o exemplo, mesmo quando vem de longe, pode

ser perigoso»), é de prever que, como vem acontecendo com o reconhecimento de Angola, também neste caso as forças políticas de direita tentem conduzir o Governo à adopção de «medidas duras», que poderão criar a ruptura definitiva nas relações entre os dois Estados. Da parte de Moçambique, tudo indica que a Frelimo e o Governo do Maputo responderão energeticamente a uma atitude deste tipo, já que a evolução do processo

português nos últimos três meses «esfriou» a sua receptividade a quase tudo o que provém de Lisboa.

Situando-se o Governo de Moçambique e a Frelimo, não só entre os líderes do bloco progressista africano, (e que «medido» com Angola como padrão engloba qualquer coisa como 26 nações, entre as quais algumas das mais ricas de África), como também entre os Governos e Partidos mais pres-

Continua na pág. 24



SERENAMENTE

Este jornal pretende ser uma voz independente ao serviço desta Revolução, ao serviço da esperança que nasceu na madrugada de 25 de Abril de 1974 e que não queremos ver amortalhada. Nesta intenção — e neste combate — registamos palavras positivas e palavras negativas do sr. brigadeiro Vasco Lourenço. E descansa o sr. brigadeiro que não temos qualquer desejo de o «instrumentalizar». Nem o desejo de «instrumentalizar» o M. F. A.

Repare, sr. brigadeiro, nós ainda falamos de M. F. A. Nós ainda consideramos possível a «Aliança Povo-M. F. A.». Nós ainda condenamos o «regresso aos quartéis». Política essa, sim, que poderá instrumentalizar os militares. Política essa, sim, que é inspirada nuns casos, exigida noutros casos, por políticos que nunca viram com agrado a presença dos «Capitães de Abril» na direcção da vida nacional, na primeira linha da Revolução.

Existe um perigo fascista.

E estão nos cárceres antifascistas.

A situação destes não nos é indiferente. No declarado propósito de não consentir que a «Revolução de 25 de Abril» seja desfigurada, que o processo revolucionário seja congelado, contamos com o brigadeiro Vasco Lourenço.



Um mercenário recém-recrutado em Londres corre para o aeroporto de Heathrow escondendo a cara da objectiva dos fotógrafos. O recrutamento, afiança a «Newsweek», faz-se em cinco capitais

GARANTE A «NEWSWEEK»

Santos e Castro esteve em Lisboa a recrutar mercenários

O problema dos mercenários recrutados pela F.N.L.A. e U.N.I.T.A. para combaterem em Angola volta a assumir proporções nunca atingidas desde o «caso do Congo» (actual Zaire). Paris, Bruxelas, Lisboa, Joanesburgo e Londres são citadas no último número da «Newsweek» como principais pontos de recrutamento.

Embora a Inglaterra seja neste momento o país mais em foco, dado o número de mercenários ali recrutados (600) ao que parece por Normal Hall, ex-pára-quedista e para o efeito enviado especial de Holden Roberto, os contactos efectuados nas outras capitais, nomeadamente em Lisboa não são menos importantes, como ainda ontem sublinhámos. Também de acordo com a «Newsweek», o ex-tenente-coronel Santos e Castro teria desempenhado, no recrutamento em Portugal, missão idêntica à de Normal Hall em Inglaterra. Aquele semanário norte-americano vai mesmo ao ponto de afirmar que Santos e Castro teria estado a semana passada no nosso País, facto que, embora de difícil confirmação, não é completamente de excluir atendendo ao à-vontade com que importantes parceiros seus do E.L.P. parecem circu-

lar em Portugal (recorde-se o caso de Alpoim Calvão em Braga). Ainda segundo a «Newsweek», a viagem do ex-militar português teria sido produtiva, havendo levado consigo, quando abandonou o País, pelo menos mais 47 ex-oficiais portugueses.

Confirmando factos revelados na nossa edição de ontem, os repórteres da «Newsweek» registam ainda declarações de ex-pára-quedistas portugueses que «num café da zona baixa da cidade» não teriam guardado segredo do seu engajamento nas hostes de Holden, confiando que «partiriam em breve para a guerra».

Nos diversos países euro-

Continua na pág. 24

Guatemala: - MAIS SISMOS SEMEIAM O PÂNICO

CIDADE DO VATICANO, 6 (ANOP) ... Uma nova onda de fortes sismos sacudiu a Guatemala às 15 e 15 hora local, de ontem, semeando ainda mais o pânico pela já atemorizada população guatemalteca.

Estes sismos provocaram o ruir de alguns edifícios cujo equilíbrio era já instável.

Por outro lado, o número de cadáveres aumenta constantemente e à cifra oficial de 5000 mortos, dada a conhecer ontem de manhã, os cálculos não oficiais acrescentam mais 2000 vítimas.

Os prédios de vários pisos foram evacuados por ordem das autoridades, que receiam a continuação dos abalos.

As autoridades guatemaltecas foram obrigadas a utilizar «bulldozers» para enterrar em valas comuns os milhares de vítimas causadas pelo abalo sísmico que atingiu antontem vastas regiões do país.

Continua na pág. 24

Olhalvo:

150

RENDEIROS

FICAM

SEM TERRA

Pág. 10

“PÃO

DE AÇUCAR”

C.A. denuncia

manobras

do patronato

Pág. 11

Nacional

Política de A a Z

RECUSA DO DIDACTISMO

Tendo surgido o reparo de que o título que encimava estas notas traía uma pretensão didáctica, adopta-se, a partir de hoje e enquanto for possível, uma epígrafe consentânea com a índole desta secção. Simples notas críticas; concretas revelações; verificação de discrepâncias entre palavras e actos; diligência para descortinar certos nexos — eis tudo o que pretendemos. Recusamos o didactismo nosso e o alheio didactismo. Não pedimos lições, não as queremos dar. Nada queremos ensinar. Este diálogo crítico propõe aos leitores uma aprendizagem comum. Pomos as cartas na mesa. Na modestia das nossas forças e com consciência plena do quotidiano risco que corremos — risco de incompreensão, risco de malevolência — pretendemos servir a verdade, esse valor revolucionário sem o qual uma Revolução perderá o respeito dos revolucionários e deixará de respeitar-se a ela própria.

RECUSA DA INSTRUMENTALIZAÇÃO

Do mesmo passo, igualmente, se recusa a «instrumentalização». Este jornal não será «instrumentalizado». Sabemos que uma atitude de independência crítica é incómoda. Corremos voluntariamente o risco da incomodidade e até compreendemos que as «almas policiais» se afadiguem em interrogações e se angustiem em dúvidas. A aprendizagem da «Liberdade» é difícil. Há por aí tantos saudosistas da «Ordem», do «Silêncio, da «Censura»!

O P.P.D. DESFAZ CONFUSÕES

Lê-se num comunicado do Partido Popular Democrático: «Não aceitamos, portanto, a confusão que a tal respeito se tem procurado fazer e em que assumiu papel relevante o actual ministro da Agricultura. Pelo contrário, exigimos que o P.S. e o P.C. — e designadamente o ministro da Agricultura — cumpram, como nós, o compromisso que todos firmámos».

Ao P.S. e ao P.C., e particularmente ao eng. Lopes Cardoso, ministro da Agricultura do VI Governo e antifascista de sempre, vem o P.P.D. dar lições. E o P.P.D. esclarece que quando for Governo realizará ajustamentos, rectificações, inversões da «Reforma Agrária» segundo uma longa lista de exigências que neste momento endereça ao Governo de que faz parte mas não é o seu. «Quando formos Governo...» — suspira o P.P.D. E do suspiro melancólico poderá concluir-se um funeral florido da política de «Reforma Agrária», que, ainda hoje, e firmemente, muitos dos «Capitais de Abril» consideram um dos títulos positivos desta Revolução perante a História. E os camponeses também...».

REAIRMA O P.P.D.

Que uma Reforma Agrária deverá «permitir atribuir ao homem rural, direitos e regalias iguais aos do homem urbano, e por isso mesmo, comece por respeitar todos os trabalhadores e não apenas os de uma filiação partidária...». Que ideia terão retido os dirigentes do P.P.D. dos resultados eleitorais nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal? Uma só filiação partidária? O P.P.D. exagera.

E EXAGERA O P.D.C.

Em telegrama de Madrid, transmitido pela «Anop», o secretário-geral do Partido da Democracia Cristã, dr. Silva Resende terá afirmado: «Estou seguro de que a democracia cristã obterá a maioria absoluta nas próximas eleições em Portugal».

Depois do P.S. (declarações do ministro Salgado Zenha) e do C.D.S. (declarações do dr. Freitas do Amaral), vem agora o dr. Silva Resende pretender para o Partido da Democracia Cristã, uma maioria absoluta nas próximas eleições. O menos que se poderá dizer é que a aritmética eleitoral, a esta distância das próximas eleições, se converteu em matéria de especulações metafísicas. O substituto do major Sanches Osório parte atrasado para «a maioria absoluta», à sua frente tomaram já lugar o P.S. e o C.D.S.

Por seu lado o dr. Francisco Sá Carneiro sorri. O seu sorriso é frio, disfarçado, enigmático. Ele tem, igualmente, as suas ideias quanto à «maioria absoluta nas próximas eleições».

O ISOLAMENTO DO P.D.C.

Queixou-se, em Madrid, o dr. Silva Resende, secretário-geral do P.D.C. da falta de apoio que o seu partido tem encontrado nos meios europeus afectos à «democracia cristã», com única excepção para o grande partido democrata cristão da Itália. Mas não foram perdidas ao que consta — as suas lamentações em Madrid. Na capital espanhola o dr. Silva Resende estabeleceu contactos estreitos com Gil Robles o político espanhol que viveu durante anos em Lisboa e que conserva ligações com meios reacconários portugueses. Gil Robles foi um dos coveiros da República Espanhola.

O C.D.S. EM MADRID

Também o C.D.S. esteve em Madrid a contactar com delegações dos partidos filiados na União Europeia de Democracias Cristãs. Os dirigentes do C.D.S., Vitor Sá Machado e Caetano Cunha Reais, segundo as notícias vindas a lume, conseguiram obter a promessa de que estarão presentes numerosas delegações estrangeiras no congresso do partido que decorrerá em Abril, na Póvoa do Varzim. Madrid começa a ser uma placa giratória da política da «direita» portuguesa. Só o escritor António Ribeiro vê impedida a sua carreira literária em terras de Espanha. Não é justo. Há que registar esta discriminação.



«Discurso ultra-reaccionário» assim classificou Carlos Lage (PS) a intervenção de Theodoro da Silva (PPD), antes da ordem do dia, acerca da capacidade eleitoral dos emigrantes. Como que a pôr em causa a representatividade da Constituinte, pelas «restrições» que considerou terem existido em relação ao direito de voto dos emigrantes, o deputado do PPD suscitaria, durante toda a intervenção, frequentes protestos dos sectores PS, PCP e MDP.

Interpelado no final por representantes do PS e do PC, Theodoro da Silva fez marcha atrás ao considerar, nomeadamente, não ter sido bem compreendido ao concordar com a questão posta por Carlos Brito (PCP) — lembrou a desigualdade de oportunidades de esclarecimento político do seu partido em alguns países como os Estados Unidos e o Brasil.

Ainda antes da ordem do

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

O CAPITAL RECUPERA

dia são de referir os requerimentos de Fernando Patrício e Eugénio Domingues (PCP) que inquiriram ao Governo e ao Ministério do Trabalho, respectivamente, sobre a desnacionalização da «empresa têxtil paramonopolista — Manuel Gonçalves (Famalicão), incluindo as agressões ocorridas anteontem sobre alguns trabalhadores, e sobre a selagem das instalações da Codiproal (antigos supermercados Mealheiro do Lar) em autogestão desde 21 de Maio de 74.

Neste último caso foi perguntado: «que relação existe entre esta decisão e o despacho do secretário de Estado do Trabalho de Dezembro passado, relativo às credenciais que habilitam comissões de trabalhadores à gestão das respectivas empresas?»

Entretanto a Assembleia parece avançar na conclusão dos trabalhos, até final de Fevereiro, pois, ontem, chegou-se ao final do capítulo dedicado aos princípios gerais da organização do Poder Político e passou-se aos artigos referentes ao estatuto e eleição da Assembleia dos Deputa-

dos. Relativamente às organizações populares de base estabeleceu-se que «nos termos da Constituição» elas têm «o direito de participar, segundo as formas previstas na lei, no exercício do poder local».

Acerca das condições de elegibilidade dos cidadãos Vital Moreira perguntaria quase no final da sessão se a Assembleia tinha ou não poderes constituintes, ao chamar a atenção para o facto de, num matutino de ontem, ter sido publicada

uma nota oficiosa do Ministério da Administração Interna com um decreto-lei que fixa nos 21 anos a elegibilidade para a Assembleia Legislativa. Vital Moreira recordou que a 5.ª comissão, da Constituinte, propusera o limite de 18 anos.

Um pormenor a registar logo no início da sessão: numa das galerias apareceu um grande cartaz empunhado por jovens. Ironicamente (ou não) o cartaz dizia «Avante pelo CDS — rumo ao fascismo».

E.A.

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

Aos trabalhadores bancários

Atentados bombistas

contra as organizações dos trabalhadores

«A luta sindical tem de se integrar na luta política global dos trabalhadores contra a exploração e a opressão.

A defesa dos nossos direitos só será consequente se articulada com a luta global dos trabalhadores, com vista à construção de uma sociedade sem classes.» (Declaração de Princípios)

Uma onda de atentados à bomba tem vindo a ser desencadeada por bandos fascistas perante a incapacidade do poder constituído de lhe pôr termo.

Foram vítimas agora desses bandos criminosos os Sindicatos da Construção Civil, dos Metalúrgicos, Calçado e Maleiros, Garagens, União dos Sindicatos de Braga, INATEL e agência do BTA em Braga.

Pelos alvos escolhidos, não restarão dúvidas que os agentes são organizações antioperárias, antidemocráticas, capitalistas e fascistas. No entanto, atendendo à facilidade de manobra demonstrada e, no presente contexto é de admitir que se apresentem mascarados sob várias formas, até a democrática e assim possam iludir pessoas sérias mas menos prevenidas.

É necessário que os trabalhadores estejam muito atentos e não só.

Se os trabalhadores não derem uma resposta firme, decidida e organizada os seus inimigos verão campo aberto à repetição dos seus actos terroristas, intensificando-os, pois que a sua recuperação do poder necessariamente passa pela neutralização das organizações de Classe dos Trabalhadores.

Sindicatos de Norte a Sul do País já tomaram posição: paralisação hoje 2.ª feira, dia 2-2-76 das 15 às 16 horas.

A Direcção, face à sua declaração de Princípios aprovada pela Classe, solidariza-se com os trabalhadores dos vários sectores laborais apoiando a sua luta, contra o fascismo e contra o terrorismo.

Incentiva os trabalhadores bancários a debaterem esta questão em plenário nos seus locais de trabalho e a darem-lhe conhecimento das suas posições.

NINGUÉM MELHOR QUE OS TRABALHADORES DEVERÁ/PODERÁ SALVAGUARDAR OS SEUS PRÓPRIOS E JUSTOS INTERESSES

A Direcção

2. Fevereiro.1976

GENSCHER REGRESSOU A BONA

Cinco milhões de contos e algumas dúvidas suspensas

«Esperamos que Portugal consiga estabilizar a democracia e venha a desempenhar um lugar importante nos quadros da N.A.T.O. e da C.E.E.» — disse o ministro oeste-alemão dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, aos jornalistas ontem à tarde antes da sua partida para Bona e no termo de uma visita de dois dias a Lisboa.

Genscher informou os presentes do teor e do significado das negociações que teve em Lisboa para acordo sobre o empréstimo de cinco milhões de contos que a R.F.A. vai fazer a Portugal. Disse ainda que nem só deste auxílio se tratou nas conversações: «Informe-me Melo Antunes dos esforços que o meu país está a fazer para acabar com o terrorismo internacional e falámo-nos naturalmente de Angola». A propósito de Angola, Genscher afirmou que a R.F.A. é a favor da independência daquele país, mas contra intervenções estrangeiras. Mais, disse que ainda este mês recomeçam em Lisboa mais negociações relativas ao auxílio oeste-alemão a Portugal e revelou que este auxílio vai alargar-se ao âmbito da tecnologia.

Perguntaram a Genscher que taxa de juros vai Portugal pagar pelo empréstimo ora acordado e bem assim em que moeda deve esse pagamento ser feito. Se Genscher sabia, não disse e remeteu a resposta para os bancos empenhados nas negociações em curso. Melo Antunes estava lá. Um jornalista da R.F.A. quis saber que destino se vai dar em Portugal aos cinco milhões emprestados. Também o ministro português dos Negócios Estrangeiros não sabia e sugeriu ao jornalista que fosse pôr a questão ao Banco de Portugal.

Genscher regressou a Bona com a sua delegação. «Fiquei sensibilizado com o carácter

amigável das conversações e com o ambiente de confiança nos encontros com o Presidente da República, primeiro-ministro, major Melo Antunes e representantes dos partidos democráticos» — disse, antes de partir. Melo Antunes tinha dito sensivelmente o mesmo: as conversações decorreram num «ambiente de grande amizade, compreensão mútua e desejo de cooperação».

BANQUETE E DISCURSOS

A Direcção-Geral de Informação divulgou os textos das alocações proferidas por Melo Antunes e Hans Dietrich Genscher no decurso de um banquete anteontem oferecido pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros ao seu homólogo oeste-alemão e à respectiva delegação.

Entre os lugares mais ou menos comuns que a circunstância exigia, disse Melo Antunes que «Portugal carece de investimentos para a reconstrução da sua economia e para o desenvolvimento da sua capacidade produtiva, bem como de condições mais favoráveis ao incremento das suas exportações. Não pensamos que o investimento estrangeiro seja panaceia que possa suprir o esforço, o trabalho, a mobilização das energias nacionais, primeira riqueza de um povo — afirmou, para a seguir acrescentar: — Mas sabemos como é importante chamarmos capitais estrangeiros a Portugal, para que colaborem lealmente com o nosso desenvolvimento, dentro do quadro institucional livremente definido pela soberania do Estado».

Genscher acentuou muito uma tónica: a necessidade de Portugal pertencer à N.A.T.O. e à C.E.E. e estabelecer uma ponte para o Terceiro Mundo.

RECTIFICAÇÃO

Por lapso saiu ontem no nosso jornal, num anúncio dirigido aos trabalhadores bancários, a referência «Sindicato dos Bancários do Porto» em vez de «Sindicato dos Bancários do Centro».

Aos nossos leitores apresentamos desculpas.

post scriptum

«Vaga de fundos»

O comício do PS em Ponta Delgada foi interrompido pelas arruacões fascistas da FLA. O dr. Mário Soares criticou a inoperância das autoridades. Quando eram saqueadas sedes dos partidos progressistas, o dr. Mário Soares não falava assim. Dizia então, perante milhares de portugueses que assistiram ao frente-a-frente com Álvaro Cunhal que o que se passava (passa) com as sedes, bens e vidas dos militantes progressistas era uma «vaga de fundo» contra os comunistas que o povo português não tolerava. E agora, será uma «vaga de fundo» contra os socialistas?

Jorge Manuel Malheiros de Lemos Peixoto — Lisboa

(Des)Noticiário

Ligo a rádio para ouvir o (des)noticiário da Emissora Nacional do dia 1 de Fevereiro de 1976, às 9 horas da manhã. Diz o locutor de serviço que «Hoje é dia 1 de Fevereiro que por acaso tem 29 dias». Pergunto: será realmente por «acaso»?... Todos nós sabemos que não é por acaso, mas pelo que me foi dado observar o locutor desconhece o facto de haver 29 dias no mês de Fevereiro de 1976.

O caminho da prisão

Eu sou mãe de um futuro soldado. Interrogo-me: daqui a sete anos ainda existirão as prisões de Custóias e Caxias para progressistas? Estou a educar o meu filho cristamente, ou seja, nos verdadeiros valores da Humanidade consciente. E pergunto-me se lhe estarei ensinando o caminho da prisão.

Maria Helena Garcia — Lisboa

Recado para Otelo

Coragem, Otelo! Não estás só! A arrua miúda a que pertences está contigo. É o que te pode dizer uma mulher que já muito sofreu.

E.C. — Braga

Um preso inesquecível

A avassaladora expressão do nosso Otelo, o preso mais livre que me foi dado conhecer, que bebi, nos seus gritos de revolta e resignação, publicados no «Diário de Lisboa», vivificou-me e mostrou-me que nem as grades, G-3 ou quejandos, podem destruir um ideal que luta por uma causa justa.

Julio D. Guimarães de Vilhena — Lisboa

Opinião

Se neste momento a FNLA ou UNITA, partidos da burguesia, dominassem em Angola, não teríamos tantos milhares de retornados em Portugal.

Herculano Gonçalves da Costa — Paia — Odívetas

M.E.I.C.: Atenção a Macedo de Cavaleiros

O ensino secundário em Macedo de Cavaleiros, apresenta muitos atropelos ao direito e à moral.

Nesta vila, até há pouco tempo, o único estabelecimento de ensino secundário era o Externato Trindade Coelho.

Há três anos foi criada a escola técnica (secção de Mirandela) que passou a funcionar na cadeia desta vila. Este ano lectivo o externato não abriu. A sociedade que o administrava, «Sodema» foi notificada pela Câmara Municipal, que possuía o alvará, que tinha acabado o contrato. Mas os factos reais que se passaram foram os seguintes:

As instalações onde funcionava o externato foram requisitadas pela Câmara Municipal para instalar parte da escola secundária, entretanto criada.

Por tal facto a escola técnica (alunos, pessoal docente e auxiliar) foi absorvida por ela, assim como os alunos do externato.

Aconteceu o que começa a ser um atentado contra os direitos do pessoal que trabalha no externato.

Três professores com mais de 15 anos cada de serviço docente, e uma empregada auxiliar ficam impedidos de continuar a trabalhar, pois não foram colocados na escola secundária, tal como aconteceu com o pessoal da escola técnica.

E mais grave ainda é o facto de este pessoal não receber os seus vencimentos desde Setembro e não terem sido despedidos pela entidade patronal.

Os outros professores do externato pelo facto de estarem já simultaneamente a exercer na escola técnica ficaram reconduzidos na escola secundária.

E tudo isto porquê? Porque as entidades responsáveis, «Sodema» e Câmara Municipal, não informaram na devida altura o MEIC da extinção do externato para salvaguardar a continuidade de trabalho ao pessoal docente e auxiliar.

Que desculpa darão as entidades de Macedo de Cavaleiros para a sua incompetência em tais assuntos? Ou será que o pão de cada trabalhador poderá ser manipulado conforme o gosto de tais indivíduos?

Actualmente o que esperam esses professores?

Um deles concorreu à 2.ª fase de colocações, e ainda poderá conseguir um lugar. E os outros? Esperam um pseudominicóncurso! E quando serão colocados? Como viverão até lá, se era do ensino o seu único rendimento?

Que resposta darão a todas estas perguntas a «Sodema» e a Câmara Municipal?

Por agora alertamos o MEIC por estes factos ocorridos na esperança que a justiça possa ser feita.

J.Vieira Carvalho Garcia — Macedo de Cavaleiros

ENSINO: O PASSADO E O PRESENTE

1. ESTAS VOZES QUE NOS VÊM DO "ANTIGAMENTE"

Se não nos actos palpáveis, pelo menos no ambiente difuso, temos vivido nos últimos tempos um período de contra-revolução. A generalidade dos meios de comunicação social destila, de forma expressa ou subliminar, todo um arsenal tóxico favorável ao desencanto, ao cepticismo, ao saudosismo descarado. O campo argumentativo da contra-revolução desdobra-se em dois planos: promover o desconsolo e o desamor perante a obra da revolução e instalar um espírito de tolerância e de compaixão perante os vencidos (instituições, personagens) do 25 de Abril.

Um plano potencia o outro, pois a exploração dos «erros» (reais, fantásticos) da revolução atenua os «erros» do fascismo e a desculpa, daqui decorrente, do fascismo agrava as faltas da revolução. Processo (escandaloso) deste tipo tem sido a exploração de alegadas violências sobre presos políticos após o 25 de Abril (a que não dão realce nem o relatório da Comissão Internacional dos Juristas sobre Portugal, nem o relatório da Comissão Belga para os Direitos do Homem, ambos reportados a um período em que se pretende que tais violências teriam proliferado), o processo que parece votado a diluir na consciência pública a impressão causada pela divulgação (ainda incompleta, há que voltar a ela) dos crimes da PIDE/DGS e a fornecer aos incri-

minados um poderoso argumento quanto à legitimidade dos seus juízos.

Isto mesmo se está a passar no domínio da política educativa. Também aí, a impaciência e a impiedade com que a política educacional dos Governos pós-revolucionários tem sido acolhida vem permitindo que «vozes do antigamente» encontrem tribunas não só para defenderem a política educativa do salazarismo-marcelismo, como para atacar os fundamentos ou os resultados da acção governativa dos ministérios da Educação do regime democrático.

RELANÇAR

A REVOLUÇÃO

Na educação, como no resto, é necessário reencontrar generalizadamente o fervor e orgulho revolucionários, recriar essa força de amar o que fizemos (e fazemos) e de desprezar o que destruimos (e o que ainda temos que destruir). Temos, concretamente, que realizar de uma forma sistemática e organizada (o que ainda não foi feito) a denúncia do que foi (com gradações, mas sem excepções) a política obscurantista e reacçãoária dos ministérios da Educação do fascismo; por outro lado, temos que divulgar e explicar incessantemente as novidades institucionais do nosso novo sistema de ensino e as suas potencialidades e mostrar como elas repre-

sentam conquistas na senda da liberdade e do progresso, inatingidas ainda (embora pretendidas) por países tradicionalmente mais adiantados do que nós neste domínio, olhadas com esperança por missões internacionais que nos têm visitado; por fim, temos que defender essas conquistas revolucionárias e encontrar formas adequadas e originais de as desenvolver no sentido da realização de uma escola democrática e democratizadora para o nosso país.

A REPRESSÃO FASCISTA NO ENSINO

Logo após o 25 de Abril, os ministros da Educação preocuparam-se mais com a destruição do aparelho escolar fascista e com a preparação de medidas de emergência do que com a elaboração de um «livro branco» onde ficassem sistematicamente registados todos os afloramentos da repressão fascista no sistema de ensino: repressão policial («vigilantes», CDI, processos disciplinares a estudantes, silenciamento das AAEE, expulsão de professores democratas), repressão ideológica (censura, absoluto controlo ideológico dos ensinos básico e secundário).

ANTÓNIO M. HESPANHA

dário, tentativas generalizadas de controlo político das Faculdades, sobretudo das de Letras e de Ciências Sociais), repressão pedagógica e científica (protecção a incompetentes politicamente cómodos, colocação do Governo das escolas e da direcção dos programas de investigação na mão de mandarinatos imobilistas), repressão social (carácter elitista e selectivo do sistema de ensino, grandemente responsável pela manutenção de uma estrutura social das mais retrógradas da Europa).

QUEM SE PODE ESQUECER?

Os responsáveis por tudo isto não podem pretender iludir as suas responsabilidades. Não já a sua responsabilidade política — a de terem aceite (e terem sido aceites) o mesmo fascismo que aceitaram Silva Pais e Rapazote, Moreira Batis-ta e Henrique Tenreiro. Mas a sua responsabilidade específica, como responsáveis pelo sector da educação e ensino e pela realização, aí, da triste tarefa do regime que serviam. Quem se esquece, de facto, da criação dos «vigilantes» nas Faculdades de Lisboa (instituição de que João Isidro dá,

Continua na pág. 4

UMA ILHA CHAMADA GRENADA

GANGRENA NAS CARAÍBAS

Saint-Georges, «Keep Grenada clean!» — Nessa pequena ilha do mar das Caraíbas, independente desde Fevereiro de 1974, o chamamento à limpeza, escrito nas paredes, é de um humor negro involuntário. Grenada, a «ilha das especiarias». Um grão de pó com os seus cento e dez mil habitantes (três vezes menos que a Martinica) mas que grão de pó!

A ilha-jóia preservada das poluições do progresso. A ilha-flor, quase tão fértil e colorida como Jawa. Infelizmente um «Papa Doc» pequeno, o primeiro-ministro Eric Matthew Gairy, leva hoje Grenada à ruína e à decadência. Corrupção política, justiça de pontapé, imprensa amordaçada, «racket» sindical, milícia fascizante, bancarrota do tesouro público. A gangrena generalizada. Em dois anos todos os males caíram sobre este país-paraíso. Grenada libertou-se dos ingleses para entrar em ditadura.

«Se quer encontrar o primeiro-ministro vá às boites. Ele anda sempre por lá». Da permanência sindical ao «night-club»: estranho itinerário para um homem a quem Grenada deveu em todo o caso muito, no passado.

Eric Matthew Gairy tinha vinte e sete anos quando, em 1949, regressou das Antilhas holandesas onde recebera uma formação de militante político, e se instala na ilha. Os colonos ingleses reinam. Um operário negro ganha 1 franco e 25 por dia e uma operária menos de 1 franco. Gairy organiza um

sindicato. The Grenada Manual and Mental Workers Union. Provoca uma greve quase geral e obtém, em 1951 uma franca melhoria de salários. Cria então o primeiro partido político,

1974 se torna independente.

Independência arrancada a Londres, independência impos-

PIERRE-MARIE DOUTRELANT

Gairy. Em vinte anos o homem mudou. Ontem hábil, decidido, persuasivo, ei-lo hoje maquiavélico, autoritário e, na opinião de muitos, esquizofrénico.

Rosto redondo, bigode fino, aparência desportiva. Primeiro tranqüiliza. Depois surge como é na verdade, um tribuno virulento que fanatiza os correle-gionários e magnetiza a multidão. «Sou o enviado de Deus!» Porque escolheu ele o dia 7 de Fevereiro para dia da independência? «7 é um número divino». Primeiro-ministro desde 1967, arranhou uma clientela à força da prebendas. Tirou da cadeia várias centenas de condenados para formar com eles uma milícia privada, os «man-gustos» de que se servirá contra os seus inimigos políticos.

Estes dividem-se em dois campos. A oposição burguesa, a mais numerosa e dispersa: a dos mestiços enriquecidos pelo comércio e pelo turismo. Os «canelas». Quase brancos. De geração em geração, para que os filhos sejam brancos, casam com mulheres loiras, de olhos verdes. Sonham com uma vida requintada, muito britânica, numa Grenada transformada em paraíso fiscal. Gairy é demasiado negro para eles. Ele próprio disse, em 1970: «Em Grenada o poder está nas mãos do Negro. O Governo é negro, o primeiro-ministro é negro, o primeiro magistrado é negro, o bispo é negro».

A oposição de extrema-es-

Continua na pág. 4



Um habitante da ilha de Grenada, nas Caraíbas: o burro é toda a sua propriedade

The Grenada United Party (GULP). Jogando nas duas frentes obtém um novo estatuto político para a ilha que em

ta a uma parte dos granaden-ses que a julgavam prematura e que, sobretudo, não queriam chegar a ela pelas mãos de

Geral

UMA ILHA CHAMADA GRENADA

Gangrena nas Caraíbas

Continuação da pág. 3

querda só reagrupa uma minoria de jovens no New Jewel Movement. Conta, quanto muito, quinhentos membros bem organizados. Foi esse movimento que animou a greve geral que em 1974 os adversários de Gairy organizaram a fim de tentar retardar a independência.

COMO UM CASTELO DE CARTAS

Durante várias semanas, a ilha esteve paralisada. Tudo fechou. Nem mesmo havia electricidade. Eric Gairy julgou-se batido quando a 21 de Janeiro convocou os «mangustos» para a sua residência de Mont-Royal. Estes, no regresso, caíram logo sobre um grupo de grevistas, pilharam lojas e abateram um homem que protegia um grupo de crianças e de mulheres. Atemorizada, ultrapassada pelos acontecimentos, a oposição cai como um castelo de cartas. A greve ces-

sa imediatamente. O primeiro-ministro que tinha fugido para uma pequena ilha próxima, com receio de represálias, regressa imediatamente, triunfador.

A 7 de Fevereiro de 1974, Granada torna-se independente. Para mal dos que não fazem parte do «bando de Gairy». Não que a ilha viva hoje horas agitadas. Pelo contrário. O povo é amável e atento e muito atencioso com os turistas. Saint-Georges mostra as suas casas vermelhas e brancas à volta de um porto que parece extraído de um desenho de Walt Disney, e por onde passam regularmente os paquetes brancos do Pala Cunard. Pequenos autocarros cor de sangue e verde limão, com bancos de madeira branca e que parecem diligências, passam pelas ruas abruptas da cidade e despejam todas as manhãs no Market Square os seus carregamentos de mulheres de cesto e de rapazes de camisa colorida.

«Não se esqueça de escrever que Granada está tranquila e que os seus habitantes são acolhedores», insiste Paul Slinger, ministro do turismo, cuja ambição suprema é ter na ilha o Clube Mediterrânico. «As aparências estão salvas», reconhece Winston White, jovem chefe da oposição canela. «Claro que há um Parlamento, tribunais, sindicatos. Mas todas as instituições são vítimas de parasitas. Gr: nada está minada por um cancro».

Os empregos na administração? Reservados aos homens do primeiro-ministro. Os táxis? O próprio Gairy entrega as licenças. O emprego no sector privado? O «bom» sindicato oficial tira os problemas aos patrões. A reforma agrária? Os «maus» proprietários cederam as terras que foram redistribuídas segundo modalidades que, ao que se diz no Ministério da Agricultura, só o secretariado do primeiro-ministro pode explicar. A Imprensa? Ei-la submetida desde Julho a

um depósito de 50 000 francos antes de aparecer. A justiça? Um motorista de táxi, culpado de ter esmagado a sangue-frio um inimigo pessoal, obteve de novo a licença após oito meses de prisão. Era um «indicado» precioso.

Os mangustos? Perdão, os «Defense Force». Rebaptizadas, reequipadas, bem alimentadas, acampam numa base situada na extremidade da ilha. As Igrejas, que várias vezes tomaram atitudes contra o regime? O primeiro-ministro fornece o «obéam», espécie de «vândou». Os hoteleiros? A Holliday Inn, ao instalar-se na ilha, pôs um pequeno lote de acções aos pés de Gairy. «Diga ao senhor Trigano que nos sentiríamos felizes de acolher o seu clube. Dar-lhe-íamos todas as facilidades. Exonerações fiscais por sete anos, importação de equipamentos sem tarifas, aluguer de terrenos facilitado», insiste Paul Slinger.

Já ninguém investe em Gr-

nada. Nem a burguesia canela, que vive das suas rendas, nem os grupos estrangeiros que, por exemplo, na hotelaria, preferem implantar-se nas tranquilas Guadalupe e Martinica. A economia está periclitante. Ela repousava nas plantações de noz moscada, cacau e bananas, no turismo e na ajuda britânica. Só a agricultura é que passou sem problemas o cabo da independência. O número de turistas reduziu-se para um terço. E Granada não encontrou o concurso dos países ricos ou dos organismos internacionais, pouco apressados em apoiar uma ditadura que os próprios fracassos económicos mais tarde ou mais cedo condenariam.

Onde poderão trabalhar os setenta mil jovens que hoje têm menos de vinte e cinco anos? Haverá dez mil empregos fixos fora da agricultura? A administração? No passado mês de Abril os cofres do Estado estavam vazios. Granada não pôde pagar aos seus funcionários. Era a bancarrota de que a ilha só saiu com uma ajuda da Venezuela e da Nigéria.

podem perder a maioria. E, se isso acontecesse, o primeiro-ministro largaria os seus «mangustos».

«Resignámo-nos a ter Gairy. Do outro lado só há uma oposição mole e dispersa», diz um padre católico. A primeira igreja da ilha — reagrupa metade das pessoas — já não tem ilusões: «O primeiro-ministro perdeu poucos votos. Soube distribuir dinheiro e comprometer os dirigentes que tinham influência suficiente para o bater».

Eric Gairy tem geralmente uma clientela de mil e duzentas pessoas. Benn Davies, o seu principal sustentáculo, é-lhe devotadíssimo desde que foi autorizado a retirar para si um dizimo sobre toda a importação de açúcar, arroz e material electrónico. Há também John Clancy, «Al Zéké» para os mafiosos, e para o FBI que o procura. Fora-lhe dado o monopólio da pesca da lagosta. Em compensação, a mafia tinha, de vez em quando, gestos generosos com a central sindical do primeiro-ministro. Mas os pescadores de Granada zangaram-se. Clancy abandonou então a lagosta, preferindo o exclusivo de vendas de objectos caros e a gerência de uma bela zona turística à beira-mar. Amigos verdadeiros. Eric e John! Só se zangaram uma vez. O Lincoln branco e novo em folha do mafioso eclipsava o Cadillac preto do primeiro-ministro. John mandou embora o carro pelo primeiro barco.

© LE MONDE

BENN, JOHN E ERIC

«A nossa economia é de sobrevivência», acha Wilson White. O partido canela fará a sua campanha para as eleições de 1976-77, sobre a falência da economia de Granada. Eric Gairy e os seus partidários têm hoje catorze dos quinze lugares da Câmara dos Representantes. É difícil pensar que eles

ENSINO: O PASSADO E O PRESENTE

Continuação da pág. 3

no último «Expresso», um impressivo instantâneo)? Quem esquece a criação dessa «polícia paralela» que era o CDI, paga por verbas do próprio gabinete do MEN e que produzia relatórios — tive ocasião de ler um — de carácter caracterizadamente «pidesco» (para quando, a propósito, os resultados do inquérito? Quem se esquece da expulsão das universidades portuguesas de dezenas de estudantes? Como me hei-de esquecer de que, em 1972, foram homologados pelo MEN, na sequência de escandalosos processos de inquérito, penas de 10 e mais anos de expulsão, aplicadas a estudantes da Universidade de Coimbra, apesar de, no próprio Senado Universitário, se terem levantado vozes de denúncia das irregularidades formais e materiais dos processos, vozes que o MEN conscientemente desatendeu? Quem esquece essa ineludível complacência perante os sectores conservadores da Universidade, mesmo quando eles disputavam o poder a camadas mais liberais

de algum modo ligadas ao ministério? Acima de tudo, quem pode desconhecer que esses responsáveis aceitaram ser o «alibi» liberalizante de um regime ultraconservador e se dispuseram a colaborar, deste modo, na vasta encenação de «aggiornamento» que os epígonos do fascismo se viram obrigados a montar para efeitos externos e internos?

Isto cria-lhes pesadas responsabilidades — qualitativamente diferentes (mas não menos efectivas...) — das de Henrique Tenreiro na manutenção do regime fascista e de tentativa de demover os de qualquer tentativa de recuperação política nos quadros de um regime realmente democrático.

Outro pólo de uma estratégia destinada a avivar a consciência democrática em relação à importância do caminho andado no sentido da construção de uma escola libertadora é a divulgação, a explicação e a defesa intransigente das conquistas revolucionárias, no domínio do ensino. A este assunto voltaremos amanhã.

Violento temporal fustiga os Açores

PONTA DELGADA, 6 — Cerca de duas dezenas de casas destruídas e cabeças de gado levadas pela enxurrada, são apenas alguns dos prejuízos causados pelo fortíssimo temporal que fustiga o arquipélago dos Açores. Os prejuízos elevam-se já a muitos milhares de contos.

A ilha do Pico é a mais flagelada pelo temporal que incide

com particular violência nas ilhas do grupo central do arquipélago.

Numerosas culturas vão sendo arrasadas apesar dos esforços que têm sido feitos para as proteger do temporal que atira para terra chuva torrencial, num espectáculo a que os mais velhos habitantes não se lembram de ter assistido antes.

PUB

IMPOSTO

PARA
O
SERVIÇO
DE

INCÊNDIOS

Informam-se todos os proprietários de imóveis ou fracções situados nos Concelhos de OEIRAS e SINTRA, que o prazo para a entrega das declarações, com vista à isenção do imposto de incêndio, termina no dia 29 de Fevereiro. As Seguradoras ficam à disposição dos interessados, não só para o tratamento de tal expediente, como para a concretização de seguros de prédios ou fracções que ainda os não possuam, desde que as contactem até ao dia 10 de Fevereiro.

AS COMPANHIAS DE SEGUROS

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde. Rua Luis de Camões

GALVÃO DE MELO NO AEROPORTO

Açores, uma "questão de inteligência"

«Uma questão de inteligência» — assim falou da problemática dos Açores o general Galvão de Melo ontem à tarde no aeroporto e no seu regresso do arquipélago. «Se alguma vez tivermos governantes inteligentes aqui em Lisboa, que compreendam bem o problema açoriano, eles preferirão uma autonomia que se ajuste aos condicionamentos dos Açores muito mais do que uma separação completa». Referindo-se ao movimento clandestino conhecido pela sigla F. L. A., Frente de Libertação dos Açores, e às intenções separatistas que o animam, disse Galvão de Melo que o separatismo e a independência vêm «sobretudo de um cansaço de promessas não cumpridas».

O deputado «independente» do C. D. S. à Constituinte e candidato à Presidência da República regressou acompanhado de Adelino Amaro da Costa. O alto dirigente do C. D. S. pronunciou-se também sobre a problemática açoriana e fez o elogio do general Altino de Magalhães: «O problema açoriano tem sido magistralmente enquadrado pelo general Altino de Magalhães» — disse. «E preciso que se diga isto já que, pelos vistos, alguém chegou recentemente dos Açores põe em causa a forma como as autoridades locais se têm comportado. Ora» — acrescentou — «o que acontece é que a atitude do general comandante-chefe dos Açores tem evitado que os Açores fossem hoje

já parte de uma situação muito mais explosiva e muito mais dramática».

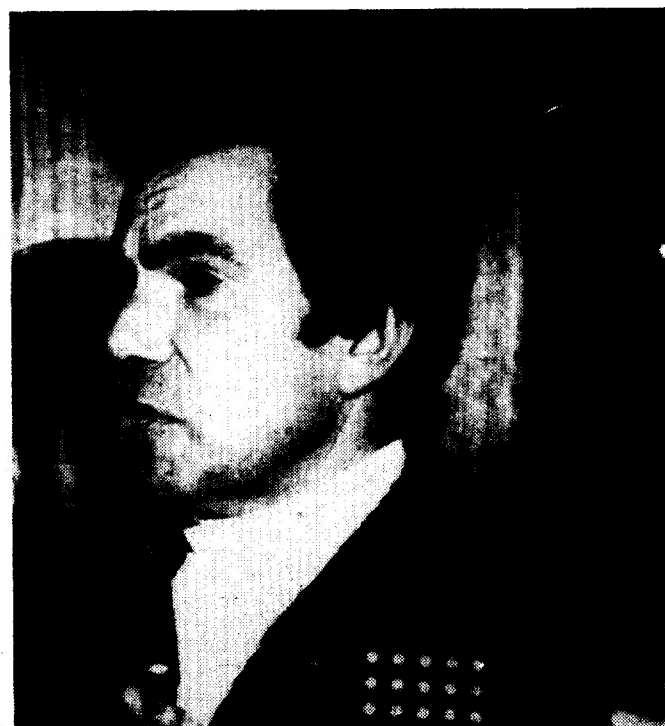
Amaro da Costa referia-se a Mário Soares. Na emergência, enunciou o que separa o P. S. do C. D. S. na perspectiva de cada uma destas organizações em relação à problemática açoriana: o C. D. S. preconiza (e o P. S. rejeita) as ideias de referendo, moeda açoriana e aplicação integral dos lucros das bases em benefício do arquipélago.

DESVALORIZAÇÃO INEVITÁVEL DO ESCUDO

Na mesma sequência, Adelino Amaro da Costa viria a pre-

ver como inevitável a desvalorização do escudo ainda este ano. «Não digo que isto venha a acontecer antes das eleições» — disse Amaro da Costa. «Penso que o Governo não terá coragem de desvalorizar o escudo antes das eleições e penso que o Governo vai deixar para o próximo Governo, após as eleições, esta batata quente. Mas desde já o denunciado para que se saiba que estamos conscientes e que a política financeira e monetária que está a ser seguida é uma política de adiamento da desvalorização do escudo».

A delegação do C. D. S. vai elaborar um relatório sobre a sua permanência nos Açores. O relatório será entregue ao Presidente da República.



O «independente» do C. D. S. falando aos jornalistas

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: AV. DA REPÚBLICA, 27-29 — TELEF. 57 40 73 — LISBOA

Em Plenário do Ramo Retailista dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa, realizado em 4-2-76 foram aprovadas as seguintes moções:

MOÇÃO

«As últimas atitudes tomadas pela União dos Comerciantes, quer mentindo ao Conselho de Revolução, dizendo, como é seu timbre, que os trabalhadores auferiam vencimentos na ordem média de 9.000\$00 a 10.000\$00, quer nos seus comunicados ao Sindicato, em que não admitem contactos com outros trabalhadores que não sejam os trabalhadores directores, quer na sua última e mais grave atitude, altamente provocatória e atentatória da dignidade dos trabalhadores explorados deste país, com a saída de um inquérito bem ao tempo da famigerada Pide, fazendo perguntas acerca da paralização do passado dia 21 de Janeiro.

OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO RETALHISTA DO DISTRITO DE LISBOA, REUNIDOS HOJE, DIA 4 NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS, GRITAM BEM ALTO, POIS JÁ ESTÃO FATOS DE TENTAR SÓ FALAR, O SEGUINTE:

Não admitir hoje, agora e jamais qualquer tentativa de ingerência na sua Organização Sindical;

Repudiar as formas de polícia montadas pela União (tipo Ex-Pide?) para tentar atemorizar os trabalhadores;

Não terem medo de qualquer tentativa de coacção às suas formas de luta;

Lembrar mais uma vez que os patrões nunca mais beberão sequer uma gota do seu sangue para além daquelas que já beberam e que lhes ocasionou os fabulosos proventos que ainda hoje estão a usufruir;

Não admitir o retrocesso das suas conquistas tão arduamente alcançadas, não só após o 25 de Abril de 1974 como até anteriormente a essa data;

Dizer à União que estamos unidos de Pedra e Cal, não só entre si como às suas direcções sindicais, nas lutas que visem concretamente o abaloamento de todas as forças capitalistas ainda instauradas no nosso País».

MOÇÃO

«Considerando que a luta dos trabalhadores, após o 25 de Abril, levou que muitas empresas continuassem a laborar;

Considerando que os trabalhadores tomassem nas mãos o destino das empresas por actos de sabotagem e abandono das entidades patronais;

Considerando que a selagem da Cooperativa Codiprolar (ex-Supermercados Mea-lheiro do Lar) faz parte da ofensiva anti-operária do Ministério do Trabalho;

Considerando que a este primeiro caso outros se seguirão, que vão pôr em perigo a subsistência de milhares de trabalhadores;

Os trabalhadores do Comércio Retailista, reunidos em plenário no dia 4-2-76, repudiam a atitude do actual Ministério do Trabalho que lesiva dos interesses dos trabalhadores e da população que esta Cooperativa serve e iniciarão todas as formas de luta que julgarem necessárias na defesa dos locais de trabalho de todos os trabalhadores».

MOÇÃO

«Os Trabalhadores do Comércio, ramo retailista, reunidos em plenário, no dia 4-2-76, por motivo do seu contrato, e procurando acompanhar a luta dos explorados de todo o mundo, entenderam não deixar passar em claro uma data de tanto significado para o Povo Angolano e Português também, como foi o 4 de Fevereiro de 1961.

Assim, considerando que passam hoje precisamente 15 anos que o Povo Angolano se revoltou contra o regime colonial fascista português com a tentativa de libertação dos seus combatentes presos nas cadeias de Luanda, começando assim a luta armada pela sua emancipação;

Considerando que o imperialismo tudo tem feito para continuar a explorar o povo irmão de Angola recorrendo a todas as espécies de manobras;

Considerando que o Governo Português se tem furtado a tomar posição clara e definida em favor da independência do Povo daquela ex-colónia, os Trabalhadores do Comércio declaram que se encontram totalmente ao lado do Povo Angolano e do seu legítimo representante o M.P.L.A. e seu governo e condenam todas as manobras tendentes a submeter o novo país ao domínio imperialista e todas as forças reaccionárias que tudo fazem para continuar a explorar aquele povo;

Neste sentido, os Trabalhadores do Comércio do Ramo Retailista de Lisboa, exigem que: 1. o Governo português se defina clara e decididamente, já, quanto à luta do povo angolano; 2. Dê todo o seu apoio ao M.P.L.A. como verdadeiro representante e defensor do povo angolano; 3. Reconheça o governo angolano do M.P.L.A. com a imediata troca de embaixadores para o estabelecimento de relações diplomáticas normais; 4. Dar o seu apoio à União Nacional dos Trabalhadores Angolanos. Viva a Independência de Angola — Viva o Povo Angolano — Viva o M.P.L.A.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: AV. DA REPÚBLICA, 27-29 — TELEF. 57 40 73 — LISBOA

Os Trabalhadores do Comércio de Lisboa reunidos em Assembleia Geral na Voz do Operário de 2-2-76, com 93 presenças, aprovaram as seguintes moções:

MOÇÃO

«Considerando a continuidade das acções divisionistas e antitrabalhadoras praticadas pelo Ministério do Trabalho, através dos seus representantes.

Considerando a necessidade, mais que evidente, de os trabalhadores se manterem unidos em torno da sua organização sindical unitária — a Intersindical;

Considerando a necessidade de denúncia efectiva de todos aqueles que através das suas acções praticam o jogo do capital;

Os trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa reunidos em Assembleia Geral na Voz do Operário em 2-2-76:

Repudiam vivamente as palavras do Júlio Dias — representante do M. do Trabalho — reproduzidas no Telejornal das 20.30 horas do mesmo dia;

Afirmam, uma vez mais, que aliados a todos os outros trabalhadores, não permitirão ingerências do M. do Trabalho, ou de qualquer outro organismo estatal, nas associações de classe dos Trabalhadores;

Identificam os actuais inqueritos às organizações dos Trabalhadores com as antigas diligências «ridículas» do Ministério das Corporações;

Afirmam, uma vez mais, que os trabalhadores portugueses não precisam de paternalismos e muito menos daqueles que na prática só os atacam».

(Aprovada por maioria e 12 votos contra)

MOÇÃO

«Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, reunidos em Assembleia Geral do seu Sindicato, na Voz do Operário no dia 2-2-76 decidem:

Repudiar a actuação terrorista da direita fascista, que um pouco por todo o País e a coberto de criminosa impunidade, tem destruído sedes e bens de sindicatos e organizações progressistas, bem como haveres de activistas sindicais e homens e mulheres que sob diversas formas mostram estar ao lado dos trabalhadores na luta pela sua emancipação.

Exigir em nome da Liberdade e da Democracia que os bombistas recebam das entidades competentes o justo correctivo que os desanime uma vez por todas da sua prática fascista».

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

MOÇÃO

«Trabalhadores do Comércio, reunidos em Assembleia Geral de 2-2-76:

Considerando os graves perigos que atravessam as conquistas alcançadas depois do 25 de Abril;

Considerando o avanço das forças reaccionárias em vários pontos do País;

Considerando a necessidade das posições dos trabalhadores ultrapassarem o campo do mero verbalismo.

Condenam a Direcção do Sindicato do Comércio de se ter furtado mais uma vez às suas responsabilidades para com a classe trabalhadora, não aderindo à grande jornada de luta de hoje dia 2-2-76».

(Aprovada com 46 a favor e 13 contra)

MOÇÃO

«Considerando que os Delegados Sindicais são o veio de transmissão de toda a actividade sindical;

Considerando que é através dos Delegados Sindicais que se consegue a motivação de toda a classe e, consequentemente, a sua consciencialização de classe;

Considerando que, no momento actual, os trabalhadores devem estar, momento a momento, informados dos problemas que os atingem e motivados para a defesa dos seus interesses;

Os trabalhadores do Comércio de Lisboa, reunidos em A. Geral no dia 2-2-76:

Censuram a Direcção pelo desinteresse que tem demonstrado na resolução dos problemas da classe, dando origem à sua desmobilização sistemática;

Exigem que a Direcção passe, de imediato, a convocar semanalmente os Delegados Sindicais e que as suas reuniões não tenham limite de tempo.

Que esta moção seja publicada, como publicidade paga, nos órgãos de informação, como forma de motivação da classe».

(Aprovada por maioria com 46 a favor e 13 contra)

MOÇÃO

«Trabalhadores do Comércio em A. Geral de 2-2-76, apoiam intransigentemente, como suas, as justas lutas dos seus colegas do Sector Retailista pela conquista do seu C.C.T. bem como a luta do sector dos Editores e Livreiros».

(Aprovada por maioria e 49 a favor e 2 contra)

Nacional

HABITAÇÃO

Criada uma comissão para estudo de "ocupações abusivas"

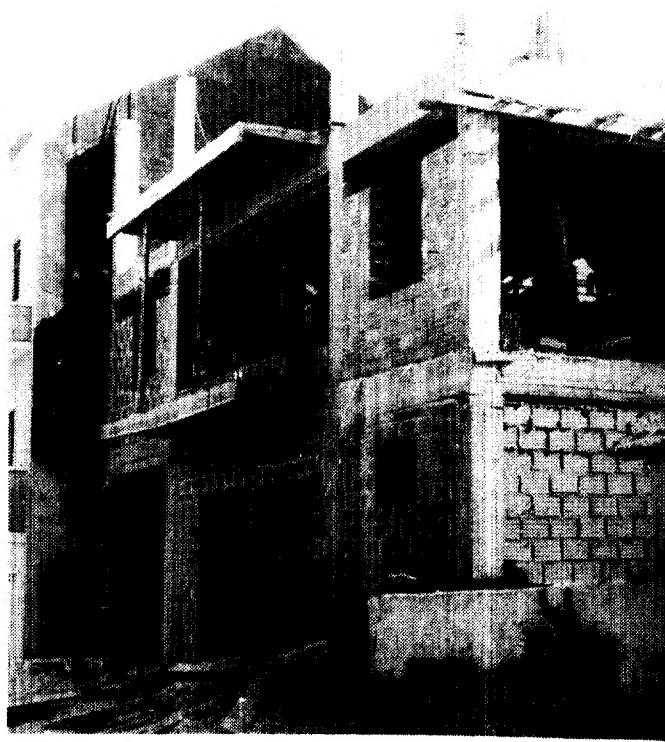
Diversas comissões de moradores e comissões de ocupantes reagiram à criação de uma «comissão para inventariação, análise e estudo das ocupações para habitação». Elementos das aludidas comissões dizem não compreender a razão por que foi criada uma comissão inventariadora para as ocupações já efectuadas e na qual não participa nenhum dos membros das várias comissões de moradores e comissões de ocupantes.

Chamam a atenção para o facto de «ilegalidade burguesa» permitir que os senhorios tenham fácil acesso a funcionários públicos e possam desvirtuar a essência da luta levada a cabo pela população de Lisboa e arredores contra a especulação habitacional, as falsas declarações dos proprietários, a chantagem de que é vítima quem precisa de uma casa, o ardis posto em prática por muitos dos senhorios, que, para retardarem, por vezes, o arrendamento de um ou mais andares, recorrem aos serviços competentes da CML com um (falso) projecto por forma a protelar por mais tempo o prazo limite que a lei lhe concedia para ser obrigado a admitir um inquilino».

Enquanto é criada essa co-

missão para «O estudo e resolução dos problemas que se prendem com a ocupação abusiva de casas» integrando um oficial das Forças Armadas, um magistrado, um elemento do Ministério da Administração Interna, representantes das câmaras municipais de Lisboa e do Porto, um oficial da GNR e outro da PSP, cerca de 10 mil casas ocupadas na freguesias de S. João de Deus e S. Jorge de Arroios aguardam, num dos departamentos do Mercado de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, um veredicto favorável dos serviços técnicos da mesma.

Entretanto, e de harmonia com as determinações do Estado-Maior das Forças Armadas (que nesta operação substitui as atribuições do Copcon relativamente às casas que foram ocupadas em condições consideradas legais e justas), Ministério da Administração Interna e Ministério da Justiça, a referida comissão será brevemente empossada. Foram já designados para a integrarem os d. José Narciso da Cunha Rodrigues, ajudante do Procurador da República, e José Maria de Almeida, adjunto do gabinete do secretário de Estado da Administração Local e Regional. A comissão poderá, também,



Prédios inacabados são ocupados por gente a quem continua a ser recusado o direito à habitação

introduzir ou propor correcções «na legislação vigente em matéria de arrendamentos

urbanos, tendo em vista princípios de justiça social e de legalidade democrática».

Setúbal defende "500 escudos por assoalhada"

SETÚBAL, 6 — Na sede do Centro Cultural de Setúbal, o Grupo de Trabalho de Habitação, do comité de luta desta cidade concedeu um conferência de Imprensa, na qual o tema central foi a reavindicação do pagamento de 500 escudos por assoalhada.

A luta para a obtenção desta quantia-limite teve início em Junho do ano passado, por iniciativa de vários moradores, e tinha como objectivo o combate à inflação nas rendas cobradas em Setúbal. Esta forma de luta, no seu início, contava com o apoio de aproximadamente 3000 famílias. Entretanto, grande parte do grupo inicial desistiu, encontrando-se, actualmente, o número de famílias que lutam pelos 500 escudos por assoalhada reduzido a 1100. A principal razão de tantas desistências foi a frustração do oportunismo de muitas das aderências iniciais. Das 1100 famílias que continuaram, cerca de 400 já têm os seus processos em tribunal.

No decorrer da conferência de Imprensa, um dos elementos do Grupo de Trabalho anunciou que no dia 12 serão recebidos pelo ministro da Justiça, a quem serão apresentados os problemas inerentes ao caso. Foram também, criticados os órgãos da Comunicação Social, especialmente os estatizados, sob a acusação de «defenderem a burguesia», e foi ainda salientado o apoio

que as comissões de trabalhadores têm dado aos moradores, com relevo para a Setenave que tem na empresa um Grupo de Trabalho de Habitação.

Um outro participante da mesa, ao referir-se aos 500 escudos por assoalhada, frisou que esta importância ultrapassa, percentualmente, os 15 por cento dos vencimentos médios, lembrando que «até nos países sociais-democratas se diz que mais de 12 por cento para a renda de casa é um roubo».

Em relação ao facto de em Setúbal existirem muitas casas vagas, o Grupo de Trabalho de Habitação do Comité de Luta de Setúbal diz não acreditar que tantos fogos vagos estejam destinados unicamente à venda e também afirma não compreender como é que, estando nacionalizadas as companhias de seguros, estas continuam a cobrar quatro ou cinco contos pela renda das casas de sua propriedade.

F.A.O. concede auxílio alimentar

A F. A. O. concede a Portugal um significativo auxílio alimentar, destinado a crianças em idade escolar e a mulheres grávidas.

Os suplementos alimentares concedidos são leite em pó, queijo e bolachas, e serão distribuídos a nível nacional no caso das grávidas e no distrito de Leiria (considerado para o efeito distrito-piloto) para as crianças em idade escolar, durante o período de um ano.

Posteriormente espera-se que os mesmos suplementos voltem a ser concedidos, por mais seis meses, desde que haja uma correcta distribuição e utilização do primeiro lote e se proceda ao indispensável controlo psicossomático permanente junto dos respectivos utentes.

PUB NOVO RUMO

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO METALÚRGICA—S.C.A.R.L.
Rua de Pedrouços, 37-B
Telef. 611448 - 612094
LISBOA 3

ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Em cumprimento do disposto no artigo 31.º e seu parágrafo 1.º, dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da «Novo Rumo» Cooperativa de Produção Metalúrgica, S.C.A.R.L., para reunir no dia 21 do corrente mês de Fevereiro, pelas 9 horas, na Rua de Pedrouços, 37-B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.ª) Apreciação do balanço e contas do exercício de 1975;
- 2.ª) Movimento de sócios e todos os assuntos relacionados com os mesmos;
- 3.ª) Apreciação dos critérios de distribuição e respectiva tabela;
- 4.ª) Eleição dos corpos sociais para o exercício de 1976.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Armando Amaral

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8 56441, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar dos Afonsos-Pegões, freguesia de Canha, concelho do Montijo, uma linha aérea a 30 kV para o posto de transformação de lugar dos Afonsos-Pegões, com 8 metros, derivada do apoio n.º 5 da linha para o posto de transformação de Craveiras do Sul-Pegões.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8 56965, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Pedro de Avioso, concelho da Maia, de uma linha aérea a 15 kV, com 276 metros, do apoio n.º 3 da linha para o posto de transformação de «Ferroinho» da Câmara Municipal da Maia ao posto de transformação de S. Pedro de Avioso-Souto, pertencente à Câmara Municipal da Maia.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8 57033, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Vermoim, concelho da Maia, de uma linha aérea a 15 kV, com 214 metros, do apoio n.º 34 da linha Amieira-Mata III (2.º troço) ao posto de transformação de Vermoim-Currais, pertencente à Câmara Municipal da Maia no lugar de Currais.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8 56818, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Soure, de uma linha aérea a 30 kV, com 493 metros, do apoio n.º 70 da linha Condeixa-Soure, ao Posto de Transformação de Soure — Pinheiro da Câmara Municipal de Soure, no lugar de Pinheiro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, S.A.R.L., a que se refere o processo 8 56368, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Gafanha da Nazaré, concelho de Ilhavo, de uma linha aérea de 15 kV, com 13 metros, do apoio n.º 7 da linha para o Posto de Transformação do Hotel da Barra, no concelho de Ilhavo, ao Posto de Transformação de Barra — Posto de Transformação n.º 3, da Câmara Municipal de Ilhavo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Radiodifusão

"Deixar a ideologia à porta"

PORTO, 6 — «Deixar a ideologia à porta» foi a posição defendida aqui pelo presidente da Comissão Administrativa da Empresa Pública da Radiodifusão, major João Figueiredo, quando se dirigia aos trabalhadores que assistiam à apresentação dos três militares da delegação da E. P. R. do Porto.

Depois de proferidas algumas palavras e apresentados os membros da delegação, os trabalhadores contavam com a discussão de problemas relativos à Radiodifusão, mas a cerimónia durou apenas os momentos necessários à dita apresentação e às palavras do major João Figueiredo que referiu a importância do aproveitamento dos meios técnicos, humanos e financeiros dentro da empresa.

A sessão teve lugar no cinema Nun'Álvares e os três militares apresentados foram o coronel de Cavalaria António Teixeira da Rocha Pinto, major médico Francisco Fernandes Figueira e major de Artilharia Fernando Mesquita Rito Raimundo. Esta equipa nomeará os chefes de todos os serviços de programas, pessoal, técnicos, e ainda dos comerciais e administrativos.

A «INTEGRAÇÃO»

Não houve até ao presente momento, qualquer integração

dos Serviços de Informação do ex-R. C. P. nos Serviços Informativos da Radiodifusão Portuguesa. Desde a nacionalização do Rádio, nenhum jornalista do ex-R. C. P. colaborou em qualquer dos boletins noticiosos emitidos pela Radiodifusão Portuguesa, que são da inteira responsabilidade da redacção da antiga Emissora Nacional — segundo esclarecimento de trabalhadores da ex-Emissora da Liberdade.

A Comissão de Inquérito aos Acontecimentos de 25 de Novembro levantou o impedimento de entrada nas instalações da Rua Sampaio Pina aos jornalistas suspensos, ao mesmo tempo que sugeriu à Comissão Administrativa a suspensão de toda a actividade de carácter informativo à totalidade dos jornalistas do ex-R. C. P., até à conclusão do inquérito nacional. A C. A. aceitou a sugestão, pelo que os 18 redactores e repórteres dos Serviços estão impedidos de exercer qualquer actividade informativa.

Entretanto, a Comissão Administrativa permitiu que os jornalistas, enquanto aguardam a conclusão do inquérito, escolhessem qualquer dos outros serviços da E. P. R. ou trabalhassem na reestruturação dos serviços informativos,

para a qual nomeara, aliás, algumas semanas antes, dois elementos da redacção. Aos oito trabalhadores (dos serviços de Informação) suspensos, juntaram-se agora os restantes elementos da redacção do ex-R. C. P. a quem continua a ser impedido o exercício da sua profissão.

«JORNAL DO FUNDÃO»: 30 ANOS

Completo trinta anos o «Jornal do Fundão», cuja tradição antifascista o tornou popular nos meios de esquerda, antes de 25 de Abril.

Também o «Diário dos Açores»: completa hoje o 107.º aniversário da sua fundação. Aos directores de ambas as publicações, respectivamente António Paulouro e Carlos da Silva Resende Carreiro, o «DL» apresenta cordiais saudações.

«O DIABO»

Sob a direcção de Vera Lagoa, volta a publicar-se, na próxima terça-feira, o semanário «O Diabo», cuja primeira edição contará com a colaboração de Natália Correia e Fernanda Leitão.

Nacional
A situação
no Conselho
de Imprensa

Quatro jornalistas representantes do Sindicato dos Jornalistas no Conselho de Imprensa — Carlos da Veiga Pereira, Manuel da Silva Costa, Maria Antónia Palla e João Gomes — dirigiram ao Presidente da Assembleia Geral daquele sindicato uma carta em que impugnaram a decisão da assembleia, de 30 de Janeiro passado, de os demitir dos cargos que ocupavam naquele Conselho.

Os demitidos baseiam a impugnação na «ilegalidade» da decisão, porquanto não fazia parte da ordem de trabalhos da assembleia a análise do seu comportamento, o que, tendo-se verificado, contraria o artigo 28.º dos Estatutos. Acrescentam ainda que se encontrava já na secretaria do Sindicato o relatório posteriormente distribuído aos sócios, facto que «anulará» a acusação feita pela assembleia àqueles jornalistas, de não terem apresentado relatórios das suas actividades à classe. Declaram ainda que o não fizeram com maior presteza, porque um dos elementos elitos para o C.I. não comparecia às reuniões. Finalmente, evocando os artigos 86.º e 87.º dos Estatutos, os signatários lembram que nenhuma «penalidade pode ser aplicada sem que o arguido seja notificado para apresentar por escrito a sua defesa (...) e «sem que da defesa e das provas produzidas a assembleia geral tenha tomado conhecimento».

EPAL — Empresa Pública
das Águas de Lisboa

ADMITE:

DIRECTOR DOS SERVIÇOS
COMERCIAIS

FUNÇÕES:

- Planear e organizar, com o auxílio externo de empresa da mesma actividade, a estrutura e o funcionamento dos serviços, numa perspectiva a médio e a longo prazo.
- Coordenação dos actuais serviços financeiros e administrativos — comerciais e de relações com consumidores.
- Implantação de serviços próprios de estudos e controlo, de natureza económica e social.

DAMOS:

- Vencimento compatível.
- Boas perspectivas de realização profissional e pessoal.

PEDIMOS:

- Aptidão no domínio das técnicas de planeamento a médio prazo, numa gestão por objectivos, integrando em fases sucessivas serviços afins de áreas conceituais limitadas.
- Experiência de chefia, capacidade de organização e elevado grau de maturidade emocional.
- Economista ou formação equivalente, de preferência com experiência de serviços relacionados com conjunto e natureza similares de consumidores.
- Resposta com «currículum vitae» pormenorizado e vencimento pretendido para SERVIÇO DE PESSOAL DA EPAL, Avenida da Liberdade, 22 — LISBOA.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS
DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: AV. DA REPÚBLICA, 27-29 — TELEF. 57 40 73 — LISBOA

C. C. T. RAMO RETALHISTA

Em plenário do Ramo Retalhista dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa, foi aprovada por maioria a seguinte

P R O P O S T A

Considerando que:

- 1.º No seguimento da paralisação de duas horas do dia 21-1-76, à qual a classe amplamente correspondeu;
- 2.º No seguimento dos contactos estabelecidos pelos representantes dos trabalhadores com a Presidência da República, Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro, nas quais foi inequivocamente afirmado que nada proibia que trabalhadores e patrões negociassem as suas relações de trabalho;
- 3.º Apesar dos factos apontados anteriormente o patronato novamente se negou a negociar;
- 4.º A luta é entre o capital e o trabalho, o patronato e os trabalhadores, exploradores e explorados, como neste momento se torna claro e evidente.

propõe-se:

- 1.º — Sejam reatadas as negociações com o patronato no próximo dia 6, sexta-feira, às 10 horas no Ministério do Trabalho;
- 2.º — Caso o patronato não compareça ou se negue a negociar, seja efectuada uma greve de um dia no próximo dia 11, quarta-feira;
- 3.º — Seja esta proposta, caso aprovada, levada imediatamente ao conhecimento da Presidência da República, Conselho da Revolução, Governo, Intersindical e Federação dos Sindicatos do Comércio e ainda à classe através de «Publicidade Paga» nos jornais e de uma conferência de Imprensa a realizar no próximo dia 9, segunda-feira;
- 4.º — Seja convocada uma reunião da Comissão de Luta alargada a todos os Delegados Sindicais do Sector Retalhista e a todos os Trabalhadores interessados, para se organizarem piquetes de greve, no próximo dia 10, terça-feira, às 21 horas na sede do Sindicato do Comércio;
- 5.º — Que se procure por todas as formas obter a solidariedade dos trabalhadores do Comércio de outros sectores, de forma a que a nossa luta abranja o maior número de trabalhadores possível;
- 6.º — Que nas negociações a efectuar com o patronato seja este obrigado a pagar as duas horas de paralisação do dia 21, assim como o dia de greve a levar à prática no dia 11-2-76, porque não podem ser imputadas aos trabalhadores quaisquer responsabilidades, mas sim ao patronato e ao Ministério do Trabalho;
- 7.º — Que a Direcção do Sindicato do Comércio continue a centralizar toda a organização desta luta.

A MESA DO PLENÁRIO

SINDICATO DO COMÉRCIO DE LISBOA
SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS
SINDICATO DOS ELECTRICISTAS

Plenário realizado em 4-2-76 no Pavilhão dos Desportos.

PUB

SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL
DO DISTRITO DE LISBOA
M O Ç Ã O

VIVA O 4 DE FEVEREIRO
VIVA O MPLA
VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa saúda calorosamente o povo angolano ao passar o 15.º aniversário do 4 de Fevereiro de 1961, data em que o povo angolano desencadeou a primeira ofensiva armada contra o jugo colonialista e opressor, o mesmo, que em Portugal oprimiu durante meio século o povo português.

O inimigo fascista e colonialista, fiel servidor dos interesses dos monopólios nacionais e internacionais, teve nos povos português e angolano uma resistência heróica, não isenta de grandes sacrifícios, mas que a História irremediavelmente haveria de vir a reconhecer como exemplo de luta a seguir no caminho da libertação de todos os povos ainda subjugados ao capitalismo e ao imperialismo.

A Direcção do nosso Sindicato não quer também deixar de saudar o UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), organização que representa milhares de trabalhadores dos campos e das cidades, os quais, com o seu trabalho, vontade e organização tornarão Angola numa sociedade sem classes e sem exploração do homem pelo homem.

A luta dos trabalhadores contra o fascismo ou o colonialismo é a mesma em qualquer parte do mundo, e a solidariedade internacional dos trabalhadores portugueses para com os trabalhadores de Angola é um dever que nos assiste enquanto irmãos na mesma luta e nos mesmos ideais.

Juntos derrotaremos o capitalismo.
Juntos construiremos o socialismo.

VIVA A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
PARA COM OS TRABALHADORES ANGOLOS

A LUTA CONTINUA!

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

A Direcção

Nacional

PUB SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES M O Ç Ã O

Dirigentes e Delegados Sindicais representantes dos trabalhadores gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes, reunidos na sede do seu Sindicato no dia 5 de Fevereiro de 1976, às 16 h., para discutirem o despacho do Secretário de Estado da Segurança Social que exonera a Comissão Administrativa da Caixa Sindical de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos, decidiram:

1. Repudiar energicamente a medida do Secretário de Estado que afasta da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos, os representantes dos trabalhadores, sem para tal ter o aval do Sindicato.
2. Delegar na Direcção do Sindicato as diligências no sentido de repor, o mais rapidamente possível, os representantes dos trabalhadores na Comissão Administrativa.
3. Esclarecer todos os trabalhadores que representam, sobre o verdadeiro significado desta medida arbitrária e antioperária do Secretário de Estado.
4. Unir a luta dos gráficos à luta dos trabalhadores organizados no Movimento Sindical contra as tentativas tendentes a retirar aos trabalhadores a participação na gestão da previdência.
5. Promover um movimento de repúdio por esta medida, através da recolha de assinatura de todos os trabalhadores beneficiários abrangidos por esta Caixa.
6. Não abdicar das regalias conquistadas na nossa Caixa de Previdência.
7. Que seja imediatamente exigido o pagamento das contribuições para a Previdência, às entidades patronais.
8. Que esta moção seja amplamente divulgada através de todos os modos possíveis.

Aprovado por unanimidade.

INTERCOMISSÕES DE BAIROS DA LATA

Reúne-se amanhã a Intercomissão de Bairros da Lata, organização que teve papel fundamental na luta dos moradores de bairros degradados até ao 25 de Novembro.

A reunião, que começa às 15 horas na Quinta do Bacalhau, na Rua Egas Moniz, à Rua Barão de Sabrosa, terá como ordem de trabalhos a apreciação da actual situação de luta dos moradores, depois da apresentação ao Governo, no ano passado, de um caderno reivindicativo, que nunca obteve resposta das entidades responsáveis.

Paralisada pelo refluxo do movimento popular nos momentos posteriores ao 25 de Novembro, a Intercomissão, que foi a promotora da manifestação de moradores de barracas em Maio do ano passado, pretende assim relançar o seu trabalho, procurando alcançar melhores condições de vida para os moradores de bairros degradados e uni-los, na sua luta, com outras comissões de moradores e trabalhadores.

SÓ PEIXE CONGELADO TEM PREÇO FIXO

O preço de venda do peixe tem levantado algumas dúvidas a consumidores que interpretam menos correctamente o Decreto-Lei 79/76, que fixa as tabelas.

A este propósito, a Secretaria

ALTERADO O IMPOSTO DE TRANSACÇÃO

O imposto de transacção foi alterado no que se refere a certos bens de consumo. Enquanto se mantém a isenção da taxa de bens alimentares, gás, electricidade, livros e material agrícola, aumenta a tributação dos detergentes, discos e vi-

nhos. Por outro lado, diminuiu a tributação dos aparelhos de rádio, receptores de TV, e alguns electrodomésticos, desde que não excedam determinados custos.

Os bens de consumo supérfluo são agravados em 40 por cento, e as bebidas alcoólicas encarecem 80 por cento. As mercadorias em «stock» não sofrem alteração de taxa.

OUTROS IMPOSTOS: PRORROGADOS OS PRAZOS

Foram prorrogados os prazos de pagamento dos impostos sobre veículos, contribuição predial e imposto profissional.

O Ministério das Finanças informou que surgiram dificuldades na confecção dos disticos do imposto sobre veículos os quais só poderão ser fornecidos nas tesourarias da Fazenda Pública a partir de 1 de Março próximo.

No que diz respeito à contribuição predial, a apresentação das declarações de rendas e de valores lucrativos poderá ser feita até ao dia 29 do corrente mês.

A título experimental, o Ministério das Finanças decidiu alargar o prazo para entrega das declarações de rendimentos M/1, relações M/8 e notas M/8-A e 9 até ao final de Fevereiro. Estas declarações dizem apenas respeito ao imposto profissional de empregados por conta de outrem e conta própria.

Planeamento agrícola do Algarve

Por despacho do ministro da Agricultura e Pescas, foi criada a Comissão de Planeamento Agrícola do Algarve.

Esta comissão que será integrada, designadamente, por representantes do Ministério da Agricultura e Pescas, das Cooperativas Agrícolas, dos agricultores e dos trabalhadores rurais, funcionará junto da Comissão de Planeamento da Região do Algarve, em ligação com o Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas.

PUB SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA PROFESSORES APOSENTADOS DO ENSINO PRIMÁRIO PLENÁRIO

A Comissão Directiva do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, convoca os professores aposentados do ensino primário residentes na área dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal para uma reunião a realizar pelas 21.30 horas, na Terça-feira dia 10 de Fevereiro, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1) Informações
- 2) Eleição de uma Comissão Coordenadora
- 3) Acções a desenvolver.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul M O Ç Ã O

Os trabalhadores reunidos em Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, no dia 1 de Fevereiro de 1976, na Voz do Operário,

CONSIDERANDO:

- Que, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, se pretende extinguir o Conselho Coordenador da Previdência, e a respectiva Comissão Executiva;
- que por decisão do mesmo Secretário de Estado foi nomeada uma nova Comissão Administrativa para a Federação das Caixas de Previdência, tendo sido demitidos os representantes dos trabalhadores na mesma;
- que qualquer destas decisões visa afastar os trabalhadores de gestão da Previdência;
- que os patrões devem minhuos de contos a Previdência e que os organismos de Estado nada têm feito para os obrigar a pagar, e que, a manter-se esta situação, graves prejuízos virão resultar para os trabalhadores;
- que a integração dos trabalhadores do Vestuário na Caixa dos Lanifícios e o cumprimento por esta das regalias acordadas no C. C. T. dos Lanifícios e do Vestuário, nomeadamente, subsídio de doença a 100 %, ainda não se verificam, pelos obstáculos levantados pela Secretaria de Estado da Segurança Social;
- que têm sido os representantes dos trabalhadores nas Comissões Administrativas e no Conselho Coordenador da Previdência efectivamente ao serviço dos trabalhadores;
- que a Previdência só está efectivamente ao serviço dos trabalhadores se for gerida pelos próprios trabalhadores;
- que tudo isto se integra na escalada repressiva e de ataque às conquistas dos trabalhadores desencadeada após o 25 de Novembro.

DECIDEM:

- a) Exigir do Sec. Est. da Seg. Social
1. Que o Conselho Coordenador da Previdência continue a funcionar sendo conduzidas as suas Comissões Executivas;
2. Que os representantes dos trabalhadores na Comissão Administrativa da Federação das Caixas seja reintegradas;
3. Que tome imediatamente medidas concretas para impor a todas as empresas o pagamento das suas dívidas à Previdência;
4. A aprovação imediata da integração dos trabalhadores do Vestuário na Caixa dos Lanifícios;
5. As medidas concretas e imediatas necessárias a obrigar as empresas a assumir os compromissos tomados nos Contratos Colectivos, possibilitando à Caixa dos Lanifícios passar a dar cumprimento a todas as regalias estabelecidas;
- b) Informar o Sec. Est. da Seg. Social de que não admitirão qualquer tentativa de demitir as Comissões Administrativas e afastar os trabalhadores da gestão da Previdência, direito este de que em caso algum abdicarão.

POR UMA PREVIDÊNCIA GERIDA E AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

LISBOA, 5 DE FEVEREIRO DE 1976

PEL' DIRECÇÃO
a) Edmundo F. Reis

PUB SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS ASSEMBLEIA GERAL (sessão extraordinária) convocatória

AO abrigo do art.º 25.º e alínea C) do art.º 24.º dos Estatutos, convoca-se a ASSEMBLEIA GERAL do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas em SESSÃO EXTRAORDINÁRIA para o dia 11 de FEVEREIRO de 1976, às 21 Horas, no PAVILHÃO dos DESPORTOS (Parque Eduardo VII) em LISBOA.

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — INTERSINDICAL NACIONAL

- a) QUOTIZAÇÃO
- b) POSIÇÃO DO NOSSO SINDICATO FACE AOS «ESTATUTOS» DA INTERSINDICAL.

2 — SÍMBOLO DO SINDICATO

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

O presidente da Mesa da Assembleia Geral
ALBERTO MARTINHO GONÇALVES

Importante:

De harmonia com o art.º 27.º dos Estatutos, a Assembleia Geral só poderá realizar-se se estiverem presentes pelo menos 100 dos requerentes. A primeira chamada terá início às 21 horas.

Nacional

Director-geral do Ensino Superior na TV

"Questão do orçamento é um falso problema"

Qual o sistema de prioridades a adoptar na distribuição de verbas, qual a origem de classe da população universitária, foram questões que estiveram sempre presentes na exposição que, ontem, na Televisão, o dr. Rocha Trindade, director-geral do Ensino Superior, fez ao País sobre a contestação generalizada das escolas superiores aos orçamentos concedidos e encurtados pelo M. E. I. C.

Para melhor situar a questão orçamental que o dr. Rocha Trindade considera um falso problema, redefiniu os objectivos da Universidade: formar profissionais segundo as necessidades do País; prestar serviço à comunidade consultoria técnica a órgãos de Estado ou empresas nacionalizadas; manter-se a par da modernização e actualização científico-tecnológica; apoiar na formação de professores do Ensino Básico e Secundário.

Expostos os objectivos é o dr. Rocha Trindade de opinião que não será a meio de um ano lectivo que se vai levantar o problema dos cursos existentes serem ou não os mais adequados. Também «não é fechando as escolas que se resolve esse problema».

Será pois necessário criar cursos mais curtos, mais baratos, mas de feição mais generalizante, fortemente profissionalizantes. Face à actual situação da Universidade os alunos não estão isentos de culpa. Se um aluno paga sensivelmente 1200\$0 por ano para frequentar a Universidade e fica ao Estado em 20 a 30 contos anuais, «o povo tem o direito de exigir que este dinheiro seja reprodutivo», conclui o director-geral do Ensino Superior.

Que o curso seja visto ainda como promoção social, que se mantenham os mesmos privilégios de classe na frequência

do Ensino Superior, são realidades que não se podem esconder.

O estabelecimento de prioridades na concessão de verbas terá de levar em linha de conta os interesses gerais do País. Por tal, seguindo o pensamento do dr. Rocha Trindade, a necessidade de incrementar a regionalização do ensino superior, desenvolver o Ensino Básico e Secundário, provocar a explosão escolar nestes dois ramos de ensino e a urgência em pôr a funcionar a Universidade Aberta.

O orçamento concedido às Universidades, nesta linha, sendo exíguo, não é no entanto impeditivo do funcionamento das universidades. Textualmente: «Tomei pessoalmente um compromisso no sentido de serem concedidos às escolas os orçamentos necessários ao seu funcionamento, embora em condições de estrita austeridade».

Recordou o aparecimento no interior das universidades portuguesas de mais de 20 mil alunos e o aumento de salários dos docentes. Dizer pois que é intenção do M. E. I. C. criar dificuldades às Universidades é «uma extrapolação perigosa».

Sendo, é certo, o orçamento curto, observou o dr. Rocha Trindade que, por outro lado, o tempo foi demasiado curto (cinco dias) perante um reajuste do orçamento. Nesse sentido, foram dadas normas genéricas (apenas norma de boa gestão) às comissões directivas das faculdades e sugerida a necessidade de serem reduzidas as cadeiras de opção.

Entretanto, em compromisso formal tomado pessoalmente, o director-geral do Ensino Superior em reunião havida com as Academias de Lisboa e Coimbra, garantiu que os orçamentos serão revistos de forma a que todas as escolas possam

funcionar.

Face à contestação que se generaliza à volta do orçamento «meio de instrumentalização das universidades?», pergunta o dr. Rocha Trindade: «Luta contra quem? Luta contra quê?»

ELEIÇÕES EM LETRAS

Considerada como um prolongamento da Comissão Directiva do anterior ano lectivo, a Lista C «Democracia na Escola para o Socialismo» venceu com cerca de 50 por cento dos votos entrados nas urnas, as eleições para o Conselho Directivo da Faculdade de Letras. A lista vencedora é encabeçada pelo dr. António José Saraiva e é composta ainda pelos professores Joana de Barros Baptista (Clássicas), Luísa Leal de Faria (Anglo-Americanos), Luís Caeiro (Psicologia), Maria José Ferro (História), Maria do Carmo Allen Vasconcelos (Anglo-Americanos). Em representação dos alunos figuram Jorge Guedes (Anglo-Americanos), Luís Leiria (Filosofia), Maria da Luz Lima (Românicas), Luís Moreira (Anglo-Americanos), Ana Maria Lopes Saraiva (Filosofia), António Augusto Paço (História).

Em representação dos funcionários fazem parte João Leandro Teixeira de Magalhães, Violante de Jesus Graça Dias, Maria Libânia de Jesus da Silva Rebelo e Maria da Purificação José Gomes Leandro.

A lista vencedora compromete-se a assegurar o funcionamento nocturno da faculdade, bar e biblioteca e organizar cursos destinados ao pessoal da faculdade.

Nun total de 2927 votantes, registaram-se 224 abstenções e 26 votos nulos.

DATA PARA EXAMES

Os exames do ensino médio e secundário têm já data marcada, começando dia 28 de Junho, enquanto os do preparatório terão início em 5 de Julho. Todos os exames terminam em 31 de Julho, informa a nota do M. E. I. C.

O calendário escolar para este ano, programa as férias e início dos períodos lectivos da seguinte forma:

Ensino Primário: férias do Carnaval, de 28 de Fevereiro a 3 de Março; férias da Páscoa, de 4 a 20 de Abril; início do terceiro período a 21 de Abril; final das aulas e dos exames em 30 de Junho.

Ensinos Preparatório, Secun-

dário e médio: férias de Carnaval de 28 de Fevereiro a 3 de Março; primeira avaliação de conhecimentos em 26, 27 e 28 de Fevereiro; final do segundo período a 10 de Abril; férias da Páscoa, de 11 a 20 de Abril; segunda apreciação de conhecimentos em 12, 13 e 14 de Abril; início do terceiro período em 21 de Abril; final das aulas do terceiro período para os ensinos secundário e médio, em 19 de Junho; terceira avaliação de conhecimentos (ensino secundário e médio), em 21, 22 e 23 de Junho; final das aulas do ensino preparatório, a 26 de Junho; terceira avaliação de conhecimentos (ensino preparatório) em 28, 29 e 30 de Junho; início de exames nos ensinos secundário e médio, em 28 de Junho; os exames do ensino preparatório iniciam-se em 5 de Julho.

Ensino Superior: férias do Carnaval, de 28 de Fevereiro a 3 de Março; férias da Páscoa, de 11 a 20 de Abril; o ano lectivo terminará em 31 de Julho.

Morte dum poeta popular

VIANA DO CASTELO, 6 — Morreu Augusto Valente, comerciante e poeta, figura muito conhecida nesta cidade. O extinto, que durante muitos anos trabalhou como agente de uma companhia de seguros, foi o fundador da Associação dos Empregados de Comércio e delegado dos Espectáculos.

Augusto Valente publicou poemas seus no Brasil e em Israel, ficando este último facto a dever-se à circunstância de um turista judeu ter lido versos seus dedicados aos atletas israelitas assassinados durante os Jogos Olímpicos de Munique.

Exposição colectiva no Barreiro

De sábado a 17 do corrente estará patente na Sociedade «Os Franceses» (Barreiro) uma exposição colectiva compreendendo quadros de Kira, João, Judith, Morato e Ferreira.

TRESPASSE NO CHIADO

R. NOVA DO ALMADA, 81 - Loja e 1.º andar

com mercadoria, móveis e utensílios para artigos de senhora, bijuterias, pronto-a-vestir, peles, perfumarias, etc.

LEILÃO

Por motivos de saúde serão postas em praça no N/ ESCRITÓRIO, PRÓXIMA 3.ª F., AS 12 HORAS, as quotas e todo o activo desta antiga unidade comercial, sem qualquer passivo, incluindo toda a respectiva existência, c/ a venda de 5 000\$.

Os interessados poderão visitar o local HOJE, AMANHÃ e 2.ª f. próximas das 10 às 12 e das 15 às 19 horas, onde serão prestados todos os esclarecimentos.

SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1
Telfs. P.P.C. (9 Linhas)
532929-51478-47018/9

AFRA FILHOS, Lda

PUB

**SINDICATO DE GARAGENS,
POSTOS DE ABASTECIMENTO,
TRANSPORTES E OFÍCIOS
CORRELATIVOS
DO CENTRO E SUL
MOÇÃO**

1 — Repúdio total a qualquer tentativa por parte do secretário de Estado do Ministério dos Transportes do afastamento de elementos progressistas das Comissões Administrativas que forem postos à frente das empresas nacionalizadas com o aval dos trabalhadores.

2 — Organização de base no seio das empresas como forma concreta de enfrentar os problemas da empresa e estar alerta contra as manobras direitistas.

3 — Exigir que o decreto-lei sobre o controlo operário que está a apodrecer nos gabinetes ministeriais, saia cá para fora.

ESTA MOÇÃO FOI APROVADA POR UNANIMIDADE

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976
GRUPO DE APOIO A DELEGADOS

BOM APETITE



NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel
da Nóbrega, 9-A

Lisboa



**Restaurante
CASTANHEIRA**

DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ªs feiras)

LEÃO D'OURO

(RENOVADO)

ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO

Rua 1.ª de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195

R E S T A U R A N T E

QUINTA DE S. VICENTE



TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO

Encerrado às 2.ªs feiras a partir das 16 h
e 3.ªs feiras todo o dia



NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel
da Nóbrega, 9-A

Lisboa



PUB

**SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA**

Pede-se a todos os delegados sindicais que passem pelo Sindicato, com urgência, a fim de levarem o boletim sindical do mês de Janeiro para as suas escolas.

Lembramos que do sumário deste boletim fazem parte entre outras as seguintes questões: Diuturnidades, Apresentação e Reforma.

ASSINA: A COMISSÃO DIRECTIVA

AGRADECIMENTO

Os familiares e amigos de Maria Eduarda Lourinho Penedo Pereira, falecida em 26 de Novembro de 1975, na impossibilidade de o terem feito antes, vêm agradecer a presença de todos os antifascistas que a acompanharam até à sua última morada

Trabalho

150 agricultores sem terra

Rendeiros de Olhalvo (só) querem justiça

No prosseguimento de diligências que há longo tempo têm vindo a desenvolver sem resultado, os 150 rendeiros de Olhalvo, Alenquer, desapossados das terras que amanhavam pelo proprietário e armazenista de vinhos Francisco Raimundo Ferreira, constituíram uma delegação de vinte elementos que ontem se deslocou a Lisboa e se avistou com o secretário de Estado da Agricultura, depois de ter sido recebida no Centro Regional da Reforma Agrária. Falámos com alguns deles. Disseram-nos que tinham sido bem recebidos, que tinham saído confiantes. «Agora vamos ver...» — «crescentou alguém. Este «agora vamos ver» liga-se ao facto de já em Outubro do ano passado terem sido efectuados idênticos contactos. Também nessa altura saíram confiantes... nada.

Tudo começou com uma carta de despedimento. Uma carta de Francisco Raimundo, figura bem conhecida na região. Denunciado publicamente como participante no assalto ao centro de trabalho do P. C. em Olhalvo, é assíduo a sua presença interveniente nos plenários de Rio Maior, promovido pela chamada Confederação de Agricultores.

Mas, vamos à carta. Reza assim: «Ex.º senhor: Dado que preciso de fazer a reconversão na minha propriedade da Quinta da Margem do Arado, reconversão essa que abrange as partes da mesma que V. Ex.ª amanhã, venho pela presente informar que logo após a colheita das uvas de 1974, tomarei imediatamente posse das citadas partes, pelo que, a partir da data desta carta se deve considerar despedido. Certo de que V. Ex.ª compreenderá o fim em vista, fico ainda à

v/ disposição para qualquer esclarecimento e subscrevo-me com a mais elevada consideração».

Foi com base nesta «fórmula processual» que ficaram sem quaisquer meios de subsistência muitos dos rendeiros atingidos e suas famílias. Rendeiros havia que trabalhavam as terras há 25 anos, alguns tomando-as de seus pais, datando o contrato mais «recente» de há 14 anos. De frisar que Francisco Raimundo comprou a Quinta pouco tempo antes do 25 de Abril, tendo na altura assumido, perante a ex-proprietária, conforme nos afirmaram o compromisso de não despedir ninguém.

Quando, em Outubro, recorreram ao Instituto de Reorganização Agrária e a Secretaria de Estado da Agricultura, os rendeiros fizeram ver que tinham sido vítimas de acto autoritário, contrário ao espírito

da lei. Foi-lhes respondido que a atitude do proprietário era efectivamente arbitraria, pelo que se deveria fazer justiça. Por seu lado, F. Raimundo disseram-nos — manifesta-se pouco preocupado com as leis e os tribunais, sendo-lhe atribuídas afirmações como esta: «Eles que recorram aos meios deles que eu recorro aos meus».

«A justiça é cara e ele é que tem o dinheiro» — comentou um dos rendeiros com quem falámos. Acrescentou outro: «Ele deve à Adega Cooperativa de Olhalvo 4 mil e 700 contos. Até dessa maneira lesa os pequenos proprietários. A nós levamos assim as terras e o dinheiro».

«Com o dinheiro que deve à Cooperativa é que ele comprou a Quinta» — adiantou um terceiro.

Apenas querem justiça, afirmaram eles todos.

Greve parcial nos S.T.C.P.

Em luta pela publicação do contrato colectivo de trabalho, pela reclassificação do pessoal e pela uniformização de vencimentos, os trabalhadores dos escritórios do S.T.C.P., Serviço de Transportes Colectivos do Porto (cerca de 200), decidiram paralisar o trabalho todas as manhãs até ao dia 10 e, caso a sua reivindicação não seja satisfeita, entrarão em greve total, a partir daquela data. No entanto, conforme afirmaram ontem em conferência de imprensa, salvarão

sempre, o processamento dos vencimentos do pessoal e os serviços relacionados com tráfego.

Está em causa o contrato vertical, que já foi assinado por vinte e quatro dos vinte sete sindicatos outorgantes, mas que o conselho de gerência do S.T.C.P. não aceita por considerar que isso iria criar mais conflitos, nomeadamente com o sector oficial.

Gráficos de Aveiro

Na sua última assembleia, os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos distritos do Porto, Bragança e Vila Real aprovaram uma moção na qual «repudiavam a tentativa de extinção do Sindicato de Aveiro como manobra atentatória dos mínimos e legítimos direitos e interesses dos trabalhadores». Manifestam ainda a sua solidariedade para com os seus camaradas de Aveiro, «na sua luta contra a ingerência de quem quer que seja, e pela defesa das liberdades sindicais».



Teófilo Fontainhas Neto

FALECEU

Esposa, filhos noras e netos e demais família, participam dolorosamente o seu falecimento e informam que o seu funeral se realiza amanhã, dia 7, às 16 horas de sua residência em S. B. de Messines.



Os representantes das Ligas Agrárias do distrito do Porto deram conta à imprensa das suas preocupações, muito particularmente, no que respeita à lei do arrendamento rural e à necessidade de definição do estatuto do agricultor

Ligas Agrárias do Porto pretendem estatuto do agricultor

Em conferência de imprensa realizada ontem no Porto, o Secretariado Provisório das Ligas Agrárias deste distrito afirmou que a Lei do Arrendamento Rural «é o primeiro passo para a Reforma Agrária no Norte do País», acrescentando que, todavia, esta lei «tem implicações regionais que impõem algumas correcções».

«As Ligas Agrárias, primeira associação de pequenos agricultores surgida após o 25 de Abril (o seu primeiro documento foi publicado em 3 de Maio de 1974, elaborado por representantes de 17 concelhos aderentes ao então chamado Movimento Sindical Agrário), constituíram há pouco o seu Secretariado, que se destina a coordenar os contactos com os órgãos de Informação e com as entidades oficiais ligadas ao sector.

O Secretariado do distrito do Porto representa as Ligas já constituídas nos concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Valongo, Lousada e Felgueiras (esta, aguardando legalização), em que se encontram inscritos mais de 1500 pequenos agricultores e rendeiros desta vasta região.

Como preocupações fundamentais, neste momento, as Ligas apontam a necessidade de «o Ministério da Agricultura tomar uma posição clara em relação à Lei do Arrendamento,

ainda que com revisão de alguns pontos, a fim de ela ser cumprida», a definição no Estatuto do Agricultor e um planeamento rural que passa pela reconversão e pela defesa, em meios técnicos, sociais e humanos, de todos os que se apoiam na terra e a trabalham.

Assim, afirmaram, nomeadamente, sobre o estatuto do agricultor:

«É a agricultura a classe onde mais pessoas existem que a ela não pertencem. Hoje em Portugal tanto é agricultor um rendeiro ou um cultivador de cinco ou seis hectares de terra arrendados ou seus, como qualquer profissional de outra actividade que cultiva uma pequena horta. Mais ainda, este último indivíduo, que pode ser um operário especializado ou um diplomata, tem acesso a associações de agricultores. Nós pensamos que esta situação não pode manter-se, e a definição do estatuto do agricultor é urgentíssima.»

Por outro lado, apontam que, «em relação às produções agrícolas, torna-se imperioso estabelecer zonas preferenciais, onde devem ser lançados planos de produção e reconversão». Sobre a questão do planeamento rural afirmaram também: «Não esqueçamos que, no início de qualquer plano de desenvolvimento, se enuncia a unidade económica

onde se desenvolve o trabalho produtivo e que é a partir daí que fica condicionado o seu êxito. Sendo assim, e visto ser a empresa agrícola a unidade económica em que se baseia a agricultura, entendemos que será a partir da redimensão dessa empresa que resurgirá a agricultura regional».

Como problemas urgentes referem ainda, aliás segundo um trabalho já enviado ao ministro da Agricultura, a Previdência rural, as associações agrícolas representativas, o apoio técnico, a formação profissional, a reconversão, os circuitos comerciais, o crédito e o seguro. A propósito, disseram: «Não acreditamos que, com medidas esporádicas, se possa resolver o problema da agricultura, pois a reconversão do sector passa por uma política global e não, por exemplo, por uma simples mudança do titular da pasta da Agricultura. Não é com a mudança de um ministro que a agricultura melhora de um dia para o outro».

As Ligas Agrárias, que representam pequenos agricultores e rendeiros nesta região de minifúndios em que as explorações têm em média dois hectares, demarcaram-se também em relação à Confederação de Agricultores de Portugal (dos plenários de Braga e Rio Maior), e ainda do M.A.R.N.

Continua na pág. 17

PUB

**SINDICATO DE GARAGENS,
POSTOS DE ABASTECIMENTO,
TRANSPORTES E OFÍCIOS
CORRELATIVOS
DO CENTRO E SUL
M O Ç Ã O**

Considerando que a Rodoviária Nacional é uma conquista dos trabalhadores após o 25 de Abril através das nacionalizações e que tem à sua frente um patrão sr. eng.º sr. JOÃO BOTEQUILHA principal accionista da TRANSFEC e Administrador da TAP e ex-Presidente do GITA (Grémio dos Industriais de Transportes Automóveis, os Delegados Sindicais deste Sindicato exigem:

1.º A imediata demissão do sr. eng.º JOÃO BOTEQUILHA e do seu comparsa dr. MANUEL MOURA;

2.º Que a todo o processo concernente à Rodoviária Nacional, os Sindicatos afectos, porque efectivamente são representativos dos trabalhadores, não estejam à margem como até aqui, por pressões exercidas por elementos directivos da Rodoviária Nacional.

Aprovada por unanimidade no gabinete de apoio a Delegados Sindicais do SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL E RATIFICADA POR UNANIMIDADE EM PLENÁRIO DE DELEGADOS SINDICAIS DESTE SINDICATO EFECTUADO EM 4 DE FEVEREIRO DE 1976.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1976

PUB

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DA INDÚSTRIA HOTELEIRA, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

ALERTA AOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA HOTELEIRA DOS DISTRITOS DE COIMBRA, LEIRIA, GUARDA E CASTELO BRANCO

É dever desta Federação, numa linha coerente de defesa dos interesses dos trabalhadores do sector, alertar para os graves inconvenientes que podem resultar para todos, do facto de não existirem Corpos Gerentes representativos, eleitos segundo as regras do Sindicalismo democrático, devido à não realização das eleições marcadas para 15 Dezembro passado.

Na verdade, esta situação anti-estatutária, pode levar à suspensão do Sindicato de Coimbra da Federação por não cumprimento do Capítulo n.º 2 (Democracia Sindical) e art.º n.º 12 (Deveres dos Sócios).

Esta suspensão pode por sua vez levar a que os trabalhadores desses Distritos não venham a ser abrangidos pela revisão do CCT entre outros prejuízos que dela adviriam.

É, portanto, urgente, resolver o problema de ultimar o Acto Eleitoral, deixando que os trabalhadores se expressem livre e democraticamente.

Em frente pela organização e democracia nos Sindicatos.

PELA DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL — SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES DO DISTRITO DE FARO

Diogo Dias
Américo Nunes

Trabalho

Se não se chegar a acordo... a Soda Póvoa paralisa terça-feira

A fábrica Soda Póvoa paralisará na próxima terça-feira, se não se obtiverem resultados satisfatórios na reunião de segunda-feira, entre a administração e a comissão de Trabalhadores.

A reivindicação dos trabalhadores da Soda Póvoa consiste fundamentalmente na exigência cuja razão já teria sido reconhecida pelo Ministério do Trabalho, de receberem de uma só vez, e em Abril, a gratificação suplementar (15.º mês) referente ao trabalho prestado em 1975, enquanto a entidade patronal pretende liquidá-la em catorze prestações. «Em 1976, a integração de um catorze avos suplementares em cada vencimento mensal deve referir-se ao próprio ano de 1976. O 15.º mês de 1975 tem de ser pago em Abril», afirmou um dos elementos da Comissão de Trabalhadores.

A Soda Póvoa pertence à multinacional Solvay, com sede na Bélgica, e é um dos mais

importantes grupos económicos da C.E.E. Por isso, no Ministério do Trabalho afirmaram: «O Governo não está interessado em criar quaisquer atritos com o Mercado Comum Europeu. Não convém estar a fazer muitas ondas com este problema neste momento», segundo declarou ontem numa conferência de Imprensa um dos elementos da Comissão de Trabalhadores.

Conscientes da importância vital da Soda Póvoa para a indústria, os trabalhadores não têm encetado qualquer tipo de luta. «Temos visto todos os nossos camaradas das fábricas aqui da zona a avançar nas suas reivindicações. Nós temos aguentado. Agora estamos saturados e esperamos que formas de solidariedade operária pressionem o Governo». A produção da Soda Póvoa afecta directamente 45 por cento da produção nacional e indirectamente cerca de 90 por cento.

Desde a passada segun-

da-feira que, apesar de continuar a produção, foi cortada progressivamente, até atingir o corte total, a saída de alguns produtos de que a Soda Póvoa tem o monopólio, como a soda ligeira, soda densa, cloreto de sódio, perboratos e silicatos.

Algumas fábricas já se encontravam em dificuldades e estavam a utilizar os «stocks», que na maioria dos casos apenas dava para uma semana. Representantes das comissões de trabalhadores das fábricas Gaivota, Covina, Sotancro, entre outras, estiveram presentes na conferência de Imprensa e alertaram para o possível aumento de desemprego, caso o não fornecimento de produtos se arrastasse por muito tempo e a utilização por parte das administrações dessas empresas da luta dos trabalhadores da Soda Póvoa para não cumprir os contratos e para despedimentos.

Salientam também que de uma forma geral, os trabalha-

dores daquelas empresas estão solidários com a luta dos da multinacional, mas a repercussão do corte de fornecimentos poderia criar um «choque entre trabalhadores» motivado pela degradação económica das empresas.

Soda Póvoa: empresa vital para a economia nacional. As condições de trabalho, para cerca de mil trabalhadores, segundo nos informaram, não são as melhores. «Estamos a fazer uma média de dois tuberculosos por ano», acrescentou um dos elementos da C.T. Tem suportado tudo para não prejudicar os outros trabalhadores. Mas atingiram o ponto de saturação. Exigem o pagamento do 15.º mês de 1975. O Ministério do Trabalho reconhece-lhes razão. Mas não obrigou ainda a administração a cumprir. Se não se chegar a acordo a Soda Póvoa paralisa terça-feira. Até lá, será de 50 por cento a redução nos produtos químicos que já mencionámos.



Soda Póvoa: o não pagamento do 15.º mês de 1975 pode levar à paralisação da fábrica. E isso arrastará dezenas e dezenas de outras empresas

Comissão administrativa do Pão de Açúcar denuncia campanha a favor dos ex-patrões

A comissão administrativa dos supermercados Pão de Açúcar divulgou um comunicado em que alerta os trabalhadores do grupo para a «campanha» que, «a vários níveis», está a ser desenvolvida contra aquele órgão de gestão, atingindo, também, os órgãos representativos dos trabalhadores. A CAD do Pão de Açúcar contesta os elementos fornecidos por um artigo publicado no último número do Expresso, coincidindo com movimentações, externas e internas, que levam a crer numa tentativa para a afastar da direcção da empresa.

No referido documento, que transcrevemos na íntegra, enquadra-se este movimento na situação que se está a generalizar a nível nacional (demissões nas empresas, atentados à bomba, etc.).

1. No jornal «Expresso» de 31/1/76, publicou-se um artigo com o título «Pão de Açúcar: problemas económicos e financeiros» que nos merece alguns comentários.

Por outro lado, o clima que se vive no País, e que faz acordar os saudosistas do passado que temos entre nós, obrigam também a alguns considerandos.

2. Torna-se claro, para qualquer trabalhador atento, que se orquestra a nível interno e externo uma campanha a vários níveis contra a CAD e os órgãos representativos dos trabalhadores. Basta ver o que se passa no País: demitem-se Comissões Administrativas de Câmaras (Cascais, Torres Novas, etc...), Comissões Administrativas de Empresas (Martins e Rebello, Junta Nacional dos Produtos Pecuários, etc...), atentados à bomba a Sindicatos (recentemente em Braga). Seria pois de estranhar que a nível interno nada acontecesse.

3. Assiste-se então a uma aliança clara dos que internamente estão interessados no regresso dos patrões, com aqueles que são o próprio patronato na Imprensa e, não só! Segundo o «Expresso» (e não apenas) as despesas com o pessoal deveriam ser de 6 por cento das vendas. Como as vendas de 1975 foram de 2.231.000 contos então as despesas com o pessoal deveriam ser de 133.860 contos (e não os 283.800 contos). Isto é, o salário médio seria de 3.000\$00/mês, o que considerando o leque salarial que tem o máximo em 20.000\$00/mês (por agora), faria com que a grande maioria dos trabalhadores auferissem um vencimento muito de 2.000\$00, portanto muito abaixo do mínimo nacio-

nal. A menos que o «Expresso» (e não só!) advoque os despedimentos em massa!

4. Quase se conclui, da leitura, que os trabalhadores (e seus sindicatos) fazem reivindicações inconsequentes e que os próprios trabalhadores são inconsequentes, pois não percebem que elegem Comissões de Trabalhadores que não lhes servem, pois são contestadas... como se os saudosistas alguma vez deixassem de contestar! (ainda que muitas vezes em silêncio).

5. Já no que respeita ao patrão, o «Expresso» refere as excelências do comendador brasileiro que, com as ideias de «Marketing» fez «mundos e fundos». Que valem os 2.477 trabalhadores da Supa ao pé desse gigante? Ele, que com as suas concepções de venda, pôs a empresa a vender mais 20 vezes entre 1970 e 1974...

6. É notório o enaltecimento

do «comendador» do outro lado do Atlântico, em detrimento dos trabalhadores da empresa. No entanto, o «Expresso», ainda fazia menor: dava ao pessoal 6 por cento sobre as vendas, enquanto que o «comendador» foi em 1972 aos 7,1 por cento em 1973 aos 8,2 por cento e em 1974 aos 11,4 por cento («casos excepcionais máximos!»).

7. Claro que o «Expresso» não refere que os 45 por cento do capital (e não os 47 por cento) a menos que tenha obtido a informação directamente da fonte brasileira, a qual nós desconhecemos! Representam 36.000 contos num capital alheio de 1.000.000 de contos, dos quais metade são da Banca nacionalizada! Como não refere que, dos 36.000 contos, estão por pagar 20.000 contos de uma letra, que o senhor «comendador» deixou protestar, e a qual havia aceite descontar no BESCL e, assim, realizar o seu capital (este capital, «estrangeiro»!). E também não refere que, embora a CUF tenha os mesmos 45 por cento, pôs mais dinheiro na empresa, que o sr. «comendador» (manobras do capital!).

8. Portanto, para além de se concluir das inconsequências dos trabalhadores, conclui-se, também, que os gestores portugueses são uns inaptos que

não souberam ir à Banca (agora nacionalizada) buscar os meios para resolver os problemas financeiros, pois que só utilizaram em 1975, 26.000 contos, enquanto, por certo, o sr. «comendador» teria obtido muito mais, a acrescentar aos 500.000 contos que foi buscar à Banca no tempo do fascismo, assim como também não souberam impedir que os trabalhadores passassem a ter, de acordo com o C.C.T., uma massa salarial de 13 por cento (pois 6 por cento é que era bom!).

9. À pergunta: «E perante isto, que pensa fazer o Ministério do Comércio Interno», com que finaliza o artigo é fácil, para todos tirar as conclusões:

a) Atendendo ao saudosismo por parte de algumas pessoas que sempre contestaram as comissões.

b) Atendendo ao parecer do técnico do M. Fas., integrado na Comissão de Inquérito, que emite parecer contrário aos dos outros três inquiridores, nomeados pelos trabalhadores.

c) Atendendo a necessidade de continuar a sanear à esquerda, com vista à recuperação do capitalismo.

Necessariamente, que o sr. ministro irá tentar dimitir a CAD, sem a ouvir, apesar das muitas insistências.»

Imprensa e comissões não entram na Timex

«Não é permitida a entrada a jornalistas, repórteres fotográficos e de cinema. Não é permitida a entrada a delegados ou representantes de quaisquer comissões de outras empresas».

Estas são as proibições contidas numa carta expedida pelo Departamento de Segurança da TMX Portugal Lda, para a Comissão de Trabalhadores da Timex, por ordem da administração, que pretende impedir os órgãos de Comunicação Social de divulgarem o que se passa nesta multinacional, cujos patrões, norte-americanos,

preparam um «lok-out» ilícito. A determinação tenta também impedir os trabalhadores da Timex de estreitarem os contactos com os seus camaradas de outras empresas, dos quais poderiam sair formas de luta e respostas adequadas à situação.

De acordo com a carta, apenas poderão transpor a barra vermelha à entrada da fábrica o próprio pessoal da TMX, dirigentes sindicais representantes directos dos trabalhadores da TMX, devidamente identificados, inspectores do Trabalho, representantes do Minis-

terio ou autoridades competentes.

O controlo da portaria está a ser feito por elementos afectos ao próprio Departamento de Segurança da empresa, que dizem «cumprir ordens». Na manhã de hoje, a comissão de trabalhadores da Timex deu uma rápida conferência de Imprensa, à porta da fábrica e sob a chuva. João Simões, da CT e Humberto José, delegado sindical, disseram que não contrariariam as disposições para não criar caso para os camaradas da segurança, pois esta divisão interessaria muito ao patronato.

Têxtil M. Gonçalves

Ordem do Ministério não é cumprida

Segundo informação divulgada em conferência de Imprensa, hoje realizada no Porto, pelos 17 trabalhadores que se encontram em causa na Têxtil Manuel Gonçalves, de Falmalhão, o Ministério do Trabalho enviou, ontem, para a sede daquela empresa, um telex em que se determinava que aquele grupo de operários, ameaçado de despedimento pelo patrão, deviam reentrar ao serviço às

14 horas, daquele dia.

Todavia, os trabalhadores não foram nem avisados nem contactados, afirmando os «delegados sindicais», como justificação, que não haviam encontrado os trabalhadores e que não sabiam deles. A verdade é que, foi afirmado na conferência de Imprensa, não seria difícil encontrá-los, dado que alguns, inclusivamente, vivem muito perto da unidade industrial.

PUB

CLUBE FERROVIÁRIO DE PORTUGAL CONVOCATÓRIA

De harmonia com o parágrafo 1.º do artigo 25.º do nosso Estatuto, convoco os Senhores Associados a reunir no 19 de Fevereiro de 1976, pelas 20.30 horas, na sede do Clube, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1) Apreciação e votação do Relatório e Contas das Gerências de 1972/73 - 1973/74 - 1974/75.

Não havendo a hora marcada o número de Sócios Efectivos necessário para a Assembleia poder funcionar, fica esta marcada para o mesmo dia e uma hora depois, de harmonia com o estabelecido no parágrafo 1.º do artigo 27.º do Estatuto.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Artur Ferreira

Nacional



«O que Mário Soares e os seus amigos têm feito não é informar o povo com a maior verdade» — Mário Murteira

Carta aberta a Mário S ou a responsabilidade p

naturalmente... a esses mesmos Governos com a composição das forças políticas civis e militares que os caracterizou.

Quanto ao IV Governo, por exemplo, o P. C. P. é tão pouco ou tão muito responsável pela sua política económica como o P. S., e nem um nem outro podem ser responsabilizados pela política do V. Mas, quanto a este, a questão é muito outra, como lhe mostrarei mais adiante.

Por outro lado, falo das políticas **formuladas** por aqueles Governos e não necessariamente do que se **fez** ou **permitiu fazer**, pois não ignora o fraquíssimo poder executivo de que dispunha.

E acrescento que não estou a tentar diminuir ou esconder a minha responsabilidade nessa política económica, até porque a subscrevi como ministro da Coordenação Económica e continuo a considerá-la correcta, nos seus traços essenciais, e sem alternativa praticável a curto e médio prazo, desde que efectivamente se pretenda construir em Portugal uma democracia, não apenas formal e burguesa, mas que sirva um processo de transição para o socialismo. Se a sua ideia reside numa política que assegure o regresso ao capitalismo, então a conversa será outra. Voltarei a este ponto, aliás decisivo.

Porém, se se trata de uma discussão entre gente séria, é preciso tentar compreender de que política se tratava, como foi elaborada, e porque só pôde ser muito parcialmente exercida no curto período em que aqueles Governos se mantiveram: cerca de quatro meses o IV Governo, e um mês o V, com quase um mês de crise entre ambos.

Não vou, todavia, fatigá-lo repetindo exposições que ouviu em Conselho de Ministros, quando não se distraía na leitura de jornais estrangeiros, e lembrando documentos que de qualquer forma estão publicados e acessíveis a qualquer pessoa (designadamente no caderno **Textos de Política Económica**, editado por mim há poucos dias).

Vou dar-lhe, antes

exemplos do que poderá ser uma análise objectiva da presente situação económica portuguesa. Calculo que V. não terá o que se possa chamar «vocação para números», a avaliar pelas seguintes afirmações suas relativas ao desemprego em Portugal.

DESEMPREGO EM PORTUGAL (segundo Mário Soares)

QUADRO A

N.º de desempregados	Local e data da afirmação
500 mil («sem falar de 300 mil refugiados»)	Londres («DL» de 6-Set.-75)
300 mil	Londres («Capital» de 4-Dez.-75)
400 mil	Caracas («DL» de 31-Dez.-75)

Sei bem que a nossa economia é ainda capitalista e, como tal, sujeita a flutuações de conjuntura. Contudo, flutuações daquela dimensão, em tão pouco tempo, só poderão atribuir-se às flutuações do seu próprio espírito.

Creio que tais erros são **muito graves**, até porque traduzem atitudes deliberadas, que significam o «vale tudo» em política. Falar levianamente em meio milhão de desempregados, bancarrota eminente, esgotamento de reservas, subidas de preços, possibilidade de fome, como V. e amigos seus ultimamente têm feito não é certamente «informar o povo com a maior verdade» mas contribuir para um clima favorável ao êxito do C. D. S. ou do próprio E. L. P. Levianidades deste teor, além do mais, custam dinheiro ao povo português. Por exemplo: as constantes referências que V. fez no estrangeiro, em dado período, a iminentes riscos de guerra civil, contribuíram sem dúvida para agravar a situação do turismo e da nossa balança de pagamentos. E as especulações verbais de certos membros do VI Governo sobre preços e abastecimentos não influíram pouco no renovar da psicose inflacionista e especulativa e nas dificuldades de abastecimento que ultimamente se notaram, em contraste com a relativa regularidade verificada em períodos anteriores, mes-

mo de acentuada tensão política.

Voltando ao desemprego, há estimativas oficiais que o avaliam, relativamente a Dezembro de 1975, em cerca de 360 mil trabalhadores. Desse montante, calcula-se que pouco mais de 1/3 corresponda a **trabalhadores despedidos**, à procura de **novo** emprego, cerca de outro terço serão jovens saídos do sistema

por cento do investimento. Poderá perguntar aos seus amigos social-democratas — do país das valsas, por exemplo — se a isto poderá chamar-se «estatização da economia». V. tem razão quando se não reconhece social-democrata, porque os social-democratas percebem o que é a economia. E quanto ao «socialismo de fachada» que me atribui, já lá iremos.

No momento em que a política económica do VI Governo, já conhecida na rua por **Política Para a Direita os Preços** So- bem pretende convencer-nos que o presente é negro porque o passado próximo o foi (o passado mais distante, nem tanto), há que recordar certos **aspectos económicos positivos** do ano de 1975.

Refiro-me sobretudo à evolução do custo de vida e dos salários reais dos trabalhadores portugueses. Aí estão mais números oficiais, estes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística:

QUADRO C

Preços no consumidor — Lisboa (Índice geral — sem habitação)
Preços no consumidor — Porto (Índice geral — sem habitação)

Preços no consumidor — Lisboa (só alimentação)
Índice de preços por grosso
a) Em relação ao trimestre anterior

PARTICIPAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO TO E NO INVESTIMENTO

QUADRO B

(em % dos sectores)

	Entidades de direito público (1)		Sociedade controlada (2)
	Valor aument.	Invest.	Valor aument.
Indústrias extractivas	1,4	2,9	0,5
Ind. transformadoras	8,9	24,5	2,0
Construção e obras públicas	2,5	56,9	1,6
Electricidade, gás e água	98,6	99,6	1,3
Bancos, seg. e op. sobre imóveis	63,0	33,3	0,4
Transportes e comunicações	68,7	79,7	6,9
TOTAL (sem agricultura, adm. pública e serviços domésticos)	21,4	43,0	2,0

O actual sector público (incluindo empresas públicas e nacionalizadas, além das sociedades controladas pelo Estado) não chegará a deter, em condições normais, cerca de um quarto do valor acrescentado (produto nacional) e 45

E veja agora uma estimativa da **evolução dos salários reais**, isto é, em termos de poder de compra.

Caro dr. Mário Soares

Em entrevista concedida à Anop e que li em «A Capital» de 20 de Janeiro, registei as seguintes afirmações suas:

«Os gestores económicos escolhidos por Vasco Gonçalves para os IV e V Governos, todos pertencentes ao M. D. P. / C. D. E. e ao Partido Comunista Português, como Mário Murteira e outros, são os responsáveis pelo estado da economia portuguesa. Tentando implantar um regime de capitalismo de Estado de fachada socialista mediante a estatização da economia portuguesa, destruindo desta maneira e desorganizando essa economia. É necessário que o povo português não esqueça a quem incumbem as responsabilidades do estado actual da economia portuguesa e que se possa informar o povo com a maior verdade.»

E noutro passo afirma ainda:

«A anarquia da produção, a paralisação de muitos sectores da economia nacional são o resultado da gestão desastrosa da economia durante o quarto e quinto Governos Provisórios e esta política provocou maiores dependências para Portugal que as existentes anteriormente.»

Noutra passagem, porém, ao falar da ajuda externa a Portugal por parte dos países capitalistas, tema que lhe é tão caro (e que o será também para os portugueses, mas de outra forma), diz V. também o seguinte:

«A ajuda externa permitirá um desenvolvimento rápido da economia portuguesa abalada por cinquenta anos de ditadura, catorze anos de guerra colonial e pelo facto de a revolução por-

tuguesa ter ocorrido numa conjuntura de recessão económica mundial. Esta ideia tem bom acolhimento da parte dos países europeus e até em meios dos Estados Unidos (...)

Não estou interessado em manter polémicas consigo, e se lhe escrevo esta carta é apenas porque concordo com a sua entrevista num ponto: **é necessário que se possa informar o povo com a maior verdade.**

Vamos então, primeiramente, a alguns factos:

Os «gestores económicos» do IV Governo a nível ministerial foram, além de eu próprio, o eng. Fragozo (Finanças), o eng. Cravinho (Indústria), o eng. Oliveira Baptista (Agricultura) e o dr. Silva Lopes (Comércio Externo). No V Governo mantiveram-se os titulares do Planeamento e Coordenação Económica, das Finanças e da Agricultura, e entraram o prof. Teixeira Ribeiro (como vice-primeiro-ministro), o com. Quitério de Brito para a Indústria, o dr. Domingos Lopes para o Comércio Externo, e o dr. Macaísta Malheiro para o Comércio Interno (no Ministério criado pelo V Governo). Com uma única excepção, nenhum destes homens tinha **filiação partidária**. E quanto às respectivas **posições políticas** é fácil comprovar as suas dissimulações.

Duvido, assim, que convença alguém de boa-fé de que os titulares das pastas económicas fossem «todos pertencentes ao M. D. P. / C. D. E. e ao Partido Comunista Português», como tão categorica e falsamente afirmou.

Sejamos claros: a responsabilidade global da política, designadamente a económica, dos IV e V Governos pertenceu

Soares pela Revolução traída

QUADRO D

Actividades

Variação em % de Jan/Set de 1975
relativamente a Jan4Set de 1974

Agricultura (Geral)
Trabalhos gerais — homens
Trabalhos gerais — mulheres
Outros trabalhos

12,7
10,3
22,5
8,4

Variação em % de Jan/Jun de 1975
relativamente a Jan Set de 1974

Indústria e transportes
Cidade de Lisboa
Cidade do Porto

8,5
12,4

Construção civil

10,8

Os números são claros. Redução substancial da inflação — por exemplo, os preços no consumidor em Lisboa aumentaram apenas de 2 por cento no terceiro trimestre de 75 e no Porto ainda menos — e aumentos também significativos no poder de compra dos trabalhadores. (Receio porém que já tenham sido «engolidos» pela retomada subida de preços que acompanhou a retoma do VI Governo).

Quanto ao emprego, há também índices oficiais que mostram que o nível geral de emprego em Portugal se mantém

milhões de contos (seis e meio) relativamente ao ano anterior. Dir-me-á: e o investimento?

Tem razão. Trata-se de uma questão fundamental. Mas receio que não tenha compreendido que o problema não reside, em primeira instância, na **entrada de capitais estrangeiros**. O que não significa que isso não seja necessário — apenas o essencial não reside aí.

Não vou encetar uma discussão sobre o que pode e deve ser entendido por **independência económica** (se estiver interessado em conhecer o

geiro. E a propósito: reparei que no VI não gostaram do Código de Investimento Estrangeiro aprovado pelo V Governo e preferiram outro com mais uns toques de **sex-appeal** para seduzir o investidor estrangeiro. Até compreendo isso.

Delimitação clara do sector privado — coisa que o malfadado V Governo ainda fez, em resolução publicada no Diário do Governo, mas não tinha efectivamente credibilidade, nem junto de si, nem dos investidores privados, nacionais e estrangeiros.

De qualquer forma, certamente que não esperaria que o investimento privado aumentasse em 74 e 75, com agudização da luta de classes e avanço duma estratégia antimonopolista.

E agora, depois desta longa digressão que a sua notável entrevista à Anop me forçou a fazer, podemos passar às verdadeiras questões de fundo.

Permito-me transformar a demagógica afirmação sua que citei em primeiro lugar, na seguinte tese cujo fundamento demonstrarei a seguir:

É necessário que o povo trabalhador português não esqueça a quem incumbem as responsabilidades do estado actual da revolução portuguesa. Em primeiro lugar, e do lado da chamada esquerda, a si, caro dr. Soares, e aos seus amigos da direita do Partido Socialista.

Passo à demonstração, para quem ainda tenha dúvidas ou ignore certos factos decisivos do período posterior a 11 de Março.

Depois da opção socialista definida pelo Conselho da Revolução a partir de Março de 75, e do triunfo eleitoral do P. S. nas eleições de 25 de Abril do mesmo ano, e em que beneficiou largamente daquela factora evidente que — no âmbito das forças políticas civis — àquele partido corresponderia o papel decisivo na condução do **processo português** no avanço ou no recuo em direcção a uma «democracia anticapitalista». Cito uma feliz expressão do dr. Cardia num livro

MÁRIO MURTEIRA

que muito admirei na altura da sua publicação. Como isso vai longe!

Para o avanço, seria necessário **unir** — o contrário de dividir, como sabe — as forças civis e militares verdadeiramente progressistas, constituir um Governo coeso capaz de governar e reconstruir o Estado pós-fascismo, lançar as bases de uma economia planificada, sob pena de a «crise económica» se agravar inexoravelmente, por destruição do quadro capitalista em que funcionara a economia portuguesa sem contrapartida de novo sistema económico — e tudo isto em consequência da intensificação da luta de classes em Portugal, depois do desmantelamento da máquina repressiva do regime anterior, e **não da vontade deliberada de qualquer dos impotentes Governos Provisórios anteriores ao VI.**

Porém, toda a sua estratégia se orientou num sentido oposto. Num domínio teve assinalável êxito e presto homenagem à sua habilidade e de amigos seus: na divisão dos militares do M. F. A., agravando as suas próprias divergências internas, forçando-os a retirarem-se sucessivamente da política ou... a apoiarem a própria política mais conforme ao projecto do dr. Mário Soares. No período decisivo do IV Governo, sob o pretexto do «caso República» — que você sabia bem não ser imputável à vontade do general Vasco Gonçalves — abre crise gravíssima quando, nos termos do Plano de Acção Político do M.F.A. se iniciavam as discussões, no âmbito do Conselho da Revolução e do Governo, sobre as medidas de austeridade e os problemas **qualitativos** fundamentais do Plano Económico de Transição, então em preparação no Ministério do Planeamento e no Conselho Económico, segundo calendário previamente aprovado em Conselho de Ministros.

E permita-me ainda que me demore um instante sobre os antecedentes do V Governo. V.



«Mário Murteira (e outros) são os responsáveis pelo estado da economia portuguesa» — Mário Soares

e personalidades afins, cobriram de insultos os membros deste Governo, apelidados de demagógicos, irresponsáveis, incompetentes, colaboracionistas, gatos-pingados (este último termo, por exemplo, deveu-se a um momento de particular fulgor do espírito do prof. Campinos).

Ninguém, ao que parece, se deu ao incómodo de atribuir o verdadeiro significado às palavras do Presidente da República, quando tomaram posse os membros do V Governo. Com efeito, disse Costa Gomes em 8 de Agosto do ano passado:

«O V Governo, na sua eficácia gestora, haverá de ser a pausa para meditar e o tempo para **construir como Povo-MFA** e todas as forças políticas interessadas, o plano viável para o socialismo português, plano pragmático e inexorável mas moderado para ser seguro e poder resistir às reacções internas e externas que a velocidade gera.»

Numa reunião havida com o Directório, poucos dias antes da posse, eu próprio insistira nesse ponto, condicionando a minha continuação no Governo a que publicamente a natureza **precária e de passagem** da solução encontrada fosse claramente exposta ao País, dentro do espírito traduzido nas palavras do Presidente da República.

De facto, os «políticos ávidos de poder» não eram certamente os homens do V Governo. Este assumiu-se a si próprio como «Governo de passagem», o mais transitório dos provisórios Governos desta incerta revolução, apenas porque era necessária uma trégua política de um ou dois meses até

que as forças políticas civis e militares progressistas se entendessem num projecto comum, donde sairia um VI à altura das suas responsabilidades, isto é, capaz de encaminhar um processo pluralista de transição para o socialismo, ainda citando Costa Gomes.

Quanto à trégua política, pedida expressamente pelo Presidente da República, foi o que se sabe. E toda a deterioração do processo português até hoje, com o terrorismo de extrema-direita alastrando por todo o País, passando por 25 de Novembro, remonta aí.

Mas não adianta rever as águas que já correram, porque não movimentam moinhos.

Termino, transcrevendo certas passagens do belo programa (sem ironia) do Partido Socialista:

«O Partido Socialista combate o sistema capitalista e a dominação burguesa. Recusa os métodos tecnocráticos e está certo de que, em parte alguma, o neocapitalismo conseguirá instaurar uma sociedade inspirada pelos ideais da igualdade social, antes vai agravando, sob formas insidiosas, a exploração do maior número pela minoria. O Partido Socialista repudia enganadoras miragens de sociedades que só formalmente se apresentam democráticas e se demem como sociedades de consumo, quando realidade reforçam a desigualdade entre os homens e frustram as suas mais legítimas aspirações, nem sequer oferecendo uma solução cabal ao problema da miséria, mesmo em regiões altamente desenvolvidas no plano tecnológico.

«O Partido Socialista

Continua na pág. 17

ÍNDICES DE PREÇOS (TRIMESTRES DE 1975)

1.º trimestre 75/74		2.º trimestre 75/74		3.º trimestre 75/74	
Em cadeia	a)	Em cadeia	a)	Em cadeia	a)
128,2	105,5	123,4	102,9	116,8	102,1
123,7	103,0	123,0	108,4	119,1	101,1
75/74	74/73	75/74	74/73	75/74	74/73
132,2	123,2	127,7	131,1	119,2	138,5
118,6	124,8	116,5	128,9	111,9	129,7

NO PRODU-

Sector Público (1) + (2)		
Invest.	Valor aument.	Invest.
3,4	1,9	6,3
2,7	10,9	27,2
0,5	4,1	57,3
—	99,9	99,6
0,7	63,4	34,0
1,6	75,6	81,3
1,7	23,4	44,7

proximadamente constante entre Abril e Julho de 1975, quando decaíra de 1,5 por cento entre Julho de 74 e Abril de 75, em relação ao valor base de Janeiro de 1968. O défice da balança comercial reduziu-se, no passado, de alguns

meu ponto de vista sobre o assunto, veja o último número da revista **Análise Social**, onde escrevi um artigo sobre o tema que, sendo polémico, é também bastante claro, segundo julgo). Mas não confunda independência com **autarcia**, isto é, por favor não me venha outra vez com a história da Albânia, porque não é disso que se trata!

Há porém três questões que exigem respostas prévias ao momento de **abrir a torneira** do capital estrangeiro em Portugal:

Definição de uma estratégia de investimentos públicos, no quadro dum sistema de planeamento **que funcione**, por mais rudimentar e embrionário que o seja, em primeira fase.

Arranque do Instituto do Investimento Estran-

Estrangeiro

LIBANO

Regresso à normalidade

O regresso à normalidade confirmar-se-ia, a 27 de Janeiro, no Líbano, apesar de alguns choques entre elementos armados, antes de estes se retirarem das posições ocupadas. O bloqueio dos dois principais campos palestinos de Beirute, foi levantado.

Pela primeira vez desde o acordo de 22 de Janeiro, a resistência palestina comprometeu-se no dia 27 de Janeiro «a respeitar a soberania do Estado libanês no conjunto do território». Após as promessas feitas do Khaddam, chefe da diplomacia síria, que declarara, a 24 de Janeiro, que a missão de boa vontade síria só prosseguiria de acordo com os libaneses, o compromisso da O. L. P. tem por objectivo dissipar as apreensões dos «leaders» cristãos de direita quanto a um embargo sírio-palestino no Líbano.

A história da maioria das nações foi escrita com sangue antes de o ser com tinta. Quantas delas foram, de certo modo, fecundadas pelas guerras civis que as tinham devastado. O Líbano, que sai dificilmente e ainda sem acreditar no caso, da sua segunda guerra civil em menos de vinte anos, poderá alimentar uma tal esperança?

O Líbano é uma montanha à beira do mar, uma mãe de água sobre a qual se construiu, a pouco e pouco, um castelo de cartas. Em toda a parte a montanha, enquanto os homens não encontraram os meios de a vencer, separou os povos. Talvez ela não tenha sido tão dividida em mais nenhum lado, oferecendo aqueles que se sentem ameaçados, o refúgio das suas inúmeras reentrâncias.

Atraídos pela segurança dos seus portos e pela doçura dos

poder central capaz de esmagar os heréticos. A hegemonia estrangeira a que estavam submetidos esses Balkans em miniatura, nunca pôde fazer reinar senão uma paz precária entrecortada de «razzias» e de «vendettas». Quando em 1860 o Grão-Turco resolveu massacrar os cristãos, um exército mandado à pressa por Napoleão III deteve-lhe o braço com grandes aplausos de toda a Europa.

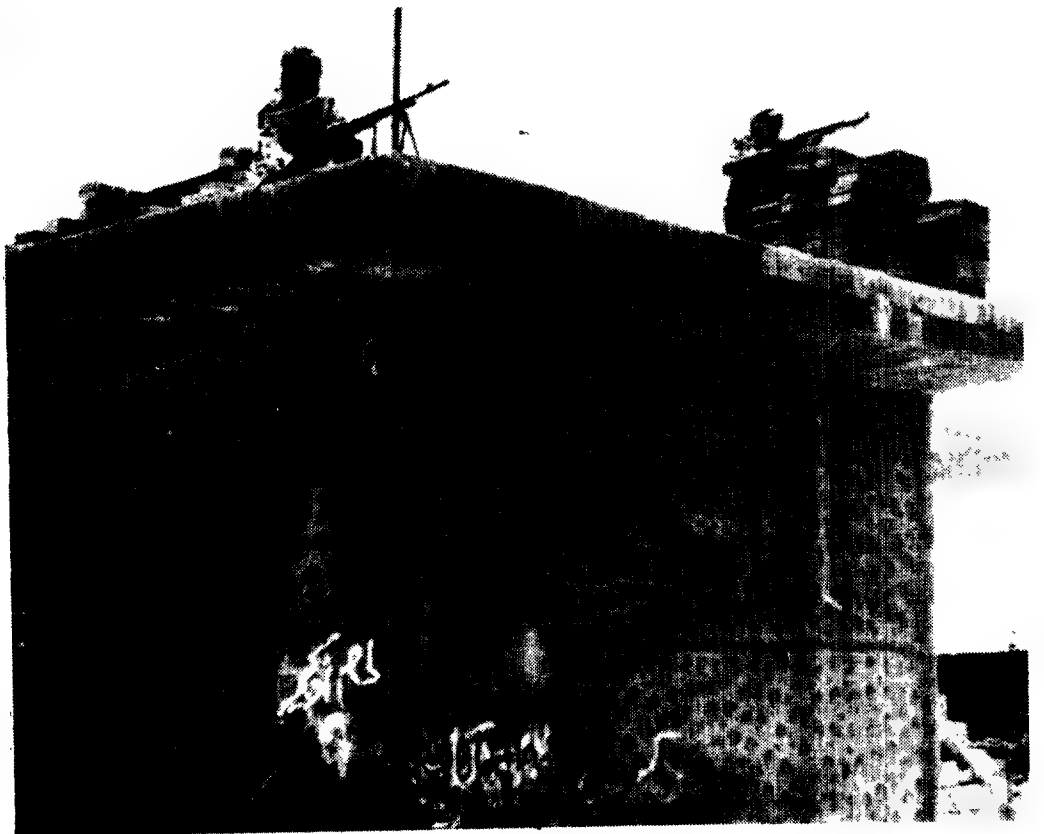
A PROTECTORA NATURAL

Essa data, que demasiados franceses ignoram, é conhecida por todos os maronitas. Para eles, a França é a sua protectora natural. Muitos deles teriam mesmo preferido à independência, há quarenta anos, o estatuto de departamento francês. Mas a História não se refaz, e de Gaulle não pôde

André Fontaine

uma presença militar dos Quatro Grandes, tinha a ideia mal dissimulada de colocar soldados franceses em bases do lado libanês da fronteira. E é ainda, como protector do Líbano, que ele tomou, após o «raid» israeliano sobre Beirute, no Natal de 1968, a decisão de cortar totalmente as entregas de armas ao Estado judeico: este, segundo o general, tinha por objectivo, não tanto dar um golpe à resistência palestina, como «cortar o Líbano» a fim de obrigar os habitantes cristãos a colocar-se ao lado de Israel.

Ainda desta vez, muitos cristãos do Líbano esperaram da França o milagre que teria salvo a comunidade em perigo. De Gaulle, se ainda estivesse no Eliseu, teria respondido ao seu apelo? A sua estatura pessoal aumentava singularmente a autoridade da França nos assuntos mundiais. Giscard d'Estaing que não tem essa estatura, fez o que pôde enviando lá Couve de Murville. Um momento pode julgar-se que a missão deste último dera alguns resultados. Mas não há arbitragem eficaz, no mundo em que vivemos, se não houver um polícia capaz de a fazer respeitar. Daí o peso do mediador sírio que controla pelo menos uma parte daquilo a que



Atradores guarnecendo posições num telhado da capital do Líbano durante a luta que ali travam e que já fez milhares de vítimas, entre mortos e feridos. (Telefoto UPI-Telimprensa)

BASES POSTAS DE NOVO EM QUESTÃO

Porque é bem de cegueira que se trata. O famoso pacto nacional que repartia os poderes no Líbano de antes da guerra civil reflectia uma certa relação de forças que datava

posta em questão. A segurança diplomática e económica do conjunto repousava na neutralidade do Líbano, não só entre os dois blocos da guerra fria, mas entre as duas correntes, conservadora e nasseriana do mundo árabe. O Líbano era a Suíça do Próximo-Oriente, o seu banco. Juntamente com a crise petrolífera, a potência financeira começou a mover-se na direcção do Golfo Pérsico, enquanto que os acontecimentos palestinos destruíam cada vez mais a ficção da sua neutralidade.

Ao recusarem considerar os refugiados palestinos cidadãos libaneses, com receio de com isso se pôr de novo em causa as bases demográficas do pacto nacional, os dirigentes de Beirute instalaram-nos às portas da capital, em campos cuja miséria contrastava com a opulência gritante dos banqueiros e dos responsáveis pela construção. Se quisessem deitar óleo sobre o fogo não teriam procedido de outro modo. Como, para mais, os palestinos tinham sido reduzidos à impotência na Jordânia, e o Governo sírio, receoso de represálias israelianas, controlava estritamente as suas actividades no território, era inevitável que os «fedayin» utilizassem, como bases dos seus «raids», as dos países árabes vizinhos do Estado judeu, cujas estruturas políticas e cujo exército eram menos sólidos. Há anos que a resistência palestina se tornara um Estado dentro do Estado libanês, com o qual, *modus vivendi* e compromissos tinham a duração de algumas semanas.

Em face de uma degradação que devia ter-lhe aberto os olhos, o Governo libanês, profundamente dividido, em luta com um Parlamento onde cada deputado representava um clã, uma tribo ou um «lobby», até mesmo um «gang», nunca pôde dedicar-se com seriedade às reformas de estrutura. Durante longo tempo, a prosperidade dos negócios mascarou a nocividade dos choques, mas

também contribuiu para desenvolver o ciúme dos deserdados perante os nababos. Há já algum tempo que os sinais precursores do desastre se acumulavam.

Seria fatal a explosão atingir o grau de horror que atingiu? Decerto que não. Poder-se-ia esperar outra coisa de pessoas que adoravam em comum o Deus de Abraão, que estão habituadas a viver juntas desde há muito, que deram tantas provas do seu espírito conciliatório, do seu engenho, da sua arte de viver? Outra coisa e não essa fantasia sangrenta, esses assassínios a sangue-frio, esses Saint-Barthélemy de metralhadora em punho. Como muitos outros antes deles, alguns dirigentes cristãos, ou que assim se julgavam, imaginaram poder impedir pela força o inevitável. Só conseguiram que o fim se aproximasse. Nem os Estados Unidos nem a França podiam na verdade socorrê-los, e eles não podiam pedir nada a Israel. Se tivessem estudado os mapas, reflectido, interrogado, em vez de ouvir as vozes da paixão, teriam compreendido. Hoje, a realidade está ali: passou o tempo em que os cristãos ocupavam uma posição predominante no país. A manutenção de um dos seus na presidência da República, previsto no acordo de 22 de Janeiro, não poderia fazer esquecer que eles deviam renunciar a muitos dos seus privilégios e a que a sua segurança dependerá de futuro, quanto ao essencial, da boa vontade do protector sírio.

Que os gigantes de hoje não caíam no erro dos senhores de ontem. De Chipre à Irlanda, das margens do Jordão a Angola, do Camboja ao Chile, é demasiado grande a lista das vítimas da intolerância: o novo tempo precisa na verdade que lhe provem que ainda é possível pessoas que não têm o mesmo credo ou a mesma cor de pele viverem no mesmo solo.

©«Le Monde»



Os combates na capital do Líbano reduziram a escombros grande parte da cidade

seus pomares, os invasores, que se sucederam no Líbano, não edificaram somente os palácios e os templos, as fortalezas e as mesquitas que fazem dele um dos mais belos museus do Mundo. Eles também formaram comunidades decididas a viver e a morrer ali, e que não conheciam outra lei senão a salvação do grupo, fosse qual fosse a sua religião — cristã da igreja maronita ou das igrejas gregas (ortodoxa ou católica), muçulmana das famílias sumita, chiita ou druzas.

Dos albigenses à gente das Cevennes a História da França conhece alguns exemplos similares, mas não havia no Líbano

executar a promessa que fizera a si próprio, quando em Agosto de 1946, as tropas francesas foram levadas pela pressão internacional unânime a deixar o Líbano. Não foi por não ter tentado. Quando em 1958 os Estados Unidos expediram para o Líbano, a pedido do presidente Chamoun, um destacamento de «marines» para deter a primeira guerra civil, de Gaulle, que acabara de voltar ao Poder, despachou um barco de guerra que não pôde, com grande decepção sua, fazer mais do que repatriar emigrantes franceses. Quando, dez anos mais tarde, ele secundou o projecto de garantia de um estatuto israelo-árabe apoiado por

resolveu chamar-se o campo islamo-progressista, no seio do qual também se encontram palestinos cristãos, do mesmo modo que, no campo dito conservador, se encontram mais pessoas de condição modesta (sobretudo entre os que se fizeram matar pela sua crença e pela sua casa), do que milionários. É isso, de resto, o que faz o drama do Líbano de hoje. Os grandes arranjam-se sempre. Seja qual for o Deus que eles adoram ou não adoram. Têm contas na Suíça e apartamentos em Paris ou Nova Iorque. Uma vez mais, são os pequenos quem paga a cegueira dos seus protectores e a exaltação dos extremistas.

de antes da Segunda Guerra Mundial. Era tão vão pretender mantê-lo igual, uma vez modificada esta relação de forças, como o era manter os privilégios da nobreza e do alto clero, em 1789, em face de um terceiro Estado em plena ascensão. Ou querer conservar uma Argélia francesa, com duas categorias desiguais de cidadãos, entre uma Tunísia e um Marrocos independente.

O pacto nacional repousava na superioridade numérica da comunidade cristã em relação à muçulmana. Essa superioridade deixou de existir há já muito tempo. O equilíbrio social repousava na aliança de facto e nos sunnitas. É de novo

REFORMA AGRÁRIA NO IRAQUE

Uma importante tarefa deverá ser levada a cabo pelo povo iraquiano no presente plano quinquenal (1976/1980), no que se refere à agricultura, onde o Governo investirá 200 milhões de dinares.

Intensificar-se-á o crescimento da indústria agrária, pa-

ra que o país tenha o completo fornecimento de matérias primas e de produtos alimentares, tornando-se indispensável aumentar a área de terrenos cultiváveis.

A realização da reforma agrária pressupõe a limitação do latifúndio e a formação de novas cooperativas.

Estrangeiro

A CRISE ITALIANA

Aldo Moro deve formar hoje um Governo minoritário

ROMA, 6 (R) — O primeiro-ministro designado italiano, Aldo Moro, deve formar hoje, segundo se espera, um Governo minoritário democrata-cristão, dando ao país, pelo menos, uma pausa temporária, após uma crise política que durou um mês.

A luz verde para a administração de um só partido foi dada ontem pelos socialistas e republicanos, que acederam a não se opor à formação de tal Governo numa votação de confiança no Parlamento.

Os democratas-sociais concordaram em votar a favor de um Governo democrata-cristão e, assim, com o apoio ou abstenção dos três partidos mais

pequenos, Moro conseguirá a maioria parlamentar que procura.

O chefe do Governo não assegurou ainda, porém, a aprovação do seu próprio partido.

Contudo, embora se pense existir oposição considerável no seio dos democratas-cristãos a um Governo dependente de abstenções, aguarda-se que os planos de Moro sejam aprovados numa sessão que o Executivo do partido efectua hoje, abrindo o caminho a rápida constituição do gabinete.

A sessão do executivo democrata-cristão coincide com uma greve de quatro horas dos trabalhadores das indústrias de toda a Itália, marcada para

hoje como protesto contra o desemprego e que é um lembrete para Moro da espécie de problemas que depuseram o seu Governo anterior, há um mês.

Desde então, uma crise monetária, que fez baixar em 10 por cento o valor da lira, agudizou os problemas económicos já existentes em Itália — o desemprego afectando 1 200 000 pessoas, o declínio da produção industrial e um agravamento sério da situação quanto à balança de pagamentos.

Qualquer novo Governo não deverá durar, segundo se espera mais de dois meses, até os partidos políticos terem realizado os seus congressos

anuais. A sua tarefa será a de iniciar um programa de recuperação económica e preencher o actual vácuo político antes de ser encontrada uma solução a longo prazo para os problemas de Itália.

Moro propôs um programa económico que inclui uma congelamento por um ano dos salários mais elevados, o agravamento em 2 000 000 milhões de liras (cerca de 76 700 000 contos) da colecta da Fazenda Pública, introduzindo-se novos impostos, e medidas para revitalizar a Indústria.

Desde a publicação dessas propostas, há duas noites, a lira, tendo baixado acentuadamente em relação ao dólar e outras moedas, após o encerramento de emergência do mercado italiano de câmbios, recuperou algumas das perdas, uma melhoria que observadores esperam que continue para que Moro possa formar agora um novo gabinete.

TIROTEIO JUNTO DA EMBAIXADA DO EGITO

Entretanto, a Polícia anunciou que guardas no exterior da Embaixada do Egipto em Roma trocaram a noite passada tiroteio com dois homens que tentaram penetrar nas instalações da Embaixada.

A Polícia cercou o complexo, o qual inclui também a residência do embaixador egípcio.

O alarme foi dado pelos guardas da Polícia que dispararam tiros de intimidação ao constatarem que duas figuras entravam nos jardins da representação diplomática.

Os intrusos responderam ao fogo, escondendo-se nos jardins.

DEMOCRATAS-CRISTÃOS LIGADOS À MAFIA

ROMA, 6 (R) — Uma comissão parlamentar italiana publicou ontem os resultados de um inquérito de 13 anos à Mafia — e membros comunistas acusaram imediatamente o relatório de omitir o ponto principal: alegado conluio entre a Mafia e políticos.

As conclusões, aprovadas pela maioria dos membros da comissão, recomendaram reformas sociais e económicas como meios mais eficazes de eliminarem aquela organização ilegal. Pressiona também para uma melhor força policial e poder judicial.

Os membros comunistas da comissão emitiram um relatório minoritário descrevendo as conclusões ofi-

ciais como insatisfatórias. «Evita a questão central, ou seja, a interpenetração entre o sistema de poder da Mafia e o aparelho de Estado», acrescenta.

Os comunistas responsabilizaram na sua maior parte o Partido Democrata-Cristão da Sicília que domina a maioria naquela ilha. Revelaram já que o resto do seu relatório — a ser publicado mais tarde — identifica muitos destacados políticos sicilianos democratas-cristãos que têm ligações com a Mafia.

O veterano comunista siciliano Girolanno Li Causi declarou numa conferência de imprensa que a Mafia não é apenas um fenómeno siciliano porque «é parte integrante do poder central».

Caleidoscópio

PARIS, 6 (FP) — O Governo da Somália assinou a concentração de forças navais francesas e americanas ao largo da costa dos afares e dos issas, declarou na sexta-feira o embaixador da Somália na capital francesa.

Nohammed Samantar acrescentou que o seu país está convencido que se está a preparar «um ataque em força» ao seu país.

O embaixador declarou igualmente que o número de baixas da Somália depois do incidente para lá da fronteira de Loyada foi de 23 mortos, tendo ficado feridas 20 pessoas.

RABAT, 6 (ANOP) — Unidades das forças armadas reais marroquinas (F.A.R.) tomaram a cidade de Tifariti, situada no Leste do Sara, próximo da fronteira com a Mauritânia.

A referida zona estava ocupada, até agora, pelos guerrilheiros da Frente Polisário segundo anunciaram, em Rabat, fontes autorizadas marroquinas.

As F.A.R. não encontraram resistência, se bem que Tifariti estivesse defendida por um batalhão argelino.

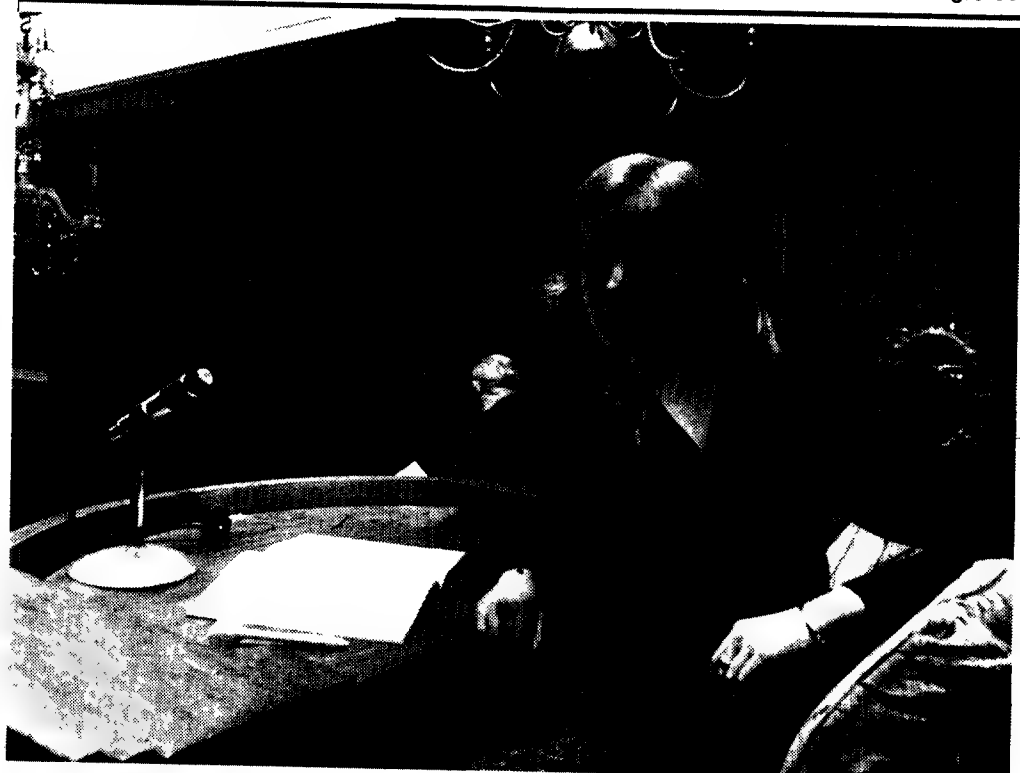
KINSHASA, 6 (R) — A agência noticiosa do Zaire, AZAP, anunciou que a abortada tentativa de assassinio contra o presidente da República Centro-Africana, Jean Bokassa, foi engendrada pelo seu genro.

Em notícia datada de Bangui, capital da República centro-africana, onde o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, ontem chegou, a agência identificou o chefe da conspiração como Obrou, genro do presidente Bokassa.

A AZAP não dá outros pormenores.

SANTIAGO, 6 (R) — O Governo militar do Chile rejeitou a noite passada pedidos de jornalistas chilenos para que seja levantado um discutido decreto considerado como endurecendo ainda mais as restrições à liberdade de imprensa.

BUENOS AIRES, 6 (ANOP) — O sindicato de imprensa da capital federal argentina promoveu ontem suspensões de trabalho de 15 minutos por turno em todos os meios jornalísticos em repúdio do assassinio do jornalista José Miguel Tarquini.



A inglesa Libby Howie, de 24 anos, é a primeira mulher a desempenhar as funções de pregoeiro que, durante dois séculos, foram exclusivo de elementos do sexo masculino na empresa de leilões londrina Sotheby's. A jovem diz-se feminista e especialista em gravuras do século passado. (Foto Keystone)

ISLÂNDIA

Navios de guerra ingleses em águas disputadas

REYKJAVIK, 6 (R) — O Governo islandês reúne-se hoje em sessão para discutir se cortará ou não as relações diplomáticas com Londres, após dois navios de guerra britânicos entrarem no disputado limite de pesca de 200 milhas da Islândia para proteger arrastões da mesma nacionalidade.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Einar Agustsson, declarou que a questão do corte dos elos diplomáticos estaria incluída na agenda da sessão. Contudo, o primeiro-ministro Geir Hallgrímsson disse que não perderiam a cabeça e não tomariam uma decisão apressada.

A notícia de que as fragatas britânicas «Juno» e «Diomedes» tinham voltado a entrar na disputada zona foi transmitida pela Rádio islandesa, que interrompeu o seu programa normal.

A guarda costeira islandesa informou que captara uma

mensagem pela rádio da «Juno» ordenando a cerca de 35 arrastões britânicos para se concentrarem numa formação maciça, a fim de que as fragatas lhes pudessem dispensar protecção mais facilmente.

Se a Islândia resolver cortar as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha será a primeira vez que tal se regista entre dois membros da N.A.T.O., desde que a aliança foi formada, em 1949.

Até esta súbita viragem dos acontecimentos, fora dito aos islandeses, através dos órgãos de comunicação social, que se estavam a fazer preparativos para negociações quanto a um período provisório de pesca de três meses pelos arrastões britânicos.

Previra-se que essas negociações durariam até começar, em Março, em Nova York, a conferência das Nações Unidas sobre direito marítimo, quando se espera que se chegue a acordo sobre o limite de 200 milhas.

Explosão no edifício mais alto da Europa

PARIS, 6 (FP) — Uma explosão, possivelmente de origem criminosa, provocou às 22 horas de ontem, em pleno centro de Paris, importantes estragos materiais na Torre Montparnasse, o edifício mais alto da Europa, com 210 metros de altura e 58 andares. O restaurante, situado no último andar do prédio, teve de ser evacuado em consequência da deflagração que se produziu num escritório do quinto andar, onde funciona o gabinete de estudos de uma sociedade iraniana.

Segundo os bombeiros, não há dúvidas de que a explosão foi provocada, porque várias pessoas ouviram três estrondos bastante abafados. Mas a Polícia, embora admita a mesma causa, afirma que por enquanto não possui nenhuma prova.

Para o promotor do edifício-torre, Jean Claude Aaron, este incidente permitiu verificar «ao vivo» o excelente funcionamento dos sistemas de segurança. «Depois de ter sido dado o alarme», disse Aaron, «os bombeiros em serviço na torre e muitos porteiros do

prédio precipitaram-se para o local». Passados alguns momentos chegaram importantes efectivos de bombeiros e da protecção civil, tendo a Polícia montado uma barragem em torno do prédio.

Entretanto, uma hora depois da explosão, uma estação de TV parisiense recebeu um telefonema anónimo afirmando que se tratava de um atentado.

Mais raptos no Líbano

BEIRUTE, 7 (ANOP) — O rapto e a morte de três palestinos abalou o cessar-fogo acordado há duas semanas no Líbano, no momento em que a equipa de negociadores sírios que se encontrava em Beirute regressava a Damasco.

Na frente política, o Governo libanês anunciou que o presidente Suleiman Franjeh, que é cristão maronita, se deslocará no próximo sábado a Damasco, a fim de discutir os termos de um acordo definitivo de paz com os dirigentes sírios.

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL COMUNICADO

Os Delegados Sindicais deste Sindicato em plenário efectuado no dia 4-2-76, aprovaram por unanimidade uma moção de repúdio ao programa da Televisão do sr. Filipe Nogueira em relação às empresas nacionalizadas que formam a Rodoviária Nacional, pondo em causa a capacidade de gestão dos trabalhadores e incentivando o regresso dos patrões às empresas.

Aprovaram ainda uma moção no sentido de os transportes serem nacionalizados na totalidade.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976
GRUPO DE APOIO A DELEGADOS

PUB

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul

COMUNICADO

Avisam-se todos os trabalhadores do sector de Hotelaria e Turismo que o Secretariado para o encontro nacional, foi transferido da Gitus para o Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, sito no Pátio do Salema, 4-2.º-Lisboa telef. 864176/7/8, onde serão aceites as inscrições e prestadas as informações necessárias.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976

O Secretariado

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL M O Ç Ã O

Quando a reforma agrária está a ser contestada pelos latifundiários e o Governo parece disposto a permitir o regresso da repressão FASCISTA sobre os trabalhadores.

Os Delegados Sindicais do Sector de Transportes, reunidos em plenário manifestam todo o seu apoio aos trabalhadores agrícolas, exigindo o prosseguimento da reforma agrária como única via para garantir uma via Socialista.

Os Delegados presentes no plenário de 4/2/76, exigiram igualmente a libertação imediata dos Antifascistas presos depois do 25 de Novembro.

ESTA MOÇÃO FOI
APROVADA POR UNANIMIDADE

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1976
grupo de apoio a delegados

GRUPO DE APOIO A DELEGADOS

PUB

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS FARMACÊUTICOS

Rua da Sociedade Farmacêutica, 18 - Lisboa

CONVOCATÓRIA

Tendo-se dado sequência às propostas aprovadas na reunião de 5/1/76 sobre o assunto «Ajudantes de Farmácia, a sua promoção a Farmacêuticos de 2.ª e a nossa participação num grupo de trabalho proposto pelo Director Geral de Saúde», convoca-se a Assembleia Geral da Secção Regional de Lisboa da Associação Profissional dos Farmacêuticos para o dia 12 de Fevereiro de 1976 às 21 horas com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Relato da actividade do grupo dinamizador
2. Eleição do representante da Associação Profissional dos Farmacêuticos no Grupo de Trabalho da Direcção-Geral de Saúde criado por despacho do secretário de Estado da Saúde de 13/11/75.
3. Directrizes para a actuação do representante da Associação Profissional dos Farmacêuticos.

Se à hora marcada não estiver presente o número legal de sócios a Assembleia reúne em segunda convocatória meia hora depois com qualquer número de Associa-

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1976

A Comissão Directiva Provisória de Lisboa
da Associação Profissional dos Farmacêuticos

Nacional

Vasco Lourenço ao "Baluarte"

"O maior erro foi entregar o Poder a elementos estranhos ao M.F.A."

Foi hoje posto à venda o número inaugural da revista «Baluarte», editada pela Região Militar de Lisboa, apresentando na capa uma fotografia de um soldado português com a bandeira nacional ao ombro.

É a primeira publicação editada pelas Forças Armadas, depois da suspensão do Boletim do M.F.A. «Movimento», que saía sob a responsabilidade da 5.ª Divisão e de que alguns redactores se encontram presos.

Uma entrevista concedida pelo brigadeiro Vasco Lourenço serve de editorial deste primeiro número do «Baluarte», hoje posto à venda em todo o País.

O «M.F.A.» lembra Vasco Lourenço na referida entrevista «que é inicialmente o Movimento dos Capitães, aparece com base em reivindicações profissionais que são aproveitadas por determinado número de elementos mais conscientes, para tentar consciencializar os outros em problemas de interesse nacional, especialmente no que respeitava à mudança de estruturas do poder existente em Portugal.

E prossegue sublinhando que, na altura da criação da primeira Comissão Coordenadora do Movimento, «começaram a surgir alguns problemas por se constatar que determinados elementos estavam no Movimento única e exclusivamente interessados na resolução imediata dos problemas profissionais, não aceitando determinada orientação que estava a ser dada por outros elementos e que visava, para além da solução do problema profissional, a consideração de um âmbito mais alargado onde aparecem questões de cariz político».

Referindo a criação da Junta



O brigadeiro comandante da Região Militar de Lisboa numa das suas recentes visitas a unidades militares da guarnição

de Salvação Nacional, após o 25 de Abril, e que era formada por Pinheiro de Azevedo, Galvão de Melo, Rosa Coutinho, Costa Gomes, Diogo Neto, Jaime Silveiro Marques e António Spínola, afirma o brigadeiro Vasco Lourenço: «Nenhum destes elementos fazia parte do M.F.A. antes do 25 de Abril. Pessoalmente, considero que é o maior erro cometido, o facto de a seguir ao golpe se entre-

gar o poder total a elementos que eram estranhos ao Movimento. Esse erro viria mais tarde a ter fortes repercussões».

Mais adiante, o comandante da Região Militar de Lisboa recorda os motivos que estiveram na origem da elaboração da Plataforma de Acordo Constitucional assinada entre o M.F.A. e os partidos, afirmando nomeadamente que «com o aproximar das eleições para a

Constituinte, o M.F.A. começou a temer que a Revolução pudessem recuar nitidamente, pois estávamos num período, não de democracia mas de pré-democracia. Resolvemos, por isso, criar um mecanismo que permitisse não fazer perigar a Revolução com os possíveis resultados das eleições. Esse mecanismo foi a Plataforma, que foi discutida e que os partidos aceitaram sem coacções, embora em determinadas condições que eles agora consideram excepcionais».

Ainda segundo Vasco Lourenço, «a entrada de interesses políticos partidários no M.F.A. foi um grande erro cometido ao longo do processo, e deu origem a divisões e crises, que se conseguiram ultrapassar enquanto houve um inimigo comum aos vários grupos». E a concluir: «Depois do 11 de Março, houve toda uma escalada de elementos ligados e instrumentalizados por forças partidárias e foi nessa altura que deixou de haver um inimigo comum, pois havia elementos que mantinham o espírito do M.F.A. e pretendiam continuar com o processo democrático e outros que pretendiam criar condições para que as forças partidárias se implantassem».

Do sumário da revista constam também artigos sobre a descolonização de Moçambique, análise do documento autocrítico publicado pelo Gabinete de Dinamização do Exército antes do 25 de Novembro, transcrições de documentos da conferência de Helsínquia, um artigo francês sobre sindicalismo militar e extractos do discurso proferido por Melo Antunes na O.N.U.

Há também artigos sobre a N.A.T.O. e as conversações para a limitação dos armamentos estratégicos entre os E.U.A. e a U.R.S.S.

25 de Novembro

Burocracia na libertação dos detidos

A Associação de Familiares dos Militares Revolucionários Presos, «contrariamente às declarações vindas a público», informa, através de um comunicado, que «as libertações dos militares presos em Custóias, Caxias e Santarém estão a processar-se a um ritmo extraordinariamente lento e burocrático».

Assim, na semana que decorreu de 26 a 31 de Janeiro, «foram libertados os seguintes militares»:

Caxias Capitão Nuno Santos Silva, comandante Pinto Figueiredo, alferes Esteves e major Serra; **Custóias** Capitão Jorge Alves, aspirante Silva Noronha, alferes Gottschalk e tenente Serra Esteves; e **Santarém** Alferes Brites dos Santos.

Tendo em conta que «ainda se encontram presos cerca de 80 militares, se as libertações se continuarem a processar neste ritmo de nove militares por semana, os nossos elementos conhecimentos de matemática dizem-nos que para libertar os cerca de 80 que ainda estão presos devem passar 3 meses».

Ora «as eleições estão previstas a partir de 25 de Abril. Se as forças reacçãoárias ganharem as eleições, os nossos

militares revolucionários presos correm sérios riscos de não usufruírem da liberdade que conquistaram em 25 de Abril de 1974».

Acentua-se no comunicado que «talvez a opinião pública pense que a situação dos militares revolucionários presos melhorou. Não é verdade. O que constatamos é que os assassinos e torturadores da P. I. D. E. estão a ser libertados em grande número, e que os militares revoltosos do golpe spinolista do 11 de Março são postos em liberdade e reabilitados publicamente. Em con-

trapartida termina o comunicado «os militares revolucionários presos a seguir aos acontecimentos de 25 de Novembro continuam detidos sem culpa formada».

MAJOR GAROUPA «ÀS 10 E 10»

«Nada temos a dizer quanto à possível libertação do major Garoupa», disse-nos este manhã um elemento da Polícia Judiciária Militar.

Esse mesmo elemento reforçou aquela afirmação com a seguinte frase:

«As 10 e 10, o major Garoupa encontra-se na situação que

tem vivido até à data.»

Recorde-se que aquele oficial se encontra preso desde Março de 75 por ter participado nos acontecimentos do Quartel-General da GNR. Esses acontecimentos culminaram numa tentativa de levantamento com sequestro e prisão do então comandante-geral da GNR, general Pinto Ferreira.

Atente-se também que o major Garoupa fez parte do grupo de militares que pediu asilo político na embaixada da República Federal Alemã após o malogro da tentativa golpista de 11 de Março.

Ferreira da Cunha recebe amanhã jornalistas suspensos

Uma comissão de trabalhadores suspensos e demitidos dos órgãos de Informação encontrou-se ontem com o brigadeiro Silva Araújo, presidente nacional da Comissão de Inquérito aos acontecimentos militares ocorridos no dia 25 de Novembro. Amanhã a comissão avista-se com o tenente Ferreira da Cunha, secretário

de Estado da Informação.

Os trabalhadores foram por aquele oficial informados de que os inquéritos parciais relativos aos órgãos de comunicação, e cuja publicação chegou a ser anunciada pelo capitão Sousa e Castro na semana passada, «se encontram já completos».

De acordo com os trabalhadores, no entanto, «a divulgação dos relativos inquéritos não está prevista para os próximos dias».

Um membro da comissão de trabalhadores suspensos precisou que «há dificuldades em estabelecer contacto com o ministro Almeida Santos».

Geral

Luta prossegue no "Mealheiro do Lar"

Revelados os motivos do afastamento do patrão

Os trabalhadores dos supermercados «Mealheiros do Lar» revelaram que estão determinados a prosseguir a sua luta contra o Ministério do Trabalho, que ontem mandou selar as portas da Cooperativa Codipolar, — da qual fazem parte os dois supermercados «Mealheiro do Lar». Em conferência de imprensa, os trabalhadores afirmaram que esta medida se destinava a preparar a entrega dos supermercados aos antigos patrões, dado aquele ministério não encontrar razões plausíveis para que esses patrões continuem afastados.

Começando por afirmar que a Codipolar é cooperativa legalizada, se não pelos estatutos que foram assinados perante o notário, pelo menos com base no trabalho de cada um dos trabalhadores, os representantes destes acusaram o Ministério do Trabalho de estar a pactuar com a recuperação capitalista da economia, evidente agora em muito aspectos, e a facilitar o regresso de antigos patrões às empresas, que, neste momento, estão a ser geridas pelos trabalhadores, concluindo ser este «o primeiro caso de grande ofensiva do M.T. contra as empresas nacionalizadas e em autogestão».

Referindo que possuem documentos, entregues em fotocópias no Ministério do Trabalho, que comprovam a sabota-

gem patronal, aqueles trabalhadores revelaram, circunstanciadamente, inúmeros casos do que consideram formas de exploração e roubo de que foram vítimas pelos antigos patrões. Nomeadamente, referiram-se aos «salários de fome» (na média dos 1500 escudos) que recebiam até à altura da ocupação, à maneira como eram feitos os despedimentos, mesmo depois do 25 de Abril (os empregados eram chamados um a um e «convidados» através de ameaças de despedimento a subscrever abaixo-assinado que forçavam ao despedimento de quem eles queriam), ao incitamento de roubo do cliente feitos às «caixas», como pormenorizada-mente contou uma dessas empregadas.

«A mulher do patrão pressionou-me bastante nesse sentido, dizendo-me para eu «carregar» na conta quando esta fosse bastante volumosa, marcando 50 em vez de 5 escudos ou 90 em vez de nove, sistema que teria desculpa fácil no caso de ser detectado o «erro». Mas, para tal, seria útil que eu fosse conhecendo quais os clientes que sempre conferiam as contas e aqueles que não tinham o hábito de o fazer. Para conquistar a confiança das clientes, aconselhava a oferecer chocolates às crianças, quando estas acompanhavam as mães. Dizia ela que, em

Lourenço Marques, onde tinham uma rede de supermercados, havia dias de «carregar» mil e até dois mil escudos por meio daquele processo».

A luta dos trabalhadores do «Mealheiro do Lar» começou em Fevereiro de 1975 quando reivindicaram salários de acordo com o contrato colectivo de trabalho, o que nunca conseguiram. A decisão de ocupar os supermercados veio a seguir à afixação de um aviso aos fornecedores, da incapacidade de pagamento na altura devida. A situação criada com os fornecedores, as dívidas que a empresa ia acumulando, deram facilmente a perceber aos trabalhadores que brevemente a firma iria à falência e eles ficariam desempregados. Daí, terem decidido gerir eles próprios os supermercados, transformando-os numa cooperativa. De então para cá, já foram pagas dívidas no montante de 1900 contos, os ordenados passaram a ser pagos de acordo com a tabela salarial, os 18 empregados então existentes passaram a 35, e foi reconquistada a confiança dos fornecedores.

«Entretanto, os patrões, Zulficar Habibi e Badourali Habibi, descendentes de paquistaneses, não mais largaram o Ministério do Trabalho, tentando por outro lado dividir ao mesmo tempo os trabalhadores.

Assim, alguns de nós fomos contactados por eles. Prometendo-nos desde carros e andares até a muito bons lugares, tentavam aliciar-nos a ficar ao lado deles. Todos resistimos e repudiámos essas ofertas. Unidos, continuamos uma luta que consideramos justa».

Referindo-se à actuação do Ministério concretamente no caso que lhes diz respeito, afirmaram não lhes ser possível aceitar a volta dos patrões que aquele lhes quer impor, ainda que o dr. Bezeza de Carvalho, daquele Ministério, os tenha avisado do perigo que correm se «der na cabeça dos patrões agarrar em alguns retornados que corresse com eles das instalações». Sobretudo, não concordaram com a volta dos antigos patrões porque «não acreditamos que ao voltarem mantivessem os direitos que já adquirimos».

E terminando por afirmar que «é justo os explorados deste País lutarem por melhores condições de vida e pela defesa das conquistas alcançadas», acrescentaram que «só é pena que para certas pessoas esta luta não seja legal, quando os trabalhadores fizeram conquistas de facto revolucionárias. Que se legalize, de acordo. Mas que esse legalismo não seja contrário aos nossos interesses».

P.C.P. sem sedes em Bragança

«O P.C.P. tinha cinco sedes no distrito de Bragança e, depois da campanha terrorista, não tem nenhuma» — diz a Direcção da Organização Regional do Norte daquele partido num comunicado emitido desde o Porto a propósito do assalto ao seu centro de trabalho em Mirandela. «Com este assalto e com o ilegítimo despejo do P.C.P. das instalações legalmente alugadas à Câmara Municipal — diz o comunicado — culmina um conjunto de acções (atentados, assaltos, agressões, insultos, intimidações, etc.) visando limitar e impedir a acção de um partido político — o Partido Comunista — no distrito de Bragança».

Entretanto, o mais recente assalto de que o P.C.P. foi ob-

jecto foi pretexto para uma audiência que dois dirigentes comunistas, Ângelo Veloso e Jorge Araújo, tiveram com o brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte.

Os dois dirigentes comunistas manifestaram a Pires Veloso a sua estranheza pelo facto de não serem pelo menos conhecidos os resultados de quaisquer investigações sobre os atentados em questão. Segundo declarações que depois fez Ângelo Veloso, durante a audiência a delegação do P.C.P. informou ainda o comandante da R.M.N. dos indícios que há de uma campanha que visa fazer passar o P.C.P. por responsável pelos atentados de que é vítima.

Carta aberta a Mário Soares

Continuação da pág. 13

repudia o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar, deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo.

«Consciente de que o capitalismo é uma força opressiva e brutal o Partido Socialista luta pela sua total destruição. Considera o Partido Socialista dever realizá-la em unidade de acção com todas as forças que se reclamam dos mesmos objectivos.»

Por mim, com todos os meus erros e defeitos,

procuro estar ao lado dos que lutam honestamente por tais princípios.

E quanto a si dr. Mário Soares?

Como escreveu Lenine:

«Da política e dos partidos pode dizer-se — com as variantes correspondentes — o mesmo que dos indivíduos. Inteligente não é quem não comete erros. Inteligente é quem comete erros que não são muito graves e sabe corrigi-los prontamente e bem.»

Com os cumprimentos do

MÁRIO MURTEIRA

Solidariedade internacionalista

Dirigentes sindicais argelinos narram experiência de luta

Regressou ontem ao seu país a delegação da União Geral dos Trabalhadores Argelinos que, a convite da Intersindical Nacional, visitou Portugal durante três dias.

Os delegados argelinos, num encontro com a Imprensa, leram uma declaração conjunta das duas organizações na qual, nomeadamente «condenam as acções terroristas praticadas pelas forças reaccionárias e exploradoras contra os trabalhadores e as organizações progressistas em Portugal», considerando que «esta situação, favorecida pela passividade das forças da ordem, constitui uma ameaça permanente contra a liberdade e as conquistas dos trabalhadores portugueses».

A delegação da UGTA era constituída por Ali Fillali, secretário nacional da organização, e por Mohamed Ben Aissa, membro da Comissão Executiva Nacional.

Durante a intervenção de Ali Fillali, o dirigente sindical argelino, depois de vincar a sua satisfação por estar em Portugal e ter oportunidade de contactar com a situação dos trabalhadores portugueses, recordou, a propósito das dificuldades económicas que estamos atravessando, que qualquer país que se liberte vive tempos difíceis, tal como aconteceu na Argélia.

«Mas o povo argelino, os operários, os estudantes, os camponeses, os jovens e as mulheres, todos em conjunto e

unidos, caminharam firmes e determinados no caminho para o socialismo. A situação de crise durou até 1965. Depois nasceu a indústria pesada, consolidou-se a Reforma Agrária e a gestão socialista nas empresas. Agora temos escolas espalhadas por todo o lado, e o ensino é gratuito, a medicina é igualmente gratuita e temos hospitais mesmo nos pontos mais afastados, assim como universidades nas principais cidades. Unidos e firmes

conseguimos tudo isto. Apesar dos boicotes a todos os níveis, e das dificuldades que nos opunham todos quantos não estavam interessados na edificação do socialismo na Argélia».

A fim de continuar a troca de experiências e de reforçar vantajosamente as ligações, a UGTA convidou uma delegação da Intersindical a visitar a Argélia durante o mês de Março de 1976, convite esse que foi aceite.

PUB

SINDICATO DOS PESCADORES DO DISTRITO DE SETÚBAL

ALTERAÇÃO DO LOCAL DA ASSEMBLEIA GERAL E ORDEM DE TRABALHOS

Nos termos da Lei das associações sindicais, a Comissão Directiva do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal, convoca os Pescadores deste Distrito, a fim de dar cumprimento ao n.º 1 do Art.º 8.º, da mesma lei, para uma Assembleia Geral a realizar em Sesimbra, no Ginásio Sede, pelas 10 horas, no dia 15/2/76, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e aprovação dos Estatutos do nosso Sindicato
2. Diversos

Pela Comissão Directiva
FRANCISCO ANDRADE

Ligas Agrárias do Porto

Continuação da pág. 10

Sobre a «Confederação», afirmaram: «Sabemos que há agricultores integrados nas Ligas que têm uma certa simpatia pela C.A.P. Mas cremos também que tal resulta sobretudo de certo tipo de luta desencadeada no País que a Confederação representa. As Ligas não têm esses mesmos objectivos: o nosso trabalho é fundamentalmente um trabalho de base, ligado a milhares de pequenos agricultores e rendeiros».

Sobre o M.A.R.N. afirmaram: «Estamos absolutamente com os rendeiros, muitos deles estão nas Ligas e também participam nas actividades do M.A.R.N. Mas os nossos objectivos são muito precisos, e perguntamos para que se criou o M.A.R.N. se os rendeiros já tinham a sua associação dentro das Ligas. Sabemos também que há muitos pontos na luta

dos rendeiros do M.A.R.N. que coincidem e são os mesmos que norteiam a luta e o esforço das Ligas. Pensamos que, de certa maneira, o M.A.R.N. se para o rendimento do pequeno agricultores e que houve uma certa instrumentalização dos rendeiros».

As Ligas defenderam ainda a criação de cooperativas («é muito mais fácil criá-las onde já existem ligas»), debruçaram-se sobre a situação dos senhorios pobres e vincaram a descoordenação das medidas oficiais relativas a preços e a apoios técnicos e financeiros que dificultam o arranque das cooperativas e a actividade das Ligas que, insistiram, foi e são «um movimento espontâneo dos que vivem da terra nas regiões do Norte e Centro do País».

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL M O Ç Ã O

Em face das atitudes contra-revolucionárias do subsecretário de Estado dos Transportes dr. MANUEL MOURA, ao sanear à esquerda elementos das Comissões Administrativas, que sempre defenderam os trabalhadores e conscientemente reprovaram os aumentos tarifários que só visam sobrecarregar as classes trabalhadoras mais desprotegidas, os Delegados Sindicais deste Sindicato exigem:

- 1.º O recto e a imediata revogação do mandato administrativo dos 7 elementos das empresas nacionalizadas;
- 2.º Considerando que o sr. João Botequilha que actualmente preside à Rodoviária Nacional é um patrão e como tal explorador, não merecendo por isso estar à frente de uma organização (Rodoviária Nacional), que tem que estar ao serviço do povo, os Delegados Sindicais deste Sindicato exigem o seu afastamento.

Aprovada por unanimidade no gabinete de apoio a Delegados Sindicais do SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL, E RATIFICADA POR UNANIMIDADE EM PLÊNARIO DE DELEGADOS SINDICAIS DESTE SINDICATO EFECTUADO EM 4 DE FEVEREIRO DE 1976.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1976

Espectáculos

MARIA VITÓRIA

TODOS OS DIAS

2

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:

1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora

Força, Força,

Camarada Zé!



FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora»

Salvador Florbela Henrique Santana

Vitor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AOS DOMINGOS E FERIADOS

«MATINÉ» às 16 horas:
As 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

TEATRO INFANTIL
AOS SÁBADOS

às 16 horas (para todos)

«O PRINCE DAS ORELHAS DE BURRO»

Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (SÓ!)

Teatro

A RTP apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht

com **RAUL SOLNADO**
no protagonista

Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matiné», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia

Bilheteira Tel.: 897017

A.B.E.P. Tel.: 328823

Não aconselhável a menores de 13 anos

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria, Vieira, 7

ANIMAÇÃO CULTURAL NO ALGARVE

“De que é que você gosta?”

O Centro de Animação Cultural do Algarve acaba de distribuir um breve inquérito (com 28 questões) tendo em vista levar a cabo a tarefa para que foi criado: animação cultural. Partindo do princípio que as pessoas «estão interessadas em melhorar a sua terra», o Centro faz as seguintes perguntas:

“Os 40 dias de musa Dagb”

Mais de quarenta anos depois de ter adquirido os respectivos direitos, parece que a MGM se dispõe, finalmente, o transpor para o «ecran» o romance de Franz Werfel «Os quarenta dias de Musa Dagb». Notícias distribuídas pela ANSA-ANOP referem que John Kurkjan será o produtor da versão cinematográfica do romance sobre a heroica resistência de 50 mil arménios contra as tropas turcas — uma tarefa que Irving Thalberg se prestava para executar quando a morte o surpreendeu em 1936. Thalberg, que era um dos «reis» da MGM, morreu com 37 anos.

«Você gosta de Teatro? Gostava de fazê-lo? Gostava que ele fosse aí à sua terra? Gostava que lá existisse um grupo? Na sua terra já houve banda? Se ela agora está parada gostava de vê-la tocar novamente? Se nunca teve uma banda gostava que viesse a haver? E do cinema você gosta? Aí na sua terra você tem cinema? Se não tem gostava que ele lá fosse? Você que trabalha no campo não gostava de ver filmes sobre agricultura? Há aí alguma sociedade? Ela funciona? Que mais gostaria você de ver nessa sociedade? Ginástica? Cinema? Ping-pong? Jogo de damas? Teatro? Ou outras coisas mais? Existe aí na sua terra algum rancho folclórico? Gostaria que aí fossem alguns? E não gostaria de arranjar na sua terra um? E de desportos? Joga-se aí futebol? E basquetebol? E Voleibol? Tem aí algum campo?»

Postas as questões, o Centro de Animação Cultural do Algarve pede às pessoas interessadas que apareçam no Centro ou escrevam para a Travessa Castilho, 35 - 2.º Faro ou Rua dos Bombeiros Portugueses (ao lado do Mercado) n.º 4-1.º esq.º Faro. «Esperamos por si», insiste o Algarve.



Marlon Brando e Maria Schneider acabam num Museu, devido à sua interpretação do polémico filme «O Último Tango em Paris»

“O ÚLTIMO TANGO” ACABA EM MUSEU

O Gabinete do presidente Giovanni Leone deixou hoje transparecer que as cópias do filme «O Último Tango em Paris» poderiam ser arquivadas na Cinemateca Nacional em vez de serem quei-

madadas, como foi ordenado na semana passada pelo Supremo Tribunal, que considerou a película uma obra obscena — informa, de Roma, a agência Reuter. O realizador, Bernardo Bertolucci, pediu clemência ao presidente Leone, alegando que «O Último Tango em Paris» é «uma obra de arte condenada à morte na fogueira».

Leone chamou a atenção do Ministério da Justiça, cuja decisão será definitiva, para um artigo pouco conhecido do código que autorizaria que o filme fosse arquivado na Cinemateca Nacional. Segundo o

código, os objectos raros, antigos ou artísticos confiscados em casos criminais podem ser depositados no Museu Nacional de Criminologia ou noutras instituições.

Contudo, um porta-voz presidencial declarou não ser possível que o presidente exercesse o seu direito de clemência sobre um filme.

Entretanto, as últimas notícias confirmam que pelo menos três das cem cópias apreendidas serão conservadas nos Arquivos Nacionais do Filme.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/54218, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar da Torre, freguesia de Esmoriz, concelho de Ovar, de uma modificação da linha para o posto de transformação de Esmoriz-Torre, da Câmara Municipal de Ovar, sem aumento de comprimento, com deslocação e substituição do apoio n.º 4 da linha aérea a 15 kV, com 4 metros de comprimento do apoio n.º 4 da linha para o posto de transformação de Esmoriz-Torre, da Câmara Municipal de Ovar, ao posto de transformação da UNITAPE-Indústrias Têxteis S.A.R.L.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Gondomar em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/53123, arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, de modificação da linha Porto-Braga, sem aumento de comprimento, com substituição e deslocação do apoio n.º 87. Linha aérea a 15 kV com 718 metros de comprimento do apoio n.º 87 da linha Porto-Braga, ao posto de transformação Rio Tinto-Alto da Serra, da Câmara Municipal de Gondomar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Montijo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/56440, arquivo 4 para o estabelecimento em Craveiras do Norte, Pegões, freguesia de Canha, concelho do Montijo de uma linha aérea a 30 kV para o posto de transformação da Federação de Municípios de Distrito de Setúbal de Craveiras Norte, com 1153 metros de comprimento, derivada do apoio n.º 8 da linha LI-30-75 Pegões-Vendas Novas.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 23 de Janeiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

“Jennie” (da TV) a melhor actriz dramática

Telegrama da Reuter, procedente de Hollywood, notícia que Lee Remick foi considerada a melhor actriz dramática da televisão pela sua interpretação de Lady Randolph Churchill em «Jenny», série da BBC, agora apresentada no «ecran» da TV portuguesa.

O prémio da melhor actriz cômica foi atribuído a Ann-Margret, pelo seu papel que desempenha em «Tommy».

Entretanto, «Nashville», a película mais indigesta para os prémios principais, só obteve um prémio — pela canção «I'm Easy», escrita e cantada por Keith Carradine, filho de John Carradine, o actor de filmes de terror.

A produção canadiana «Lies my told me» foi considerado melhor filme estrangeiro.



Lee Remick, com a sua interpretação de Lady Randolph Churchill, foi considerada a melhor actriz dramática

“O rapto das cebolinhas”

Entrou no 2.º mês de representação a peça de teatro infantil «O Rapto das Cebolinhas», da pedagoga brasileira Maria Clara Machado.

O espectáculo continua a realizar-se aos sábados e domingos, às 16 horas, no Teatro do Nosso Tempo — Praça José Fontana, 12-B.

O elenco do TL (Teatro Infantil de Lisboa) que interpreta a peça, é constituído por Fernanda Franco, Luz Franco-Ferreira, Frederico Barba, Arminho Luís, José Manuel Rosado, Fernanda Esmeralda, Manuel Martins e Agostinho Macedo. A encenação é de Rui Luís e os cenários de Jorge Rocha. Têm entrada gratuita as crianças até aos 5 anos.

COMUNA
Teatro de Pesquisa

DIARIAMENTE, às 21.30

F O G O!

TEXTO COLECTIVO
DOMINGO — Matiné
às 18 h.

2.ª FEIRA — DESCANSO

Preço único — 20\$00

PRAÇA DE ESPANHA

METRO - PALHAVA

Tel. 762624

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

Hoje

GALVÃO DE MELO: VERDADEIRAMENTE.
SALGADO ZENHA: UM ACIDENTE.

Da Saúde e da Vida: aqui está uma rubrica despretensiosa. Quase humilde. Direi mesmo quase envergonhada. Andava lá perdida pela hora do almoço até que houve o bom-senso de lhe darem o lugar merecido para maior e mais bem servida audiência.

A médica responsável do programa tem conduzido ultimamente uma inteligente campanha contra o tabaco. Sem prejuízo de mais ampla apreciação no fim da série, não quero deixar de chamar a atenção para esta rubrica e para o problema grave que nela se discute.

Soubemos ontem, por exemplo, que mais de 30 por cento dos jovens de 15 anos são fumadores e que, em 70 por cento dos casos, as crianças que uma vez puxaram a sua fumaça acabaram no vício.

É verdade: quando é que a Televisão portuguesa proíbe o consumo da droga, perdão, do cigarro, aos seus convidados? Eis aí um passo importante na luta contra o tabaco.

FÁBULA, NÃO
(OU TALVEZ SIM)

Vimos no Telejornal e ouvimos o piloto da barra de Aveiro, Amândio Pinguelo, a contar como foi.

O que foi, foi realidade. Nada de invenção para consumo de La Fontaine e seus herdeiros.

Assim: o mar, raivoso, avançou. O seu primeiro cuidado foi destruir o grande obstáculo, o maior obstáculo, o paredão.

As casas, cá atrás, assistiam impassíveis e algumas parece (isto digo eu) que atiraram as culpas para cima do paredão.

O facto é que à centésima investida o paredão cedeu, o mar galgou-o, ultramassou-o, chegou até às casas, que se encontram agora em perigo.

Isto aconteceu. Assim mesmo. Não é fábula adaptada por meu engenho à realidade social e política do nosso país.

(Aqui pra nós: não é, mas podia ser.)

VIAGENS DO MAR
PREPARAM-SE
EM TERRA

Continua na ordem do dia o problema dos trabalhadores do comércio.

O Telejornal ouviu as duas partes: pela União dos Comerciantes, José Trindade; pelos trabalhadores Ângelo Silva e António Costa.

José Trindade não concorda com o início das negociações do futuro contrato colectivo de trabalho. Ele diz porquê: *Todas as «démarches» que temos feito a nível oficial confirmam a ilegalidade de quaisquer reuniões que conduzam a negociações do contrato colectivo de trabalho.*

Claro que não é verdade. Nem podia ser. Quanto mais não fosse, em homenagem ao bom-senso. O que está em causa, no infeliz congelamento, é o resultado da negociação, não a própria negociação. Nada impede que se lave um contrato que valha após a abertura do frigorífico.

É verdade que a pesca se faz no Verão, é verdade que a pesca está «congelada» no Inverno. Mas é no Inverno que se preparam os barcos, se consertam as redes e se organizam as campanhas.

Desminta lá isto, ó sor Trindade.

INQUÉRITO

Este sr. Trindade tem artes. E, havemos de confessá-lo, artes mui pouco simpáticas.

Uma dessas consiste na tentativa de semear a desconfiança, a desmoralização, a desunião entre os trabalhadores.

Conta-nos que mandaram (eles, da União dos Comerciantes) proceder a um inquérito. Já receberam 500 respostas e por aí se conclui que 20 por cento das casas se fecharam por a gerência ter que-

rido fechar, e que noutras casas as portas fecharam, mas os empregados terão ficado lá dentro...

Se aconteceu isto, não sei. Mas o sr. Trindade ignora que, cedo ou tarde, a consciência de classe acorda.

E que é na luta que ela acorda mais depressa.

A FALTA
E O ABANDONO

Ainda as artes do sr. José Trindade e dos seus colegas.

Ficamos a saber, pela boca sua, que não se pagam as horas da paralisação porque... Mas o melhor é bebermos da fonte: *Há uma justificação no Contrato em que nós não consideramos neste caso especial uma falta ao trabalho, mas o abandono do trabalho...*

A organização capitalista da sociedade serve-se de tudo para manter o seu domínio. Até de um sofismazinho barato, como se prova...

Felizmente que logo a seguir os trabalhadores puseram alguns pontos nalguns ii. E mais poriam, certamente, se a Televisão estivesse pelos ajustes de os ouvir...

GIRO FLÉ
FLÁ, FLÁ

Galvão de Melo, ariete do C.D.S., esteve nos Açores. Deu-se por lá bem, está claro. Não teve nunca de falar num teatro à luz do pitrol.

Esteve nos Açores e, em campanha pré-eleitoral, a Televisão foi a correr ouvi-lo. Perdão, não é isto, houve aqui uma gralha. Vou corrigir: esteve nos Açores em campanha pré-eleitoral e, quando regressou, o Telejornal foi ouvi-lo.

— Não tive — disse — não tive verdadeiramente contactos com a FLA.

Reparem: Galvão não diz: «não tive contactos com a FLA», o que seria escandaloso e talvez ninguém acreditasse. Ele não teve contactos verdadeiramente com a FLA...

Claro que não. Olhó disparate! Limitou-se a conviver com os seus correligionários, pois.

O ALIBI
E O ACIDENTE

Em fim de emissão um panorama sobre a burocracia. A páginas tantas, no meio do Pessa, de bichas, de papela-da, de automóveis, de confusão, surge-nos a figura imaginem de quem... Isso mesmo, ganharam: do dr. Salgado Zenha.

Salgado Zenha haveria de nos ocupar o televisor, todo o televisor, em efígie, no último Telejornal, a propósito de uma simples notícia.

Encontramo-nos nitidamente em face de uma campanha publicitária. Estão a lançar o Zenha como quem lança um detergente.

Assim não vale. Isto é campanha eleitoral, da mais despu-dorada. A mínima decência manda que se ponha cobro a estas «espertezas». A um político não é lícito tirar proveito partidário à sombra do alibi das funções públicas que exerce. A nenhum ministro com funções partidárias altamente responsáveis deverá permitir-se o acesso à Televisão, a não ser em casos excepcionais.

A propósito, reparemos nestas palavras de Zenha: *Só agora, por acidente político é que eu ocupo um cargo político.*

Realmente, há coisas que só por acidente se podem explicar.



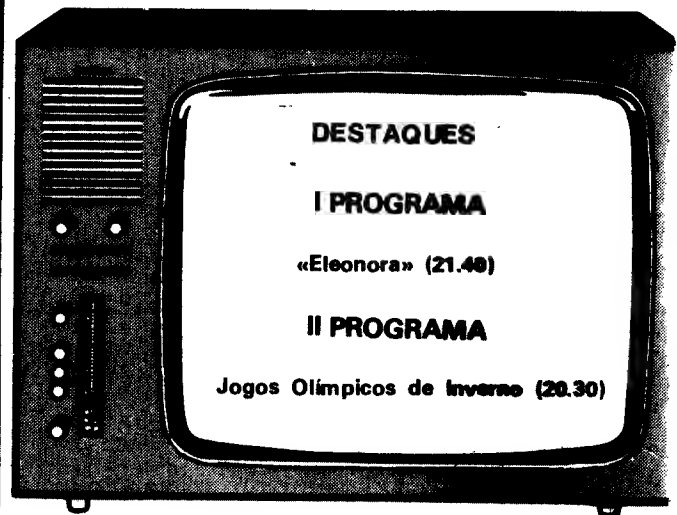
«Eleonora»

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e «Um Mundo para Descobrir»
19.15 Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — resumo dos jogos do dia. Transmissão directa.
19.30 «A Felcha Negra» — série filmada.
19.55 Concerto — pelo Grupo de Música Contemporânea de Lisboa. Realização de Félix Ferreira.
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 Afinal como é? — um programa apresentado pelo dr. Pitacas Antunes.
21.40 «Eleonora» — série filmada — 4.º episódio — produção da Radiotelevisão Italiana. Realização de Silvério Balsi com Giulietta Massina e Giulio Brozi nos principais papéis.
22.50 Telejornal — 3.ª edição
23.10 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão de Innsbruck na Áustria de um jogo de hóquei sobre o gelo.
22.45 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
23.15 Fecho



Amanhã

II PROGRAMA

... 12.45: Abertura e Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — resumo dos jogos realizados no dia anterior; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV; 13.35: Explicação; 14.05: Falar de Educação; 14.25: «Tom Brown» — série extraída do romance do mesmo nome de Thomas Hughes. Adaptação para Televisão de Anthony Steve e realizada por Gareth Davies. Cor Anthony Murphy no protagonista; 15.10: Desenhos animados; 15.35: Eurovisão: Ragueby; 17.10: Fungáda da Bicharada — um programa de Júlio Isidro e Barata Moura; 17.55: Tesouros do Museu Britânico; 17.50: Cinema de Animação — um programa de Vasco Granja; 18.20: Concerto Sinfónico — Transmissão em gravação da 2.ª parte do concerto realizado no Tivoli com a participação da Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa sob a direcção do maestro Yuval Zaliouk. No programa: Sinfonia n.º 3 em mi Bemol maior, op. 55, «Heródica», de Beethoven; 19.15: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa do resumo dos jogos do dia; 19.35: Memórias do Nosso Tempo — «A Grande Guerra»; 20.10: Cada Dia uma Esperança; 20.30: Telejornal — 3.ª edição; 21.05: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Innsbruck na Áustria da Patinagem Artística; 23.00: Telejornal; 23.15: Fecho.

II PROGRAMA

... 20.00: Abertura e Desenhos Animados; 20.15: Eurovisão — Jogos Olímpicos de Inverno-76 — transmissão directa de Innsbruck na Áustria da Patinagem Artística; 21.05: As Pedras e o Homem; 21.30: Foi êxito na TV — «Os Camponeses» — «A Floresta» — episódio com Krystyna Krolowa. Realização de Jan Bybrowski; 22.25: Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30; 23.15: Fecho.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE SANTA MARIA

ESPECIALIDADES FARMACÉUTICAS	Concurso Público n.º 16/76
SONDAS E CATETERES PARA UROLOGIA	Concurso Público n.º 17/76
DESINFECTANTES E DESINFESTANTES	Concurso Público n.º 18/76
SISTEMAS CLÍNICOS	Concurso Público n.º 19/76
ALGÁLIAS	Concurso Público n.º 20/76
AGULHAS HIPODÉRMICAS, DE PUNÇÃO E DE FISCHER	Concurso Público n.º 21/76

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12.30 horas, na secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 3 de Fevereiro de 1976

pel'A COMISSÃO INSTALADORA

a) Manuel Briso Pina de Jesus

PUB

CREDENCIAIS

EMPRESAS EM AUTOGESTÃO

E COOPERATIVAS

Comunica-se às comissões de gestão e a todos os trabalhadores de Empresas em autogestão, cooperativas, empresas com controlo operário e com intervenção estatal, que se realiza um Plenário no próximo sábado dia 7 do corrente, às 21.30 horas, no Pavilhão n.º 1 da FIL — Feira Internacional de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Análise do trabalho desenvolvido a nível nacional
- 2 — A situação actual
- 3 — Acções futuras a desenvolver
- 4 — O anteprojecto do Decreto-Lei regularizador destas situações

NOTA: A agradece-se que os representantes de cada empresa tragam um **Declaração** para o efeito, donde conste, igualmente, o número de trabalhadores que representam, para efeitos estatísticos.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1975

União dos Sindicatos de Lisboa

Desporto



Rita Borralho (primeira, à direita) torna-se campeã lisboeta de corta-mato. A representante do Benfica teve na belenense Branca Seabra (152) a maior opositora

PORTUGAL

Segue amanhã para Itália a turma hoquista do Sotio Mayor due, até 15 do corrente, vai actuar perante grupos transalpinos. Constituem a embaixada os jogadores Livramento, Sapo, Rodrigues, Suspiro, Solipa, Dinis, Elói e Zezinho, acompanhados pelos dirigentes Manuel dos Santos, Mendes de Carvalho e Francisco Sarava.

Com um vasto programa de festejos, o Seixal esta a comemorar o seu 51.º aniversário.

João Jordão (da Amadora) é campeão nacional de bilhar, 2.ª categoria, na modalidade de três tabelas.

Mudanças nos locais previamente designados para os jogos da 2.ª «mão» dos quartos de final da «Taça de Portugal» em hóquei patinado: Sporting-Académica de Espinho, no Esportivo F.C. do Porto-Académica da Amadora, às Antas, pelas 20 horas. Infante de Sagres-Oeiras, no pavilhão do Académico e Valongo-Cavaleiros, no pavilhão da Póvoa de Varzim, todos na noite de amanhã.

Na extensa lista de castigos aplicada pela Federação de Futebol avoluma-se o rol aplicado às divisões secundárias, autenticamente inconcebível, dado o volume e a motivação. Ca para cima três jogadores de primeiro plano foram bem ajeitados: Florival (Tomar) suspenso por dois jogos; Da Costa (Sportivo) e Quim (Oriental) ambos com paragem obrigatória por um espectáculo além de advertência; A Serra e Mendes (ambos do Braga), Sabu (Setúbal), Vicente (C.U.F.), Francisco e Murracas (os dois do Leixões).

Na 2.ª Divisão, a mão mais pesada tombou em Espinho, processo disciplinar instaurado aos «tigres da Costa Verde» suspensão preventiva de campo e castigos a dois futebolistas, casos de Artur (cinco jogos na bancada) e Serafim (uma jornada em branco). Porém, o Olhanense também foi largamente «contemplado»: quatro jogos de castigo a Sanina, três a Poeria e um a Filinto Rodrigues, são reflexo de uma indisciplina que (estranhamente) avassala o clube.

Por seu lado, na 3.ª Divisão, o facto de «ameaça de agressão o árbitro» vai ser custoso de digerir para Gomes Ferreira (Luso) e Carromeu (Rosarense), ambos castigados com quatro encontros de suspensão. E, na centena e tal de castigos aplicados pela disciplina federativa, ainda se notam alguns casos bem tristes, um mês de suspensão ao dirigente Augusto Barbosa (Tirsense) «por injúrias à equipa de arbitragem» três jogos de suspensão a dois juniores «que agrediram adversários» (Gavina), do Varzim e Terriinha, do Belenenses, mais dois domingos a ver o jogo para Ferreira da Silva (Sanjoanense) que «tentou agredir» um parceiro de outro emblema.

Amanhã, voleibol internacional em Espinho: o Sporting local confronta-se, para a «Taça das Taças», com a turma checoslovaca do Estrela Vermelha. Por seu lado, no domingo, o F.C. do Porto actua em Itália, face ao Aris (Iodo) para a «Taça dos Campeões Europeus», ao mesmo tempo que mas meninas do Leixões viajam até à Alemanha (Munster) para um confronto com a turma da terra, incluído na «Taça das Taças» para formações femininas.

O rãguebi em evolução. Incremento de equipas de juvenis: Portimão, Loulé e Faro criaram grupos da categoria. Castigo: a representação de Medicina foi punida com falta de comparência ao jogo com o E.R.A.C., que estava previsto para o Estádio Universitário de Lisboa. Carência por falta de fundos para a necessária deslocação, a Coimbra, o «quinte» do C.D.U.L. abdicou de actuar com os Regentes Agrícolas combricenses, numa disputa incluída na «Taça de Portugal».

Os castigos de Inácio e Da Costa obrigam Juca a alterar o normal «team» de Alvalade, perante o Vitoria de Guimarães. Assim te para já o louro Baltasar alinhara a defesa esquerda, continuando o flanco direito entregue a Tome e, no centro, à dupla Zezinho-Mendes, por impossibilidade de Laranjeira (lesionado). A propósito do

Sporting, o jovem dianteiro Jesus é filho de Virgolino, um antigo jogador verde-branco.

Na sequência dos muito lamentáveis acontecimentos ocorridos no passado domingo, durante o jogo de futebol Espinho-Gil Vicente, o árbitro combricense Simões Correia pediu licença para umas pequenas férias de 30 dias «Não sou maluco, e tenho mulher e três filhos», acrescentou.

Ainda falando de árbitros: quatro valores exponenciais da arbitragem futebolística (António Garrido, César Correia, Francisco Lobo, e Ismael Baltasar) vão frequentar um «curso de elite», promovido pela F.I.F.A., de 30 de Agosto a 3 de Setembro, na Alemanha Ocidental.

«Evaporaram-se» diversas bolas de basquetebol e equipamento para ginástica, das instalações do Liceu D. Dinis (Bairro da Prodac, Chelas).

Batendo a Salesiana (por 3-2) a turma hoquista do Sporting conquistou o troféu instituído pela colectividade opositora, por ocasião do seu aniversário. Outros resultados da competição: Sotio Mayor, 3-Cascais, 1 e Paço de Arcos, 5-Paredes, 4. Tabela final: Sporting, 14 pontos; Salesiana, 13; Sotio Mayor, 10; Paço de Arcos, 9; Cascais e Paredes 7.

No Porto, principiou a disputa do Campeonato Nacional de Xadrez (equipas). Resultados da 1.ª ronda: Quinas, 0-Sporting, 1; F.C. do Porto, 3,5-Académico de Coimbra, 0,5 e Alekhine (actual titular) 4-Rio Maiorense, 0.

A jornada futebolística do alto escalão, marcada para amanhã e domingo, tem algumas novidades. No Sporting, prevê-se a ausência de Marinho e Manuel Fernandes, lesionados no Estoril. O luso-brasileiro Joaquim Rocha (profissional) deve estreiar-se no «team» de estudantes do Académico de Coimbra. A forma da defesa Trindade e a maior preocupação no «plantel» é Boavista, enquanto que Simões e Torres só devem surgir, no «team» do Estoril, no jogo que os pupilos de Medeiros efectuarão (com o Leixões) no António Coimbra da Mota. Com vista a deslocação (difícil) a Braga, o F.C. do Porto fez um treino de conjunto com a Sanjoanense. Benje, recuperado fisicamente, é pedra-base no grupo do Farense que vai atender o União de Tomar. Mas, entre os comandados por Pedro Gomes, há percalços: Assis está com gripe, Almeida tem uma rotura num gêmeo, Viola deve ser operado amanhã e uma rotura de ligamentos e Artur igualmente está no leito, com outra rotura, desta feita no joelho esquerdo. No Atlético, uma onda de gripes: Avelar, José Eduardo, Francisco, Luís Horta, Coelho, Luís Filipe, Costa, Seidi e Mário Wilson encontram-se de «molho». Enquanto Fernando Alves se queixa de uma micro-rotura, Vitor Martins parece de pedra e cal no bloco benfiquista, enquanto Romeu aparece como suplente. Dúvidas para Fernando Caiado, em relação a «onze» que desejava exibir em Alvalade: Rui Lopes e Rui Rodrigues, em condição ainda instável, devem ceder as camisolas a outros colegas (Torres e Abel, na eventualidade).

Aos 74 anos de idade, faleceu Fernando Cardoso Valente, sócio n.º 1 do Leixões e antigo praticante de várias modalidades desportivas, nomeadamente Atletismo e Futebol.

A porta do dia das eleições para a nova gerência, o F.C. do Porto promete exibir várias listas de candidatos, ante os seus associados. Um conjunto parece já formado: traria a recondução do actual presidente da colectividade (dr. Américo de Sá) e de outras unidades do actual comando azul-branco (Alfredo Borges, Jorge Nuno Pinto da Costa, dr. A. F. Clemente, Almeida Santos, Jacques de Sousa, Acácio Edgar, Delfim Ferreira, António Mota Freitas e Julio Santos).

Pelas 14 horas de amanhã, efectua-se, no ginásio dos Bombeiros Voluntários de Alcábalche, uma prova de luta para escolares (dos 8 aos 14

anos). Ainda desta modalidade: a 2.ª jornada do campeonato de «esperanças» (para equipas) efectua-se amanhã, em Runa, pelas 21 horas.

O rãguebista internacional Rafachinho (do Benfica) partiu para a África do Sul.

A prática de modalidades que não sejam o futebol, ciclismo e pugilismo é vedada aos praticantes profissionais e aos não-amadores. Assim, não podem estar inscritos numa modalidade, como amadores, os praticantes que, na mesma época, sejam profissionais ou não-amadores em modalidade diversa.

Os associados do Sport União Sintrense, que desejem assistir ao jogo de futebol entre o seu clube e o Barreirense, no domingo, em partida de conta para o nacional da 2.ª divisão, terão de munir-se de bilhete especial, por ser «Dia do Clube».

Amanhã, pelas 20 e 0, há assembleia geral no Mirantense Futebol Clube. Na reunião inscrevem-se assuntos importantes: a discussão das contas do ano transacto e a eleição dos futuros corpos gerentes. Mais temas: o alargamento do mandato da gerência para dois anos, o estudo sobre a revogação dos estatutos, o preço da quotização e uma proposta para irradiação do associado António Carlos Fernandes.

“UNIVERSITÁRIOS”

Num comunicado tornado público pela Associação de Basquetebol de Lisboa, pode ler-se, sob o título «Desaparecimento de valores em vestiários», o seguinte texto: «Tendo esta Associação conhecimento, por intermédio de seleccionistas, treinadores e atletas, que têm acontecido alguns desvios de objectos de pertença dos jogadores, nas cabineiras do Pavilhão Universitário, em especial, chama-se a atenção dos clubes para as suas equipas se fazerem acompanhar por elemento responsável nos vestiários onde os seus atletas se equipem. A esta Associação não cabe alguma responsabilidade por actos praticados fora do âmbito dos jogos».

O texto cai como um gume. E sublinha bem onde os factos delituosos aconteceram: no Pavilhão Universitário. Exactamente: um local que é (deve ser primordialmente) frequentado por um grau de juventude esclarecida e adulta.



Os basquetebolistas juniores do Atlético, campeões lisboetas da categoria

Freitas: a carta de alforria

Já aflorado nestas colunas, o caso da possível transferência do futebolista internacional Freitas, do Restelo para as Antas, envolve um certo melindre na abordagem mais correcta. É que o defensor angolano, com uma temporada autenticamente excepcional, tornou-se o alvo dos desejos portistas; mas, numa altura em que ainda decorre o campeonato, e a luta por qualificação para provas europeias aglutina, entre outros emblemas, iustamente o Belenenses e o F.C. Porto. Dai que, em termos pessoais, julgamos que a rede nortenha foi estendida cedo de mais, provocando cá pelo sul uma onda de aborrecimentos que bem facilmente poderiam ser escusados.

De qualquer modo, assiste-se aqui à repetição do «caso Albertino»: diversos clubes na corrida, muito dinheiro em jogo neste época de abstinência obrigatória e, num repente, o fogoso chutador do Leixões a firmar compromisso com o Boavista, embora continue a esfolar o biscate em Matosinhos até ao fim da sua obrigação.

Freitas viaja entre pólos diferentes: com um pé no Restelo e os olhos já na tesouraria do F.C. Porto. Sim, que a proposta é bonita e não se pode deitar fora: 80 contos mensais de vencimento e apartamento às ordens do «stopper» que passará a alinhar ao lado do ex-colega Murça. Cremos que será estulticia, ao Belenenses.

tentar competir com as armas (\$\$\$) portistas: era um precedente que, imediatamente, seria aproveitado (por exemplo) pelo paraguaio Gonzalez, de certo à cabeça de uma lista que logo englobaria Pietra, e outros «craques» do Restelo.

Mas o Belenenses, pelo sim, pelo não, quer apresentar o assunto em assembleia de associados: a 13 do corrente, num balancear de prós e contras. Freitas é que parece irreductível: a 16 (disse) estará no Porto para colocar a assinatura no papelinho que, para uma família angolana, poderá ser a carta de alforria a garantir um futuro estável.

N. DE S.

INNSBRUCK: A FESTA

Com a pompa e a circunstância já habituais, prosseguem os Jogos Olímpicos de Inverno, a ocorrerem em Innsbruck, na Áustria. Para além de vários desfechos em provas, há a registar a primeira nota insólita, que este telegrama da UPI/Anop aborda:

«Os organizadores dos Jogos Olímpicos de Inverno retiraram as credenciais aos jornalistas da Rádio Europa Livre, a pedido do Comité Olímpico Internacional» — anunciou um porta-voz da organização.

«Segundo o informador, os organizadores só devem distribuir credenciais a jornalistas que trabalhem para órgãos de comunicação reconhecidos oficialmente pelo Comité Nacional ou, directamente, pelo COI, o que não é o caso da Rádio Europa Livre.»

Segundo círculos ligados ao Comité, vários países da Europa protestaram pela presença dos referidos jornalistas, pedindo que as credenciais lhes fossem retiradas imediatamente.

Falemos, agora, de resultados desportivos:

VELOCIDADE

A medalha de ouro da corrida olímpica dos 1.500 metros femininos foi ganha pela patinadora soviética Galina Stepankaya. Sheila Young (Estados Unidos) obteve a medalha de prata e Tatiana Averina (URSS) a de bronze. Classificação: 1, Galina Stepankaya, 2.16,58; 2, Sheila Young, 2.17,06; 3, Tatiana Averina, 2.17,96; 4, Lisbeth Korsmo, Noruega, 2.18,99; 5, Karin Kessow, RDA, 2.19,5; 6, Leah Poulos, EUA, 2.19,11; 7, Ines Bautzman, RDA, 2.19,63; 8, Erwina Rys, Polónia, 2.19,69; 9, Sylvia Burka, Canadá, 2.19,74; 10, Andrea Mitscherlich, RDA, 2.20,05.

RESISTÊNCIA

Classificação dos dez primeiros nos 30 quilómetros: 1, Sergei Savelliev, URSS, 1h30m29,38s; 2, Bill Loch, EUA, 1.30.57,84; 3, Ivan Garinin, URSS, 1.31.09,29; 4, Juha Mieto, Finlândia, 1.31.20,39; 5, Nikolai Bajukov, URSS, 1.31.33,14; 6, Gert-Dietmar Klaus, Alem. Democrática, 1.32.00,91; 7, Albert Giger, Suíça, 1.32.17,71; 8, Arto Koivisto, Finlândia, 1.32.23,11; 9, Odd Martinsen, Noruega, 1.32.38,91; 10, Vasily Rochev, URSS, 1.32.39,42.

O soviético Nikolai Kruglov ganhou a medalha de ouro do biatlo individual do programa das Olimpíadas de Inverno. A medalha de prata coube ao finlandês Heikki Ikola e a de bronze a Aleksander Elizarov, da URSS.

DESCIDA

A descida de encosta foi ganha pelo austríaco Franz Klammer. A medalha de prata nesta prova foi alcançada pelo suíço Bernhard Russi e a de bronze pelo italiano Herbert Plank. Seguiram-se: Philippe Roux (Suíça) e Ken Read (Canadá).

PATINAGEM

Na patinagem artística (dança) a classificação, depois das figuras obrigatórias, é a seguinte: 1.ª, Ludmilla Pakhomova e Alexander Gorshkov, URSS, 9,0 — 103,72; 2.ª, Irina Moiseeva e Andrei Minenkov, URSS, 21,0 — 100,08; 3.ª, Colleen O'Connor e James Millins, EUA, 26,0 — 99,84; 4.ª, Natalia Linichuk e Genady Karponosov, URSS, 37,0 — 97,60; 5.ª, Kristina Regoczy e Andras Sallay, Hungria, 50,5 — 95,12 e 6.ª, Hilary Green e Glyn Watts, Grã-Bretanha, 51,5 — 94,20.

Em pares, a classificação (depois do programa curto de exercícios obrigatórios) é a seguinte, atendendo a penalizações e a pontos: 1.ª, Irina Rodina e Alexander Zaitsev, URSS, 9,0 — 35,14; 2.ª, Romy Kermer e Rolf Oesterreich, RDA, 20,0 — 34,35; 3.ª, Irina Vorobieva e Alexander Vlasov, URSS, 27,5 — 34,12; 4.ª, Manuela Gross e Uwe Kagelmann, RDA, 37,0 — 33,57; 5.ª, Tai Babilonia e Randy Garner, EUA, 41,5 — 33,34; 6.ª, Karin e Christina Kuenzle, Suíça, 69,5 — 31,87.

HÓQUEI

Desfecho de um jogo de hóquei sobre gelo: Áustria, 6-Bulgária, 2.

MEDALHAS

Após as três primeiras finais, disputadas na segunda jornada dos XII Jogos Olímpicos de Inverno, o quadro de medalhas é o seguinte: URSS, 2 ouro, 0 prata e 2 bronze; ÁUSTRIA, 1, 0 e 0; Estados Unidos, 0, 2 e 0; Suíça, 0, 1, 1; Itália, 0, 0 e 1.

HOJE

O programa de hoje é o seguinte: biatlo — individual, corrida de 20 quilómetros; trenó — Terceira corrida — individual, homens e senhoras; patinagem — velocidade — 500 metros senhoras; hóquei no gelo: Polónia-Alemanha Federal.

Grupo «a»; «bobsled» de dois: Duas primeiras corridas; hóquei no gelo: Estados Unidos-União Soviética e Checoslováquia-Finlândia.

NEGÓCIOS

Em Innsbruck, as medalhas de ouro não são só para os desportistas: são para toda a gente.

Com autorização do Comité Internacional Olímpico, a «Sociedade de Moedas e Medalhas» (de Viena) emitiu cópias da medalha de ouro oficial, em sete tamanhos, das nove medalhas de ouro nas modalidades de desportos de Inverno e de uma medalha de prata.

VOLUNTARIADO DESPORTIVO

Amanhã e depois decorre nas instalações do I.N.E.F. (Já-mor) o Encontro Nacional do Movimento Voluntário Desportivo. Na sessão de abertura, a que deve presidir o secretário de Estado dos Desportos, será feito um resumo da actividade dos vários núcleos, que já cobrem 70 por cento do território nacional. A sessão terá lugar às 10 horas da manhã, no Centro de Estágio.

Entradas no futebol

Solicita-se com a maior urgência a devolução, à secretaria do «DL», dos cartões de livre trânsito emitidos pela Federação de Futebol que se encontram em poder de colaboradores ou correspondentes do nosso jornal. A sua revalidação terá de processar-se durante o mês corrente.

Assembleia do Sporting: futebol foi o grande caso

Parcela ínfima de sportinguistas esteve ontem na assembleia geral do clube de Alvalade: apenas 173 «leões» oficiais deram total acordo (aclamação geral) ao relatório da actividade directiva no ano transacto e ao orçamento previsto para 1976. Uma tónica dominou esse aspecto da reunião: a quebra de despesas absolutamente necessária perante os dias que vivemos. Três mil contos foram reduzidos, em relação ao orçamento de 1975, o que significa compressão de gastos e, sobretudo, supressão de subsídios a diversos praticantes erroneamente apontados como «amadores».

Aliás, os mapas exibidos pela direcção do Sporting, como de orçamento para este ano, envolvem verbas notáveis: 40040 contos para despesas ordinárias e 10688 para gastos extraordinários, montantes «a priori» equiparados às receitas que se julgam certas. O espelho de um grande clube, através do dispêndio necessário para o seu quotidiano.

Evidentemente que, para além da clássica ordem de trabalhos, surgiram associados a emitir pareceres vários, em certa medida discordantes das linhas adoptadas pela direcção leonina. Foi o caso (um exemplo) de Sobral Junior, a criticar o esquecimento em que se envolveu a morte de um sportinguista muito conceituado (Manuel Dias) e, sobretudo, para atirar muitas setas ao departamento de futebol do Sporting que, no seu entender, terá de ser estruturado de alto a baixo, para poder produzir aquilo que os seus adeptos julgam como normal. Por outro lado, Fernando Salgueiro soltou para o ar questões relacionadas com a construção do pavilhão ginno-desportivo, com o fecho do peão do estádio e, até, com a secção de ciclismo, cuja vida futura se lhe afigurava demasiado nebulosa.

Em torno de colaboradores remunerados, no boletim de clube, falou Jaime Pires. E um antigo director daquele órgão (o dr. Henrique Aragão Pinto) diria de sua justiça, propondo a passagem a sócios de mérito dos componentes dos «Stromps» e dos «Cinquentários», acrescentando que é urgente uma revisão dos estatutos do Sporting e solicitando, no fim, um minuto de silêncio à memória de Manuel Dias.

Lá fora

EM SOLIDARIEDADE

A selecção mexicana de futebol amador disputará, no dia 11 deste mês, um desafio em São Salvador, a favor das vítimas do terramoto na Guatemala, defrontando a selecção profissional de El Salvador.

As selecções amadoras do México e da Guatemala deveriam jogar no dia 11. Porém, dado o momento difícil que este último país atravessa, surgiu a ideia do jogo se realizar com a equipa de El Salvador, a favor das vítimas (excluído Joaquín Badillo, presidente do sector amador da Federação Mexicana de Futebol).

«RECORD» NOVO

Steve Pickell (do Canadá), estabeleceu um recorde mundial dos 100 metros costas, em piscina de 25 metros, nadando a distância em 56,83 segundos durante os campeonatos canadenses de natação. O anterior recorde pertencia, desde 1969, a Roland Mathes (da República Democrática Alemã), com o tempo de 57,0 segundos.



João Rocha: a palavra escutada

Mais oradores em desfile: Jorge Vieira, elemento prestigioso da família verde-branca e antigo praticante de futebol na época amadora da sua implantação, quis focar o facto do Sporting estar prestes a comemorar 70 anos de vida (Estádio de Alvalade com uma vintena de temporadas) e indagar como fora elaborado o programa dos necessários festejos. Seguiu-se um diálogo entre Santos Silva e Alberto Lourenço, circunscrito aos lugares vitalícios em Alvalade. Ponto esclarecido pelo director do campo, perfeitamente em cima da matéria abordada.

João Rocha estaria indicado para encerrar as lides. E dizer, com veemência:

«O Sporting tem-me dado mais desgostos, no campo desportivo e quando o triunfo não nos bate à porta, que toda a minha própria vida particular».

Acrescentou que é absolutamente necessário rever a estrutura do futebol sportinguista,

com a obrigatoriedade de um largo trabalho em profundidade. E, disse mais: que os pavilhões previstos para o Sporting estão a erguer-se, dia a dia, pese embora certas más vontades. O maior de todos deve custar à volta de 20 mil contos: só após a conclusão do seu projecto e da aferição dos haveres em tesouraria, se saberá da real viabilidade de uma aspiração tão grande. Quanto ao fecho do peão, a obra ficará em cerca de 40 mil contos, quantia impossível de despendar, pelo Sporting da actualidade.

O presidente sportinguista, que já no início da sessão tocara no problema dos dinheiros em débito (défice anual ampliado para 12 mil contos) voltou a espreitar os associados para a desproporção entre as receitas e as despesas em que querem envolver os audazes

do triplo salto em pista coberta, saltando 17,16 metros no decorrer dos campeonatos de atletismo em pista coberta desenrolados em Moscovo. O anterior máximo (17,10 metros) foi batido por duas vezes: na primeira, Saneyev conseguiu mais dois centímetros e depois, noutro ensaio, fixou o recorde em 17,16 metros.

CHINA OLÍMPICA

É quase certo que a China não regressará ao movimento olímpico internacional a tempo de participar nos Jogos Olímpicos de Montreal, neste verão, declarou o presidente do Comité Olímpico Internacional (IOC), «Lord» Killanin.

Segundo disse, numa conferência de imprensa no termo da sessão da IOC, espera visitar a China antes dos jogos de Montreal para debater com dirigentes desportivos chineses a situação que manteve o maior país do mundo afastado dos Jogos de 1972.

Na sua sessão de 1975, o IOC anunciou ter iniciado conversações, e «Lord» Killanin fez notar que se continuam a aguardar pormenores técnicos sobre as regras do Comité Olímpico Nacional chinês estão em conformidade com os regulamentos do IOC.

sonhos de muitos «leões».

Todavia, durante a assembleia, haveria críticas acesas ao modo como está a processar-se o futebol sportinguista: desde a revalidação do contrato com o jogador madeirense Nelson até à dispensa de um preparador físico (Rui de Oliveira) «responsável» pela recuperação de vários atletas. Em contrapartida (disse o sócio Santos Silva) contratou-se um preparador físico que, de nome, só tem o segundo: com a agravante de as provas prestadas anteriormente serem negativas. Referia-se, segundo se entendeu, a Rodrigues Dias, recém-vindo para a equipa dirigida por Juca.

Concluiu-se a assembleia com uma passagem por certas interrogativas colocadas no decorrer da reunião: dos colaboradores remunerados do boletim sportinguista e, especialmente, sob o adeus ao ciclismo que, custando muito dinheiro (só com amadores ficaria na ordem dos 1500 contos anuais) deixa de interessar ao Sporting, restando a questão de saber o que vão fazer (agora) os associados sportinguistas que recentemente se apresentaram a sufrágio para a direcção da Associação de Lisboa e, portanto, terão de ceder os lugares para que tinham sido eleitos.

A última nota da assembleia verde-branca foi «realmente» de desânimo: num momento crucial da vida clubista, menos de 200 associados foram debruçar-se sobre os problemas que lhes dizem directamente respeito. Fraca mobilização das massas ou desinteresse em face dos precários desfechos logrados pelo futebol?

PUB

Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul

PRAÇA MARQUES DE POMBAL, 6, 3.º-DL. — LISBOA - 1
TELEFONES 4 17 51 — 53 55 47

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os profissionais de Enfermagem para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar dia 7/2/76, pelas 16 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.

ORDEM DE TRABALHOS

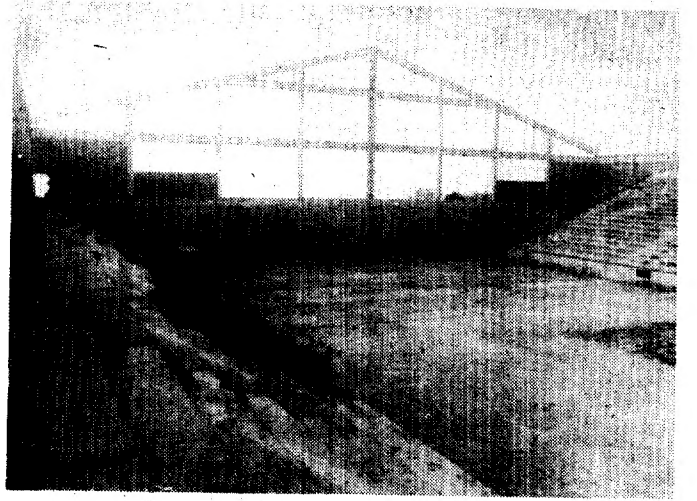
- 1 — INFORMAÇÕES — tempo limitado pela Assembleia logo no começo dos trabalhos.
- 2 — DIPLOMA ÚNICO — medidas a tomar.
- 3 — CADERNO REIVINDICATIVO — medidas a tomar.

TODOS AO TÉCNICO!
PARA A LUTA E EM FORÇA!

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral (ilegível)

Desporto



Horizonte nebuloso para o pavilhão polivalente que o Belenenses pretende erguer, no Restelo. Sem apoio das entidades governamentais, a obra pouco poderá trepar até à meta desejada pelos «azuis»

Remadores polacos treinam em Portugal

No âmbito dos protocolos desportivos estabelecidos entre os Governos de Portugal e da Polónia, chega hoje a Lisboa, (pelas 17 horas) uma numerosa delegação de remadores polacos que inclui técnicos, médicos, dirigentes e pessoal de apoio. Essa delegação será composta por cerca de 50 elementos, permanecendo no nosso País durante os meses de Fevereiro e Março a fim de aqui realizar a sua preparação olímpica.

A importância deste trabalho, o ineditismo que se reveste e a categoria internacional que estes atletas e técnicos possuem leva a Direcção-Geral dos Desportos à montagem de um esquema de acção que possibilite ao desporto nacional, não só receber essa comitiva como ainda encaminhá-la para uma profunda valorização das estruturas desportivas portuguesas.

Nos moldes em que foi acordado a presença em Portugal da delegação polaca serão particularmente proporcionados

ao remo nacional os seguintes aspectos:

— Trabalho de valorização e de actualização de técnicos portugueses;

— Trabalho de intercâmbio ao nível de medicina desportiva;

— Realização regular de colóquios, seminários e outras manifestações de investigação e divulgação desportiva;

— Elaboração de bibliografia e outra documentação desportiva (filmes, slides, etc.).

O local de trabalho escolhido para a realização do estágio, situa-se na albufeira da Barragem do Castelo do Bode, próximo da vila de Ferreira do Zezere, um local que possui invulgares condições técnicas para um trabalho deste tipo.

Serão dirigidos convites a cerca de 70 técnicos, dirigentes e médicos portugueses para frequentarem as acções de formação e actualização que se irão desenvolver e abrangerem alojamento e trabalho permanente durante cerca de 20 dias.

MINISTÉRIO
DOS
ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL
DE SANTA MARIA

FORNECIMENTO
DE UMA MÁQUINA
DE FAZER PURÉS

Conc. Público n.º 18/75-IE

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, excepto aos Sábados das 9 às 12,30 horas, na Secretaria do Serviço de Aproximamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 3 de Fevereiro de 1976

PELA COMISSÃO
INSTALADORA

Jorge Sereno
d'Almeida Ribeiro

Geral

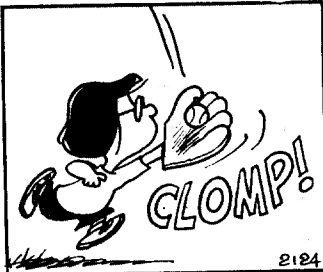
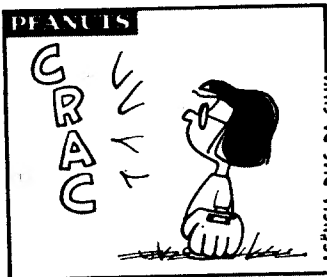
Voos Portugal-Hungria: tudo em ordem

O acordo de transportes aéreos entre Portugal e a Hungria obrigou a certas formalidades constitucionais, que acabam de ser regularizadas por ambas as partes.

De acordo com aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tanto o Governo portu-

guês como o Governo daquela República Popular informaram já que foram cumpridas todas as formalidades, encontrando-se, portanto, o acordo em vigor.

O acordo foi assinado em Lisboa em 22 de Maio de 1975.



Pelo controlo de zonas?

Quadrilhas batem-se a tiro em alta velocidade

Occupando dois automóveis em alta velocidade, duas quadrilhas rivais meteram-se na madrugada de ontem a um ajuste de contas, à bala, a fazer lembrar os melhores tempos de Al Capone ou Dillinger. Só que não aconteceu em Chicago mas em Lisboa e tão pouco corriam os anos 30 mas o dia 5 de Fevereiro do ano de Graça de 1976. As três horas da manhã, gente que passava na zona do Arco Cego assistiu, ao vivo, a um tiroteio que marca, porventura, o ponto máximo da escalada de banditismo que varre a capital do País.

O chiar das rodas dos dois automóveis, lançados em velocidade vertiginosa eram sublinhados pelo barulho dos tiros que as quadrilhas trocavam entre si, fazendo supor que se

batiam pelo controlo de uma qualquer zona da cidade.

A movimentada perseguição que uma das quadrilhas movia à outra, ao longo de várias artérias de Lisboa, teve passagem nomeadamente pela Avenida Dr. António José de Almeida e viria a terminar próximo da Igreja S. João de Deus com o despiste de um dos automóveis. Deste carro, muito danificado, saíram três indivíduos, um deles ferido, que

acabaria por fugir com os outros. Um quarto elemento foi abandonado, imóvel, dentro da viatura. A Polícia deteve-o.

Entretanto, largas manchas de sangue encontradas na viatura danificada, fazem crer na existência de vários feridos, pelo que a P.S.P. preveniu os estabelecimentos hospitalares para a eventualidade de ali aparecer alguém atingido a tiro.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	295\$	295\$	325\$
Cons. 3 %	320\$	320\$	350\$
Cons. 3 1/2 %	—	800\$	—
Centenários	—	800\$	—
Tes. 5 %	—	800\$	—
Tes. 10 %	530\$	530\$	—
Extern. 1.ª - s.	—	—	—
Extern. 1.ª - c.	—	—	—
Extern. 3.ª - s.	—	—	—
Extern. 3.ª - c.	—	—	—
Caut. 3.ª - s.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	700\$	800\$
C.M.L. 5 3/4 %	—	810\$	—
C.P. 5 1/2 %	—	760\$	—
C.P. 5 1/2 % - 67	—	—	—
C.P. 5 1/2 % - 68	—	—	—
C.P. 5 1/2 % - 69	—	720\$	—
Corr. 5 3/4 %	—	810\$	—
Metr. 5 3/4 %	810\$	800\$	820\$
Tur. 5 3/4 %	—	820\$	—
C.P. 6 3/4 %	810\$	800\$	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 % - 58	—	—	—
G. 5 % - 59	—	—	—
G. 5 % - 62	—	—	—
G. 5 % - 63	—	—	—
G. 5 % - 64	—	—	—
G. 5 % - 65	—	—	—
G. 6 % - 67	—	—	—
G. 6 % - 69	—	—	—
G. 7 %	—	820\$	—
H.E.A. 5 %	650\$	600\$	650\$
H.E.C. 5 %	—	650\$	—
H.E.C. 6 %	650\$	760\$	—
H.E.D. 5 %	—	650\$	—
H.E.D. 6 %	—	760\$	—
H.E.N.P. 5 %	—	700\$	—
H.E.S.E. 5 %	—	—	820\$
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 % - 57	—	670\$	—
H.E.Z. 6 %	—	770\$	—
N. Elec. 5 %	650\$	650\$	660\$
N. Elec. 6 %	680\$	680\$	700\$
N. Elec. 7 %	—	620\$	680\$
Termoel. 5 %	—	—	—
U.E.P. 5 % - 60	—	—	—
U.E.P. 5 % - 63	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	760\$	—
U.E.P. 7 %	800\$	790\$	800\$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % - 56	—	700\$	750\$
A.P.T. 5 % - 58	—	700\$	—
Lisnave 6 %	—	—	—
Nitratos - 60	—	860\$	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	810\$	—
Sacor 7 %	—	—	—
Sacor 5 % - 54	—	850\$	—
Sacor 5 % - 60	—	750\$	—
Sid. 5 % - 2.ª	—	—	750\$
Sid. 5 % - 3.ª	—	750\$	—
Sid. 5 % - 4.ª	—	850\$	—
Socel 5 %	—	—	—
R. Fabril - 67	810\$	800\$	820\$
R. Fabril - 68	—	—	—
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % - 57	—	—	—
Rev. 5 % - 59-60	—	—	—
Mocambique 5 %	—	—	—
Sonete 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

Foi preso o "Dragão"

Um jovem de 25 anos, conhecido no mundo do crime por o «Dragão», foi ocasionalmente detido pela G. N. R.

A prisão do «Dragão», que orientava a sua actividade de marginal para o assalto de automobilistas, verificou-se quando, inconformado com as censuras que outros dois automobilistas dirigiram à sua maneira de conduzir, resolveu agredir os dois. Aconteceu que o «Dragão» extravasou o seu mau humor apesar de naquele momento se encontrar a conduzir um carro roubado. De facto, a viatura, com a matrícula HM-16-46 pertencente a José Manuel Abelha Moura que, para os lados do Parque de Monsanto, fora obrigado a parar quando outro carro se lhe atravessou à frente. Daqui saíram indivíduos armados, que se passaram para o carro de Abelha Moura, obrigando este a sentar-se no banco de trás.

O deslance do «Dragão» atingiu o auge quando este se permitiu, ao volante daquele mesmo carro, discutir (à pedrada) azelhões de trânsito.

Suspeita-se ter sido a quadrilha do «Dragão» a autora dos recentes assaltos a automobilistas nas zonas de Cascais, Auto-Estrada e Belém.

BARES • BOITES

RESTAURANTES
TÍPICOS

DANCINGS

NINA Dancing com atracções Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Tina. Stripteaseuse

CASINO ESTORIL Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava encoberto o vento era geralmente fraco e chovia em todo o Litoral das regiões de norte e centro.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	7º
P. DOURADAS	7º
COIMBRA	4º
PORTALEGRE	9º
LISBOA	9º
FARO	9º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima: P. DA ROCHA 15,3º

Mínima: P. DA SAÚDE 3,5º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º

Atmosfera 8º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
7.43 3,7 m	1.02 1,3 m
20.04 3,5 m	13.26 1,3 m
Dia 7	
8.20 3,4 m	1.44 1,5 m
20.46 3,3 m	14.10 1,5 m
Dia 8	
9.08 3,2 m	2.36 1,6 m
21.43 3,2 m	15.06 1,7 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado de oeste rondando para sudoeste moderado a norte; períodos de chuva.



AMANHÃ

NAScer AS 8.38

OCASO AS 19.05



palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11289

HORIZONTAIS:

- 1 Golpe de faca. Nome de fruto.
- 2 Prenderas com elos. Rio da Rússia.
- 3 Família. Porco para procriação (prov. algarv.).
- 4 Pronome indefinido. Recel.
- 5 Pasceirão. Porco (imv.).
- 6 Aparência. Mulher de baixa estatura.
- 7 Cais à cama. Amónio (s.q.).
- 8 Distrito da antiga Índia Portuguesa. Brisa.
- 9 Ramo delgado de árvore. Que tem ramos.
- 10 Elos. Velocinos.
- 11 Frouxo. Igara.

VERTICAIS:

- 1 Bilia. Progenitor. Desgraça.
- 2 Ocultar. Deserto da Arábia, entre o mar Vermelho e o golfo Pérsico.
- 3 De altos preços. Serra de Portugal.
- 4 Atmosfera. Nome antigo da nota musical do. Filtrais.
- 5 Bailara. Isolado.
- 6 Artigo definido. Sufixo que designa estado. Oceano.
- 7 Poisava no mar (avião).
- 8 Abundante. Doguira.
- 9 Aprel. A planta do pé.
- 10 Cidade de Espanha. Ribeira de Portugal.
- 11 Amamentam. Pega.

Resolheu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE/
PROBLEMA N.º 7449

HORIZONTAIS:

- 1 Indivíduo do sexo masculino. Cidade de Portugal.
- 2 Homem de baixa estatura. Rezas.
- 3 Propaga.
- 4 Prefixo de negação. Ilha do Pequeno Belt. Cento e um em romano.
- 5 Almirante e astrónomo português fundador do Observatório Astronómico de Lisboa. Estratos.
- 6 Senhora. Arco.
- 7 Magoa. Tiritim.
- 8 Neon (s.q.). Caminhar. Argola.
- 9 Guarnição de arames. Oportunidades.
- 10 Natalício. Fronteira.
- 11 Carinhosa. Chefe etíope.

VERTICAIS:

- 1 Brandos. Romance de Emílio Zola.
- 2 Prefixo de privação. Ferram.
- 3 Tomba. Extremidade do braço. Prendo.
- 4 Enjeço (fig). Versejar.
- 5 Casta. Crivo do tunil.
- 6 Cidade de Portugal.
- 7 Domesticação.
- 8 Rala. Vexar.
- 9 Arara. Retardar.
- 10 Gálio (s.q.). Guarda segredo. Enal.
- 11 Guarnições de asas. A poesia.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11288

HORIZONTAIS:

- 1 Frescas. A.
- 2 As. Aos. Cria.
- 3 Fuzilamos.
- 4 Acudiras. Dá.
- 5 Lucena. Ador.
- 6 Grã.
- 7 Rã. Berraram.
- 8 Coisa. Dio.
- 9 Somar. Soo.
- 10 Ari. Pã.
- 11 Saia. FOME.

VERTICAIS:

- 1 Faial. Rosas.
- 2 Rs. Cu. Ora.
- 3 E. Fucó. CMIL.
- 4 Saúde. BOA.
- 5 COZINHEIRA.
- 6 Asira. Rs.
- 7 La. Grampo.
- 8 Casara. Em.
- 9 Arm. Dardo.
- 10 Iodo. Aios.
- 11 Casaremos.

PROVERBIO: A fome é boa cozinheira.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7448

HORIZONTAIS:

- 1 Cada. Tomara.
- 2 Rios. Arames.
- 3 Ora. Anelas.
- 4 Assoa. Arta.
- 5 Osga. Eon.
- 6 Aral. Real.
- 7 Sela. Arga.
- 8 Fa. Eis.
- 9 Arrastar. Sr.
- 10 Aa. Cor. Elai.
- 11 Logo. Esmola.

VERTICAIS:

- 1 Cro. Pás. Aal.
- 2 Aira. Refrão.
- 3 Doas. Alar.
- 4 As. Sola. Ago.
- 5 Aos. Uso.
- 6 Tanagra. Tré.
- 7 Ore. Aérea.
- 8 Mala. Agirem.
- 9 Amarelas. Lo.
- 10 Resto. Sal.
- 11 As. Animaria.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO F-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Neoterapia, Campo Grande, 138 (T.774682); **Estados Unidos**, Av. Estados Unidos da América, 16-B (T.725859)

AMOREIRAS
Patria, C.dos Mestres, 30-A (T.680627)

AVENIDAS NOVAS
Fátima, Av. 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa do Bocage) (T.763107)

BAIXA
Normal, R.da Prata, 220 (T.321342/325553)

BENFICA
Lavinha, R.Eng. Paulo de Barros, 28-A (à R.do Casquilho) (T.708242)

CAMPO DE OURIQUE
Condestável, R.Coelho da Rocha, 119 (T.666206)

CARNIDE
Leal de Matos, R. Neves Costa, 33 (T.780181)

CASTELO
Ziler, R.S.Tomé, 54 (T.862835)

LAPA
Pinheiro, R. Presidente Arriaga, 16 (T.691054)

PICHELEIRA
Marluz, C.da Picheleira, 140-B (T.720703/728395)

RESTELO
Belém, R.Tristão Vaz, 10-A (à encosta do Restelo) (T.612248)

TURNO F-2

TODA A NOITE

ALCANTARA
Dilena, R.Aliança Operária, 49-A/B (T.636620)

ALTO DE S.JOÃO
Nova Luz, R.D.Domingos Jardo, 28-A (à Av. D.Afonso III) (T.843439)

ARCO DO CEGO
Palma, Av. Duque de Ávila, 25-31 (T.47088)

AREIRO
Vera Cruz, P.Afrânio Peixoto, 2-B (à Av. S.João de Deus) (T.724941)

ARROIOS
Antolin, Av. Almirante Reis, 88-C (T.821773)

BAIRRO DA ENCARNÇÃO
Zira, P.das Casas Novas, lote 66 (T.310172)

BENFICA
Sousa, E.de Benfica, 429 (T.780027)

CAMPO DE OURIQUE
Ivone, R.Silva Carvalho, 232-C (T.650760)

CONDE REDONDO
Contemporânea, R.Conde Redondo, 26-30 (T.45048)

ESTRELA
Aurélio Rego, C.da Estrela, 139 (T.661758)

S.PAULO
Ultramarina, R.de S.Paulo, 99 (T.321771)

LUMIAR

Matos Viegas, Av. Rainha D.Amelia, 34-B (Quinta das Mouras) (T.794174)

PENHA DE FRANÇA
Branquinho, R.de Sapadores, 87 (T.842725)

XABREGAS
Romana, R.Actor Augusto de Melo, 7-A (T.383800)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)

PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Toda a noite

OEIRAS
Central, R.Conde Ferreira, 29 (T.2430058). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silva, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, 8.das Caixas de Previdência (T.2472948). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas

ESTORIL
Suica, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite

CASCAIS
Misericórdia, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas; Cascais, R.Conde de Monte Real, B.das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); Carmelo, R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); Helenica, R.Elias Garcia, 2 (T.933613); S.Jorge, R.Pedro del Negro, 5. Reboleira (T.938703)

DAMAIA
Lemos, R.d. Goa, 21-A (T.971121)

QUELUZ
Zeller, R.da República, 83 (T.950045)

CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D

MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marrazes, Vila (T.2930155)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)

ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T.2766498)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.2040141)

BARREIRO
Moderna, R.D.Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (T.2073443)

COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P.5 de Outubro, 18 (T.2750254)

MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)

MONTUJO
Moderna, R.Bulhão Pató, 60 (T.2310156)

SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)

SETUBAL
Higiene, R.Frei Agostinho da Cruz (T.22408); Portugal, R.Camilo Castelo Branco (T.23211)

SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 16

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarrinha, R.d. Vialrinha, 161. Bonfim, R.d. Bonfim, 73. Guerra, R.de Costa Cabral, 43. Guimarães, R.d. Francos, 37. Lemos e Filhos, P.de Carlos Alberto, 31. Liga das Ass. Soc. Mutuas, R.do Bonjardim, 286. Moreno, L.d. S.Domingos, 44. Vasques, R.das Condições, 794

TODA A NOITE

Castro Carneiro, R.do Padre Cruz, 146. Henriques, P.da Batalha, 64-A. Serpa Pinto, R.de Serpa Pinto, 645

COIMBRA

Luciano e Matos, R.da Sofia, 7 (T.22147); Machado, R.Bernardo Albuquerque (T.23767); Sitália, L.da Sê Velha, 13 (T.23234)

cinemas

CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A REVOLUÇÃO SEXUAL

C/Laura Antonelli-Ricardo Cuceiolla

3.ª semana

Ante-estreia amanhã

O TELEFONE COR DE ROSA

IMPÉRIO

T. 555134 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Catherine Deneuve, Michael Piccoli

NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA

Um filme de Marxo Ferrari

ROYAL

T. 865037 15.15 e 21.15

Grupo D - maiores de 14 anos

OS 4 SARGENTOS BOINAS VERDES

Interdito a menores de 18 anos

MISTÉRIOS DE UM JOVEM RICO

Estrangulava as mulheres que faziam amor com ele

VOX

T. 720808 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. men. 18 anos

UM FILHO POR ENCOMENDA

Uma história deliciosa

ROMA

T. 727778 15.30-18.30-21.15

Não acons. a menores de 18 anos

PAULO O QUENTE

Realização de Marco Vicario

PALÁCIO FOZ

15.00, 18.15 e 21.00

Preço entrada 5500

Loucura e Cinema (primeira série)

DR. ESTRENO AMOR

DR. STRANGE LOVE

STANLEY KUBRICK

(Estados Unidos 1963)

Local de venda de bilhetes: Balcão do Turismo do Palácio Foz

D. JOÃO V

Tel. 971794 15.00, 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

OS HOMENS QUE CONTAM

1.º Programa

18.00 Música portuguesa

18.30 Temas sobre a condição de retornado

19.00 Música variada

19.30 Imagens de cinema, por Luis Rodrigues

20.00 Jornal da noite

20.30 Conjuntos instrumentais

21.00 A economia portuguesa ... a economia no nosso dia a dia, por Abílio Diniz Silva ... painel da noite

00.00 Último jornal

00.30 Retrospectiva

01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada

01.30 Horta ... música na noite

02.00 Música na noite

2.º Programa

17.30 Música de tecla

18.15 Música de vanguarda

19.00 Música sinfónica

20.00 Música de arco

20.30 Duas suítes para orquestra

21.18 Música de órgão

21.26 Música vocal

22.26 Orquestras de câmara

23.15 Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo ... concerto pela Orquestra Sinfónica da R.P.

01.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua ... Onda Média (Lisboa), 233,2 m ... 1286 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93,2 MHz

cinemas

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 Hoje às 21.15

Para todos

UM ESPADA PARA HOLLYWOOD

Um filme de Frank Tashlin

Hoje às 14.00, 16.30, 19.00

UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

Vittorio Gassman-Alessandro Momo-Agostina Belli em

PERFUME DE MULHER

2.ª Semana

Anthony Quinn-Pamela Tiffin Franco Nero em

LOS AMIGOS

Um filme de Paolo Cavara

2.ª Semana

Interdito a menores de 18 anos

11.ª semana. Sempre enches

A comédia de sexo e de pecado à solta

COMO CAÇAR UM MARIDO

Um festival malandricas «secretas»

Contém cenas eventualmente chocantes

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

HOJE ÀS 24.00 (G. D. - 18 anos)

«O COURAÇO POTENKINE»

de Sergei Eisenstein

UNIVERSAL

T. 774402 17 e 21 h

Não acons. a menores de 18 anos

SANGUE DE CONDOR

15.00, 19.00, 23.00

Não acons. a menores de 13 anos

QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA

de Agnes Varda

Não acons. men. 18 anos

Colorido

FRENCH CONNECTION N.º 2

c/ Gene Hackman

O melhor cinema americano

Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

«HENNESSY»

(O Miliente)

Hoje às 14.00, 16.30, 19.00

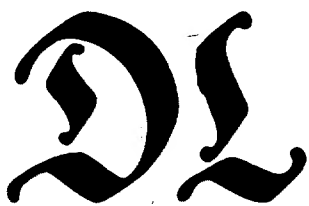
PERFUME DE MULHER

Maiores de 13 anos

14.15, 18.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CENAS



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 65431/2/3/4
REDAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SOBRADO, 44
TELEF. 321154/5, 32021/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOX TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

A "guerra do leite"

Ameaça a Lisboa foi só adiada

Até ao dia 16 a população de Lisboa terá diariamente garantidos os 50 mil litros de leite directamente fornecidos pela Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos. A decisão foi tomada pela assembleia geral da cooperativa com o apoio de todos os pequenos e médios produtores nela inscritos, depois de o Conselho da Revolução, como noticiámos ontem, ter assumido a responsabilidade de enviar para aquele organismo colectivo mil sacos de batata de semente.

Numa primeira fase da plataforma compromete-se o C. R. a enviar para a Cooperativa Agrícola de Vagos a primeira remessa daquele tipo de batata (400 sacos), adquirida a um importador de Setúbal. A fase posterior do acordo prevê a publicação no «Diário do Governo» da legislação reguladora do fornecimento daquele produto, e a divulgação de medidas que possam combater o seu açambarcamento.

A aludida plataforma implica

o envio dos restantes 600 sacos até meados de Março, e a sua distribuição feita prioritariamente pelas cooperativas, comissões liquidatárias e pequenos comerciantes da região. A Cooperativa Agrícola de Vagos exige ainda que sejam salvaguardados os seguintes pontos: que sejam tornadas públicas as medidas legais anunciadas pelo Conselho da Revolução para resolver o problema do abastecimento da batata de semente a todas as organizações da lavoura do País; e que as mesmas tenham em conta a entrega de toda a batata importada à Junta Nacional de Frutas.

Se os referidos pontos não forem observados aquela cooperativa aveirense (e todas as que se solidarizaram com a sua posição) culminará as suas formas de luta com o corte definitivo de leite a Lisboa, por não concordar com o «protecção» que vem sendo permitido aos grandes intermediários, importadores e distribuidores».

Populares vendem batata açambarcada

Restam poucos quilos de quatro toneladas de batata descobertas pelo povo do Zambujal (Carcavelos) na cave de um prédio em construção. A G.N.R. local foi informada do achado, mas recusou-se a arrombar a porta, como o exigiam os populares, bem como a remover fosse o que fosse ou a fiscalizar a venda, ali, do produto encontrado.

Em vez disso comunicou ao inquilino, um proprietário de Moimenta da Beira, a atitude do povo do Zambujal, que nesse momento já se preparava para distribuir a batata a 750/kg (preço oficial) por quem estivesse interessado. Com uma condição: ninguém poderia comprar mais que 10 quilos.

Identificados os assaltantes da Standard

Encontram-se finalmente identificados os quatro indivíduos detidos na Póvoa de Varzim e cuja participação no assalto à «Standard Eléctrica» de Cascais foi já confirmada.

Os assaltantes, que por altura da sua detenção se identificaram com nomes falsos, chamam-se afinal José Carlos Vieira (levado da prisão da Trafaria e presumível implicado no crime da Malveira), João Pedro Tavares, natural de Agadir, Marrocos, José Cruz Ribeiro da Silva (recentemente regressado de Angola) e Jesus Moura da Silva.

Granadas e munições apreendidas em Queluz

Três homens presos

No decurso de uma operação policial efectuada ontem à noite na Avenida Miguel Bombarda, em Queluz, segundo um comunicado difundido pelo Comando da PSP foram detidos os seguintes indivíduos: António Jorge do Céu, Alfredo Henriques do Céu e Pedro José Martins Barbosa. Os referidos detidos, diz ainda o comunicado, faziam-se transportar num carro ligeiro, no qual foi encontrado material

de guerra e diversos objectos, designadamente: 35 munições de calibre 7/62, 5 munições de 9 m/m, 2 munições com bala simulada, 1 munição de calibre 7/9, 1 granada de gases, 2 granadas ofensivas modelo 62,1, 1 granada defensiva modelo 63, 5 carregadores de espingarda G3 sem munições, 5 máscaras antigas, 2 máscaras próprias para pintar, 11 braçadeiras vermelhas e 75 dísticos em papel da LUAR.

No ALGUEIRÃO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na TABACARIA MIMO

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

Guerra aérea em Angola

A guerra aérea parece ter principiado em Angola, depois da constituição da Força Aérea Popular de Angola (F.A.P.A.), equipada com «Migs-17 e 21», exibidos em Luanda durante as comemorações do 4 de Fevereiro. O facto imprevisto surge da U.N.I.T.A., cujos dirigentes, em declarações tornadas públicas em Lusaka, anunciam que o seu movimento conta também com aviões de combate, estacionados fora de Angola, em país não especificado.

Ainda segundo notícias difundidas de Lusaka pela

agência «Reuter», aviões combatendo ao lado das forças da U.N.I.T.A. teriam já participado em combates contra o M.P.L.A. na localidade de Cazombo, no leste de Angola, enquanto os «Mig» da F.A.P.A. estariam activos em Mussende, próximo de Silva Porto.

Quanto à origem dos aviões da U.N.I.T.A. dá-se como certo que os mesmos provêm da África do Sul, estando estacionados em bases aéreas no norte da Namíbia. Não é esta, aliás, a primeira vez que a F. A. sul-africana participa na agres-

são contra o povo angolano, tendo intervenido em bombardeamentos da população civil por ocasião da ofensiva que levou à ocupação de Moçâmedes, Lobito e Benguela.

Também a F. A. do Zaire tem violado ultimamente o espaço aéreo angolano, realizando operações contra as posições do M.P.L.A. em Teixeira de Sousa.

Tanto a F.A. do Zaire como a da África do Sul estão equipadas com aviões «Mirage» de fabrico francês.

Tensão Lisboa-Moçambique

Continuação da pág. 1

tigiados do Terceiro Mundo, tudo aponta para um revés de consequências profundas na política externa portuguesa, especialmente no que se refere ao papel de «ponte» que o nosso país poderia representar entre a Europa (C. E. E.) e a África e Médio Oriente. A isto há ainda que adicionar a perda de todo um possível estatuto preferencial de que a economia portuguesa (apoiada por relações bem conduzidas) poderia gozar relativamente a Moçambique. Mais graves ainda, são também os reflexos inevitáveis que advirão também neste campo, nomeadamente no domínio das relações económicas com as restantes ex-colónias.

A posição dos partidos de direita não dá grande importância a estes factos. Olhando essencialmente para a Europa e para a C.E.E., sob a tutela da qual não hesitam em colocar o país, não os preocupa a hipótese de uma cisão radical com as ex-colónias, hipótese que até se pode pensar que alimentam, tendo em conta a agressividade de certos órgãos de informação, wue directa ou indirectamente influenciem, e mesmo declarações dos seus líderes. Tudo isto não é de estranhar atendendo ao rumo político escolhido pelos dirigentes das ex-colónias que, não condescendendo com quaisquer rupturas na consolidação da sua independência,

política e económica, são pouco premeáveis a ambições expansionistas (economicamente falando) do bloco C.E.E. ou de outros.

A opinião dos dirigentes europeus e americanos, que neste momento parece ter mais força em Portugal que a do próprio povo português, tem sido transmitida aos líderes dos partidos maioritários, e não só, portugueses, nas regulares deslocacões efectuadas às capitais ocidentais, com especial relevo para as últimas: Washington e Bruxelas.

Face a tudo isto, perguntava recentemente um comentador de moçambique: «Que podem esperar as ex-colónias de um Governo P.P.D. ou C.D.S.?»

Negociações com Cabo Verde

As negociações entre a República de Cabo Verde e Portugal recomençarão amanhã a partir das 9 horas. Do seu êxito poderá depender em grande parte um desbloqueamento das conversações neste momento interrompidas entre Portugal e a Guiné-Bissau, já que, sendo Estados diferentes, estão no entanto sob a égide de um mesmo partido, o P.A.I.G.C.

Esta manhã a delegação de Cabo Verde, chefiada pelo ministro da Economia, Oswaldo Silva, concedeu no Hotel Altis uma Conferência de Imprensa. Feito o balancete do que tem sido os meses de independência, repudiadas as afirmações vindas a lume em certos órgãos de Informação de que o Aeronorte do Sal estaria a servir de ponte aérea para transporte militar para Ango-

la, o ministro cabo-verdiano da Economia pôs a questão das negociações e dois níveis: de um lado o contencioso colonial, que ainda existe e é preciso eliminar; do outro a cooperação futura, que é preciso planificar e desenvolver. Sobre a actual situação de Cabo Verde o chefe da delegação seria peremptório ao afirmar que reina a tranquilidade e existe segurança para todos os habitantes, sejam eles cabo-verdianos, sejam estrangeiros. Referido o vasto esforço diplomático, sublinhou que neste momento as ajudas internacionais para o desenvolvimento económico de Cabo Verde no campo financeiro e alimentar são valiosas, com particular relevo para a F.A.O., a S.E.D.A., o Governo da Holanda e da Noruega, a A.I.D. (Estados Unidos), o conjunto dos países socialistas e o auxílio de países africanos.

"O maior arsenal do Sul" não tinha armas

Forças do R. I. O. Q. e da G. N. R. procederam esta manhã a uma busca na Clínica Popular da Cova da Piedade. A operação que se iniciou às 6 horas, foi minuciosa e demorada: eram 9 e 15 minutos quando as forças militares e militarizadas abandonaram o local, sem encontrarem, todavia, aquilo que procuravam.

Aliás, esta é a segunda vez que se fazem buscas de armas na clínica.

A justificação dada pelo tenente da G. N. R. aos elementos da comissão de gestão da clínica que, ainda meio ensonados, assistiam a todo aquele aparato, foi a seguinte:

«Recebemos uma denúncia afirmando que aqui se encontrava o maior arsenal de armas do Sul do País.»

Segundo nos garantiu um membro da comissão de gestão (que neste momento é constituída por ex-militantes da L. U. A. R. e de outros partidos políticos), o oficial mostrava-se constrangido com a situação.

NO SEIXAL

Ontem de manhã forças da G. N. R. e dos fuzileiros tinham feito uma outra busca às cooperativas de consumo de pão «Vitória Popular», em Fernão Ferro, e de consumidores «Força do Povo», na Torre da Marinha, concelho do Seixal.

Também aqui a denúncia foi o motivo que levou o dispositivo à procura de armas. A propósito do acontecimento já diversas organizações populares do concelho divulgaram comunicados em que manifestam profunda reprobção por tais acções, exigindo «uma explicação pública das intervenções verificadas».

Mais sismos na Guatemala

Continuação da pág. 1

Entretanto, as principais atenções viram-se agora para a tarefa urgente de salvar os feridos graves que continuamente chegam à capital, provenientes da província.

Os enterros em massa foram levados a cabo com o objectivo de reduzir as hipóteses de epidemia e de permitir que fosse possibilitada o mais breve possível a assistência aos feridos por parte das entidades oficiais e equipas civis.

A assistência médica tornou-se agora o mais grave problema do país, em virtude da escassez de plasma e medicamentos para tratar os milhares de feridos que afluem à capital.

Além disso, os médicos estão a efectuar operações de emergência em tendas improvisadas, visto que os hospitais se encontram há muito superlotados.

Entretanto, continua a efectuar-se uma forte migração de

população para as zonas rurais, pois muitos creem que aí poderão estar mais seguros do que na capital, que ficou semidestruida.

O problema alimentar é outro dos obstáculos que surgiu depois do terramoto. Raros são os restaurantes que estão abertos.

Mercenários

Continuação da pág. 1

peus, especialmente Inglaterra e Holanda, onde o recrutamento dos «soldados da fortuna» decorre, os respectivos Governos estudam medidas legais que possam ser aplicadas contra os indivíduos que aceitem recrutamento como mercenários, pensando mesmo o Governo holandês em retirar a nacionalidade aos indivíduos que aceitem tão repugnante emprego, o que se espera, e exige, também das autoridades portuguesas.

3
tome
a

(A)NORMA...LIDADE

Dizem-nos do Brasil: «Os Melos (da CUF) pretendem montar aqui uma empresa tipo NORMA. Querem e naturalmente já estão a usar material (cursos), livros, informação técnica, etc. da NORMA. Em pouco tempo a NORMA é capaz de ficar sem o pessoal e ver o seu material utilizado pelos «serviços Melo». No Brasil a nova empresa ficará entregue ao português Sousa Máximo, especializado na França em informática e que esteve em Portugal no Banco Totta».

ABRAÇOS

Radiodifusão portuguesa, programa três, sete e meia da manhã. Os locutores de serviço em Lisboa, em Coimbra e em Faro trocam abraços. Diz um deles: «daqui, um abraço». E logo o outro: «daqui, um abraço». (Silêncio). O Algarve quebra o gelo, a pedido: «daqui, um abraço corridinho». Os ouvintes aguentam. Gostariam, eles também, de mandar qualquer coisa. Aquele apertão no pescoço, por exemplo.

CRÍTICA LITERÁRIA

A secção «Ecos da Nova Sociedade» do «socialista, pluralista e independente» jornal «A Luta», ironiza os versos escritos por Otelio Saraiva de Carvalho, na prisão.

Ficamos a saber que, para «A Luta», no caso de Otelio o mais importante é o estilo literário...

POUCA ACEITAÇÃO

Num comunicado ontem tornado público, o P.C.P. ao referir-se ao decréscimo das tiragens e à grande percentagem de sobras de certos jornais «que custam ao País dezenas de milhares de contos mensais» afirma que esses factos demonstram claramente «a pouca aceitação que tem uma informação que ignore os grandes interesses e aspirações dos trabalhadores».